

ATLAS

HISTÓRIA DO BRASIL

FLAVIO DE CAMPOS
MIRIAM DOLHNIKOFF



editora scipione

A conquista colonial

No final do século XIV, o conhecimento geográfico dos europeus limitava-se, além de suas próprias terras, ao norte da África e a uma pequena parte da Ásia. Algumas rotas mercantis ligavam as mais distantes regiões asiáticas aos extremos ocidentais da Europa [1]. As cidades italianas de Gênova e Veneza haviam se destacado como os principais centros do comércio medieval, mas foram os reinos ibéricos de Espanha e Portugal que primeiramente se dirigiram ao Atlântico, logo após a reconquista de seus territórios aos árabes [4].

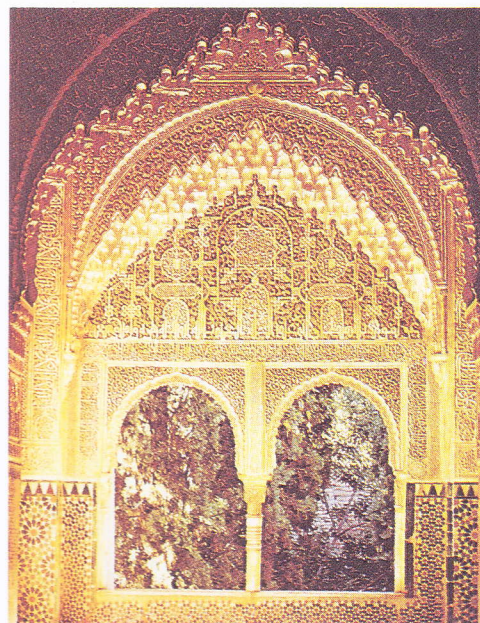
Depois de quase um século de expedições à costa africana, os portugueses conseguiram ultrapassar o cabo da Boa Esperança (antigo cabo das Tormentas), com Bartolomeu Dias. Essa bem-sucedida empreitada abriu-lhes um novo caminho para as Índias.

Alguns anos antes, Cristóvão Colombo, a serviço dos reis espanhóis e também procurando chegar ao Oriente, atingira as ilhas do Caribe, iniciando a conquista da América. A partir de então, muitos navegadores cruzaram o Atlântico, que foi deixando de ser um mar desconhecido, sobre o qual tinham sido criadas as mais fantásticas e assustadoras lendas [5], para ser a principal via de integração entre o Velho e o Novo Mundo.

Numa dessas viagens, Pedro Álvares Cabral, que se dirigia para o Oriente, afastou-se de sua rota e desembarcou numa área rica em pau-brasil, inicialmente denominada Terra de Santa Cruz [2]. Começava então a conquista portuguesa em terras que, por seus habitantes e por suas paisagens, pareciam ser o paraíso terrestre descrito na Bíblia.

Portugal e Espanha, pioneiros na expansão ultramarina, logo procuraram dividir entre si os novos domínios. Por intervenção do papa, em 1493, tentou-se traçar uma linha divisória que, além de favorecer o reino castelhano, não determinava com precisão o local de onde deveriam ser contadas as cem léguas demarcatórias [3]. Permitindo interpretações conflitantes, foi necessário proceder a uma nova divisão das terras descobertas, um ano depois, pelo Tratado de Tordesilhas. Esse acordo, por sua vez, foi contestado imediatamente por outros Estados europeus, que passaram a promover várias expedições militares e comerciais ao continente americano.

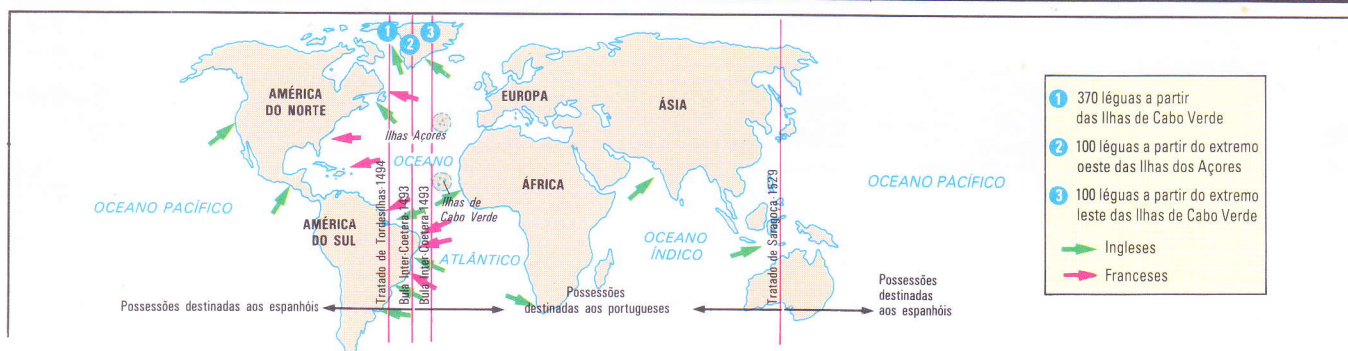
4 Alhambra, Espanha



5 Cartografia do século XVI



3 A partilha do Novo Mundo

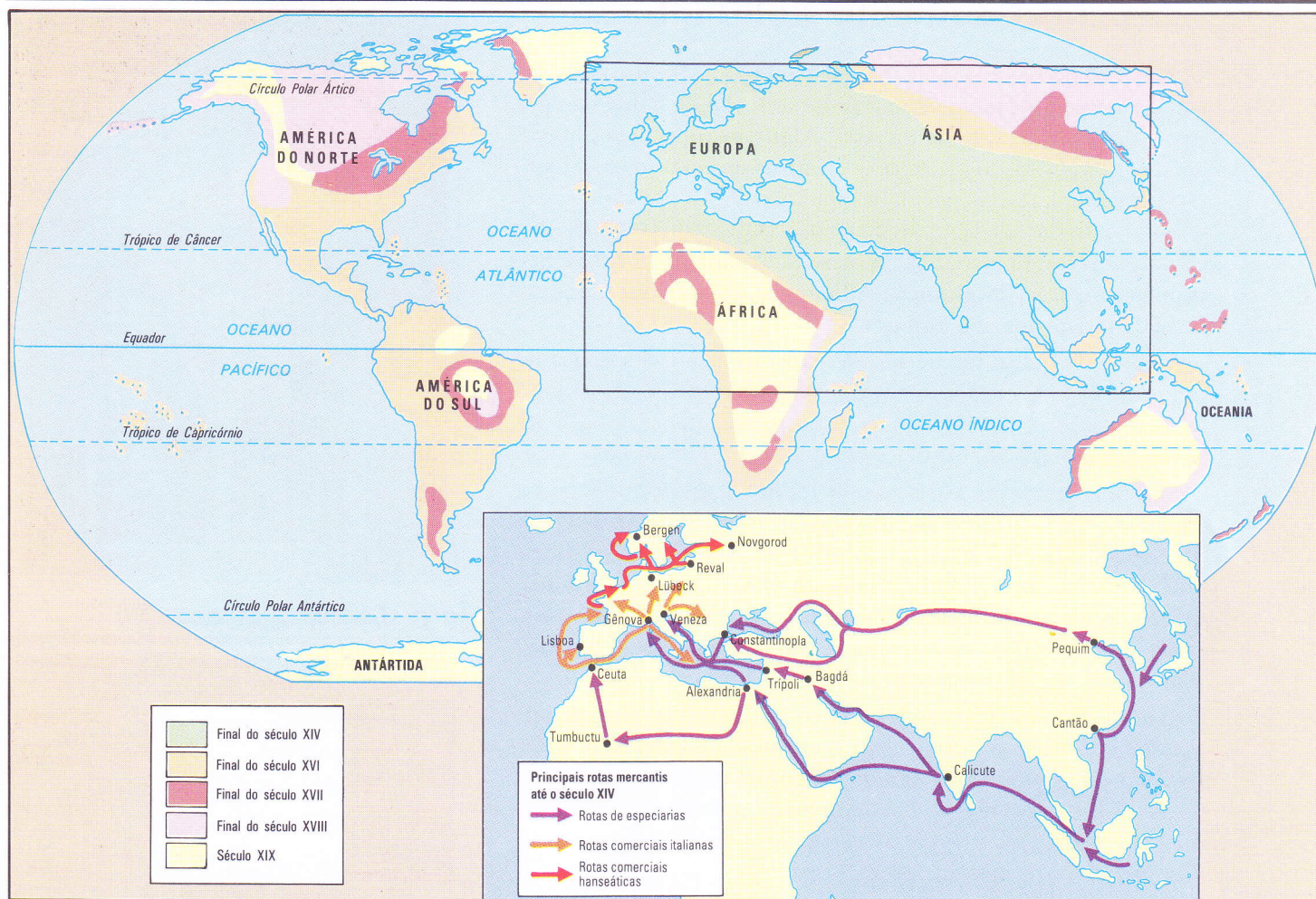


IMPÉRIO

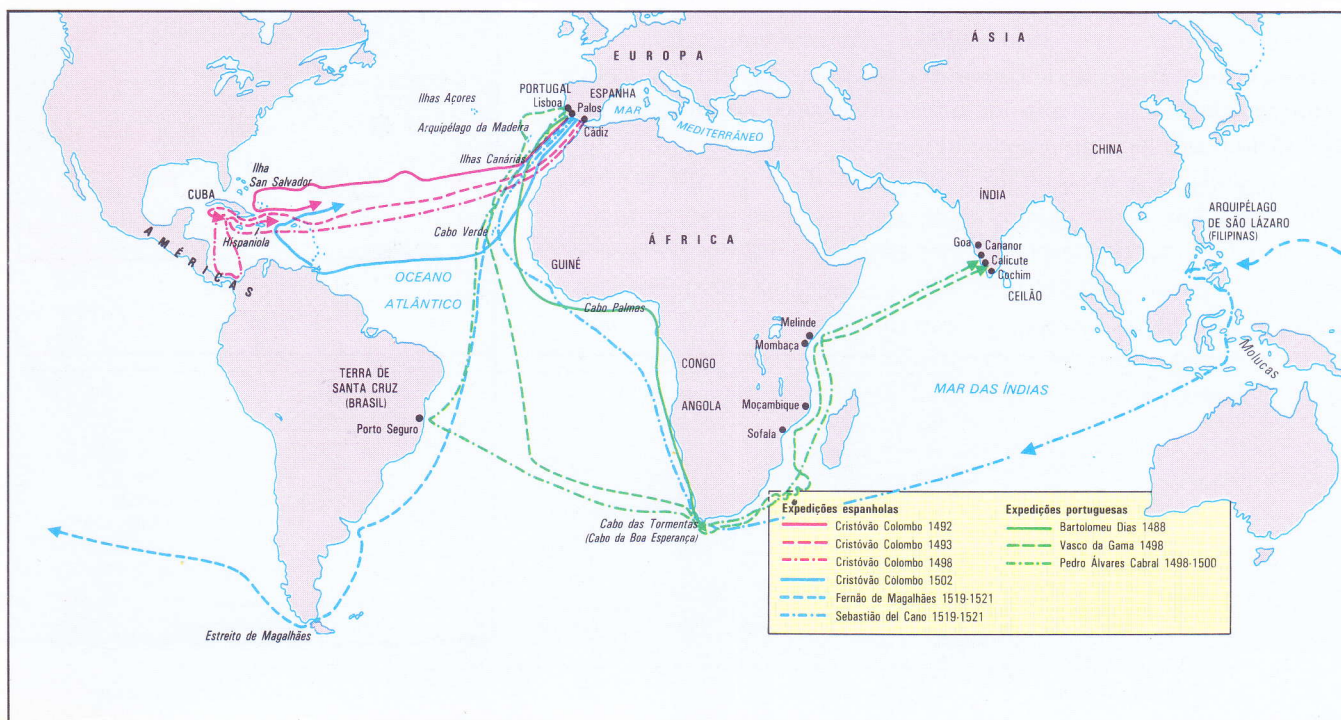
1889

REPÚBLICA

1 O mundo conhecido pelos europeus



2 Principais viagens marítimas dos reinos ibéricos (séculos XV e XVI)



A colonização do Novo Mundo

Os primeiros habitantes das Américas, divididos em diversos grupos e distribuídos pelo extenso território, possuíam organizações sociais que variavam de tribos seminômades até verdadeiros impérios centralizados [1]. Nas terras que hoje constituem o Brasil, destacavam-se as tribos Tupi, Gê e Aruaque, que, além da caça e da pesca, se dedicavam à agricultura. Calcula-se que em 1500 havia 2 milhões de nativos [2] em nosso território. Destes restam menos de 200 mil, que ainda lutam pela demarcação de suas terras.

No início do século XVI, atraídos pelos lucros do comércio com as Índias [3], os portugueses limitaram-se ao reconhecimento das regiões litorâneas, quase exclusivamente para intensificarem a exploração do pau-brasil através do escambo com os nativos. Em pequeno número, esses lusitanos estabeleciam-se em feitorias [4] e acabavam por se integrar ao cotidiano indígena, dependendo das alianças com as tribos locais [2]. A presença de rivais europeus, bem como a tentativa de criar uma alternativa econômica para o comércio oriental — que em torno de 1530 já mostrava os primeiros sinais de crise —, levou a Coroa portuguesa a iniciar a colonização da América.

A partir de então, a relação com os indígenas se modificou. A civilização trazida pelos europeus passou a significar a submissão dos nativos, a tomada de suas terras e a subordinação de suas culturas originais. Tornaram-se freqüentes os conflitos entre portugueses e índios.

A primeira experiência colonizadora, feita com as capitanias hereditárias, não garantiu a defesa nem a ocupação desses novos domínios. Desde cedo, algumas delas, chamadas Capitanias Reais, passaram ao controle direto de Lisboa, ao contrário das demais, controladas a partir da colônia. Anos depois, com a criação do Governo-Geral, a Coroa reassumia o comando da colonização, por meio de um poder centralizado, ao qual foram subordinadas todas as capitanias.

Posteriormente haveria uma nova divisão do território brasileiro, estabelecendo-se dois governos, um sediado na Bahia e outro no Rio de Janeiro [3]. O Governo-Geral deveria ser a expressão de um poder central forte que dirigisse a colônia. Na prática, porém, os grandes proprietários de terras (chamados homens bons) acabaram por controlar a vida colonial, exercendo seu poder político através das Câmaras Municipais [4].

2 Feitorias e escambo



1 Povos pré-colombianos

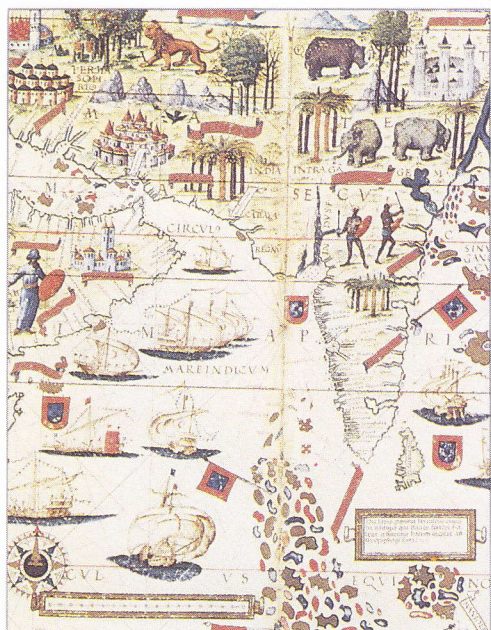


IMPÉRIO

1889

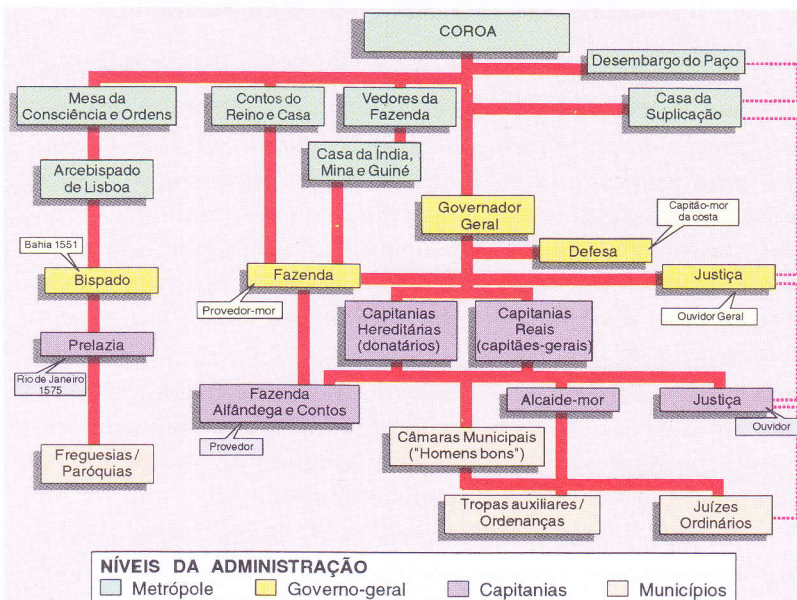
REPÚBLICA

5 Os reinos das especiarias



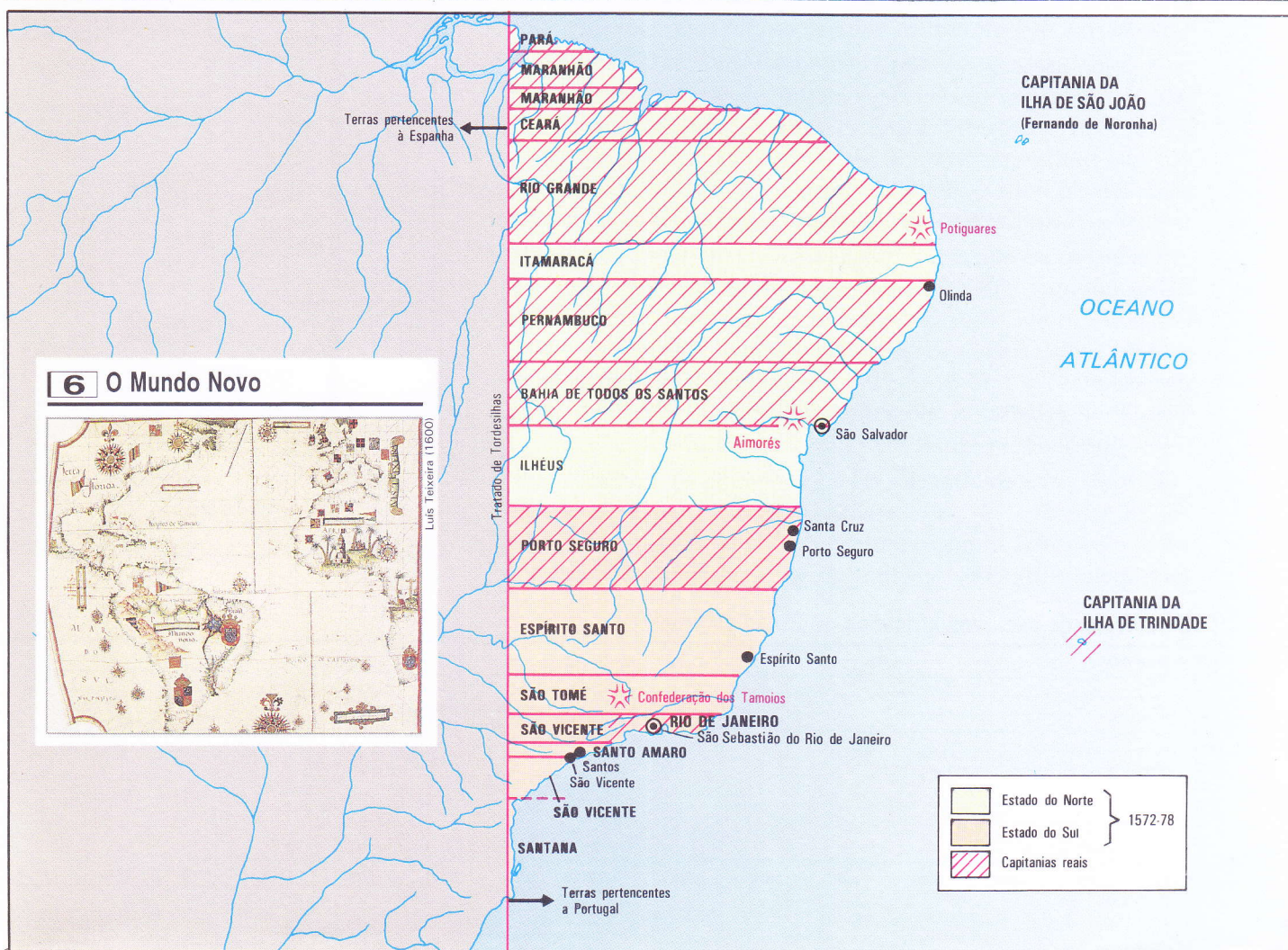
Lopo Homem (1519)

4 Administração colonial



Fonte: SALGADO, Graça. *Fiscais e melinheiros: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

3 Divisão político-administrativa da América Portuguesa



A civilização do açúcar

A colonização das terras portuguesas na América exigia a organização de uma economia lucrativa e duradoura. A simples exploração do pau-brasil, apesar de ter se estendido por séculos, não garantia a estabilidade necessária para isso. Assim, o açúcar acabou por se tornar o principal produto da economia colonial até o século XIX, devido inicialmente a diversas condições favoráveis, principalmente no Nordeste, e a uma grande aceitação do produto nos mercados europeus.

Em torno da atividade canavieira desenvolveram-se também a pecuária e o fumo. O gado era fundamental para o transporte e servia como força motriz das máquinas dos engenhos. O tabaco tornara-se um produto importante, já que, na África, era trocado por escravos (escambo).

A África, o continente negro, fornecia um tipo de mercadoria especial. Por séculos, inúmeras embarcações cruzaram o oceano para abastecer o Novo Mundo com africanos, que, com suas vidas e seu trabalho, garantiram a colonização. A *plantation*, uma estrutura de produção original, lançava suas bases: grandes propriedades com mão-de-obra escrava dedicadas à cultura de um único produto voltado ao mercado externo.

A colonização gerou uma verdadeira civilização do açúcar. Afinal, com o plantio da cana e a proliferação de engenhos, não foram só as paisagens das áreas litorâneas, onde se dava o cultivo, que mudaram. Toda a antiga visão idílica, que apontava semelhanças entre o Novo Mundo e o Paraíso bíblico, foi substituída pelas reflexões e impressões causadas pela escravidão.

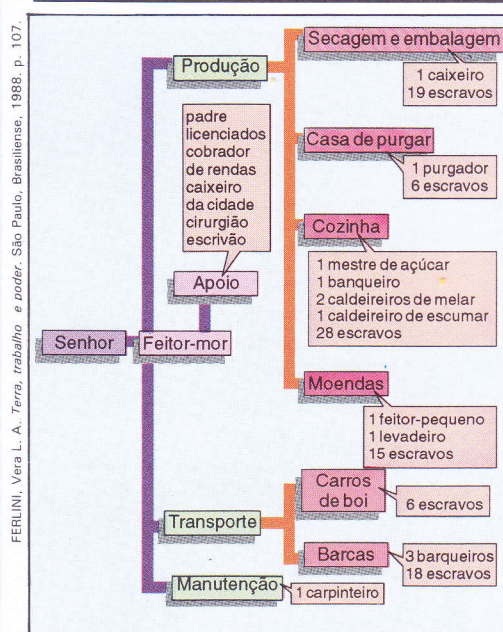
Os engenhos não eram apenas fábricas incríveis, mas verdadeiros infernos, com caldeiras que pareciam lagos ferventes, trabalho noturno e gritos desesperados de escravos. Numa melhor posição social, trabalhadores livres desempenhavam funções especializadas. O Brasil preparava-se para ser, segundo a visão de um cronista do período colonial, o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos.

Grande parte da América estava integrada ao intenso comércio do Atlântico, que envolvia gêneros tropicais, manufaturas e escravos numa extensa rede mercantil, montada pelas metrópoles européias, denominada antigo sistema colonial.

1 A economia colonial no século XVI

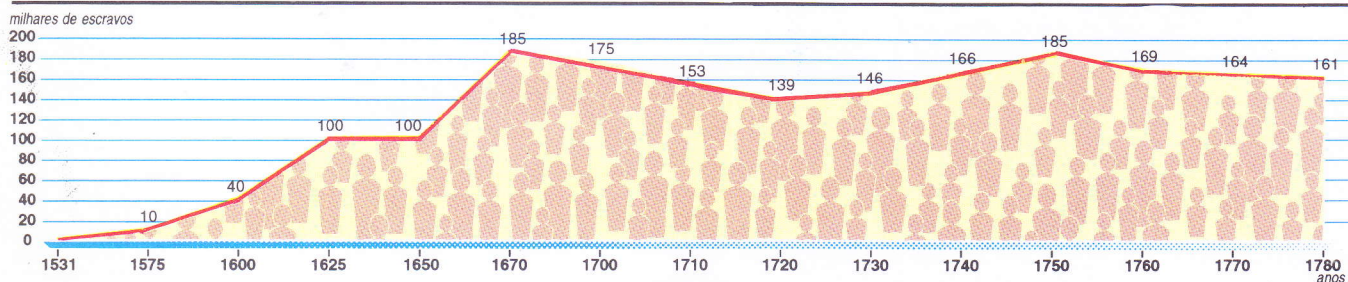


2 Organograma de um engenho

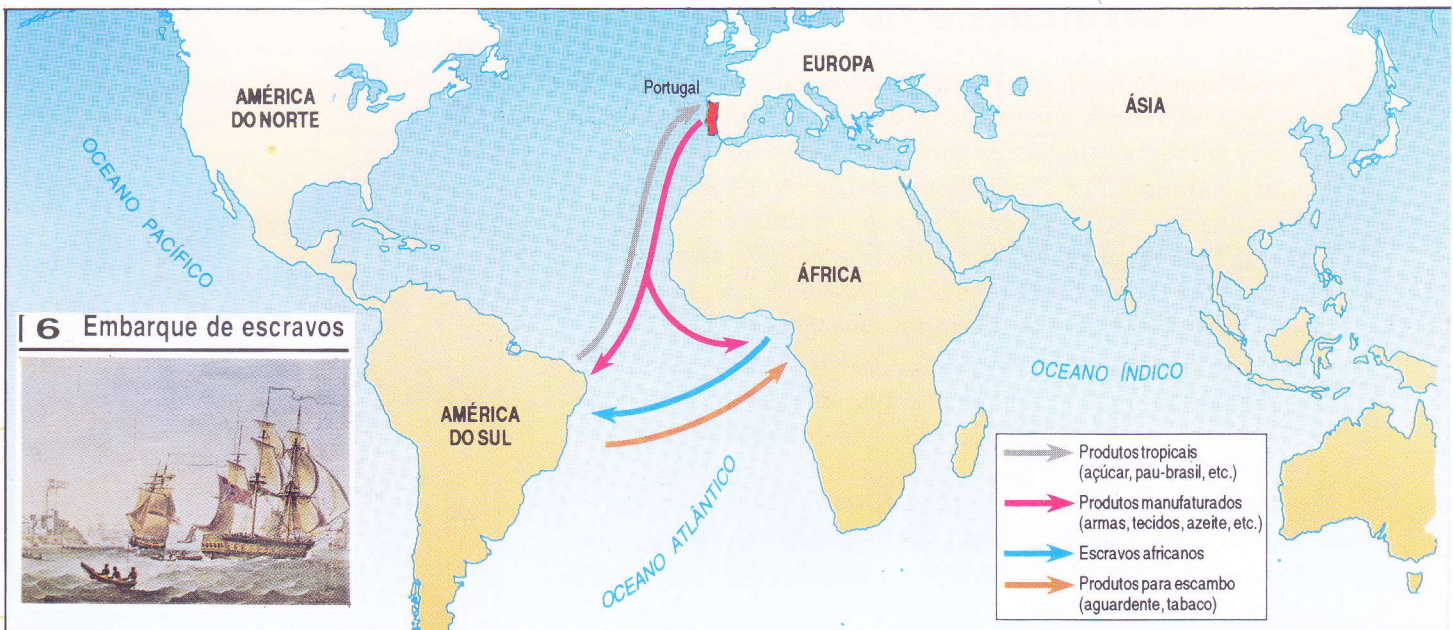


FERLINI, Vera L. A. Terra, trabalho e poder. São Paulo, Brasilense, 1988. p. 107.

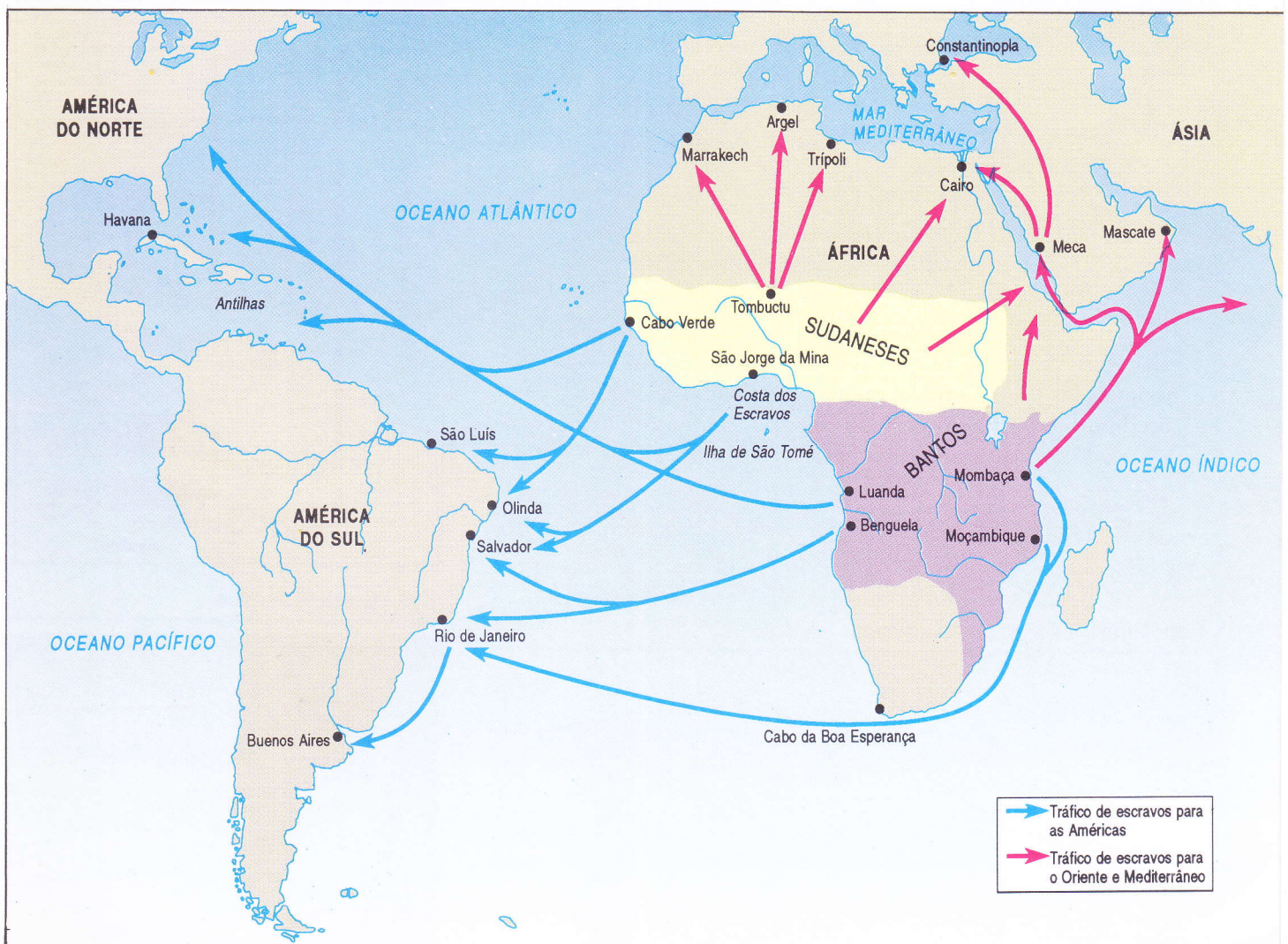
4 Entrada de escravos africanos no Brasil colonial



5 Comércio atlântico e sistema colonial



3 Principais rotas do tráfico de escravos



A União Ibérica

O jovem rei de Portugal, D. Sebastião, morreu combatendo os árabes no norte da África. Sua derrota em Alcácer-Quibir, em 1578, levou ao trono português o velho Cardeal D. Henrique, que faleceu dois anos depois, também sem deixar descendentes. Abriu-se então uma intensa disputa pela Coroa lusitana, vencida afinal por Filipe II, rei da Espanha, da família Habsburgo.

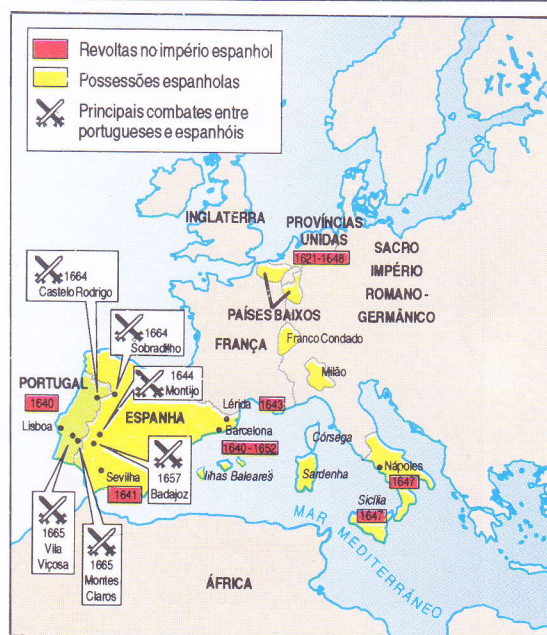
A nobreza e a burguesia portuguesas, atraídas pelas riquezas espanholas, apoiaram a nascente União Ibérica. A partir de 1580, toda a península estava ligada a uma só Coroa. Um imenso império, que envolvia todos os cinco continentes, passou a traduzir a nova dimensão do poderio ibérico [1].

No entanto, um ano após a união dinástica, já ocorria a primeira perda do império filipino. Parte dos Países Baixos, sob a liderança da Holanda, desligou-se de Madri, capital do império, proclamando a República das Províncias Unidas, uma perda que os espanhóis tentariam reverter, inutilmente, durante anos [2]. Parceiros comerciais de Portugal, os holandeses financiavam e distribuíam grande parte do açúcar brasileiro. Mas a nova situação política em que ambos se encontravam trouxe mudanças nas relações entre esses dois Estados. A partir de 1624, ataques a possessões de Portugal, sobretudo em áreas canavieiras do Brasil e de obtenção de escravos na África, puseram frente a frente holandeses e portugueses. Por trinta anos, luso-brasileiros envolveram-se em lutas pela retomada de áreas ocupadas no Brasil e na África [3] [5].

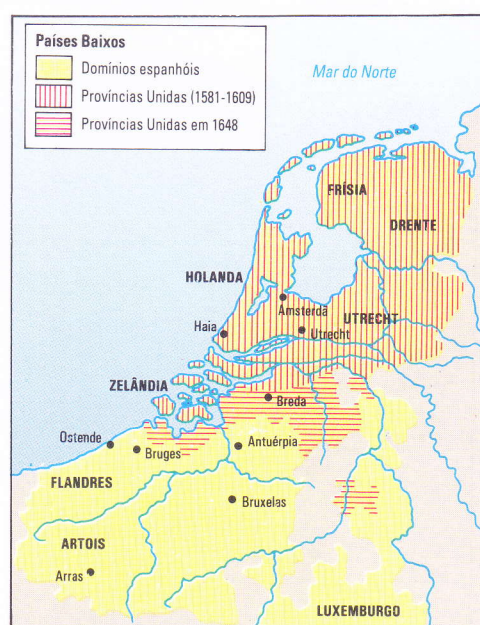
Por volta de 1620, a situação dos domínios filipinos começou efetivamente a se alterar: a prata americana já não era mais tão abundante; Estados europeus rivais continuavam a fustigar importantes possessões imperiais; e as sucessivas guerras enfraqueciam as finanças reais, gerando descontentamentos e revoltas internas. Para as classes dominantes portuguesas já não era tão atraente a integração com a Espanha, pois sua riqueza diminuía e as revoltas das camadas populares aumentavam.

Os problemas econômicos tornaram-se, assim, a principal causa da Restauração, que iria desvincular novamente Portugal dos domínios espanhóis. Em 1640 era afinal aclamado um novo rei português, dando início a lutas que só terminariam em 1668 [4].

4 A guerra da Restauração



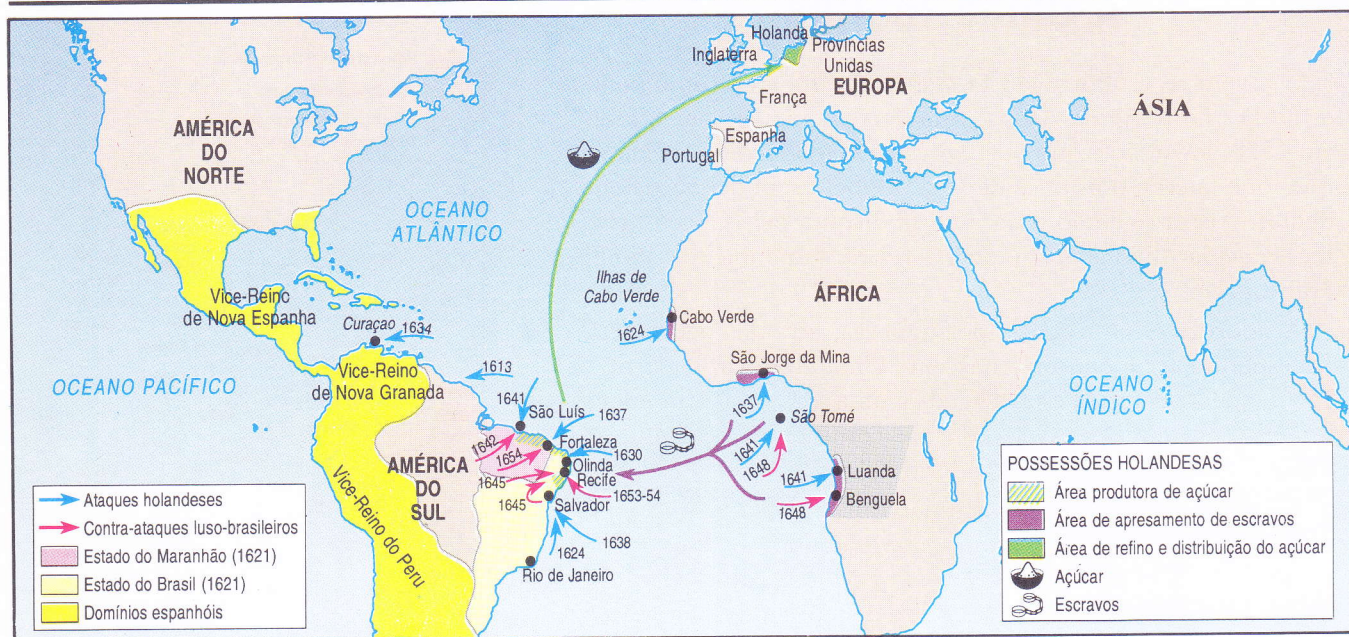
2 Províncias Unidas



5 Brasil Holandês



3 A guerra pelo açúcar (1624-54)



1 O império de Filipe II



A economia na época da Restauração

A segunda metade do século XVII assiste ao fim da hegemonia ibérica. Franceses, ingleses e holandeses, com o estabelecimento de seus próprios impérios coloniais, tornam-se as principais potências de um jogo internacional do qual os ibéricos passam a ser peças secundárias [1]. O poderio português estava abalado pelas invasões holandesas e pela guerra da Restauração e o comércio com o Oriente declinara drasticamente. Lutando em várias frentes, e diplomaticamente isolado, Portugal recorre à Inglaterra, que dá seu apoio militar e político ao abatido reino lusitano em troca de alguns domínios e de acordos comerciais vantajosos. Começava assim uma subordinação que avançaria pelos séculos seguintes.

Os holandeses, expulsos do Nordeste brasileiro em 1654, expandiram a produção de açúcar nas Antilhas [2], em suas próprias possessões ou em consórcios com ingleses e franceses. A produção holandesa, que contava com diversas refinarias, capitais e uma grande rede de distribuição, acabou por afetar diretamente os negócios luso-brasileiros.

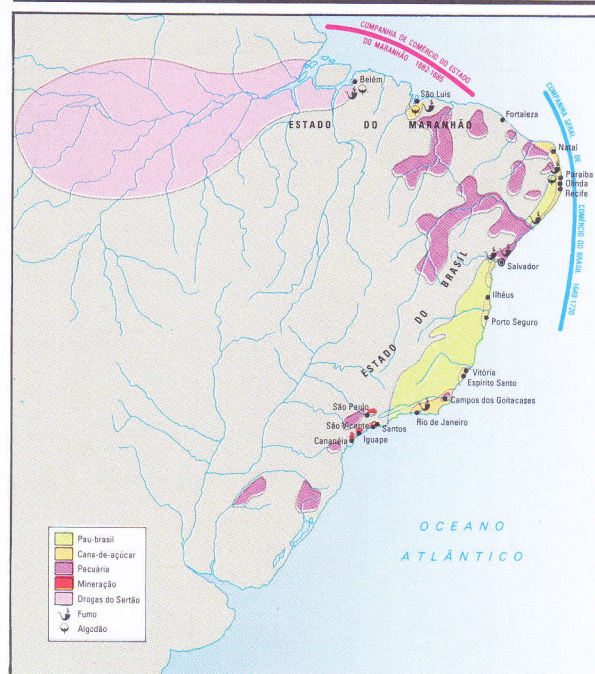
No entanto, ainda que o preço do açúcar não tenha acompanhado as altas de outros produtos, sobretudo dos escravos, em vários momentos do século XVII [3] não houve uma queda generalizada da atividade açucareira. Ocorreu mesmo um aumento das áreas produtoras, que continuavam a ser essenciais para as finanças imperiais. Assim, e apesar das dificuldades, a economia colonial tornava-se cada vez mais complexa. A pecuária estendia-se para o interior, o tabaco mantinha-se entre as principais exportações e o algodão, usado internamente para a fabricação de tecidos grosseiros, começava a ganhar algum destaque.

Para continuar suprindo suas necessidades, o império português passou, então, a exercer um controle maior sobre a colônia [5]. São então criadas Companhias de Comércio, nas quais grandes comerciantes detinham o monopólio dos negócios das principais regiões exportadoras da América portuguesa [4]. As tensões internas, alimentadas por oposições às medidas metropolitanas, não tardariam a se manifestar.

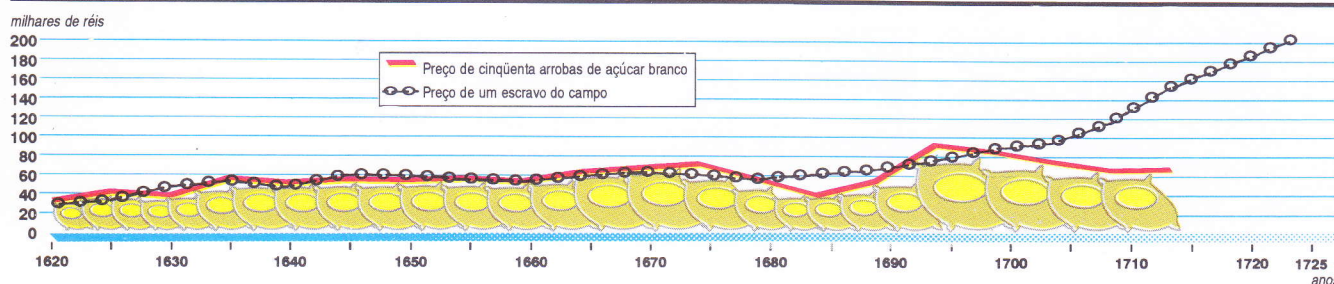
5 Estado do Brasil



4 A economia colonial no século XVII

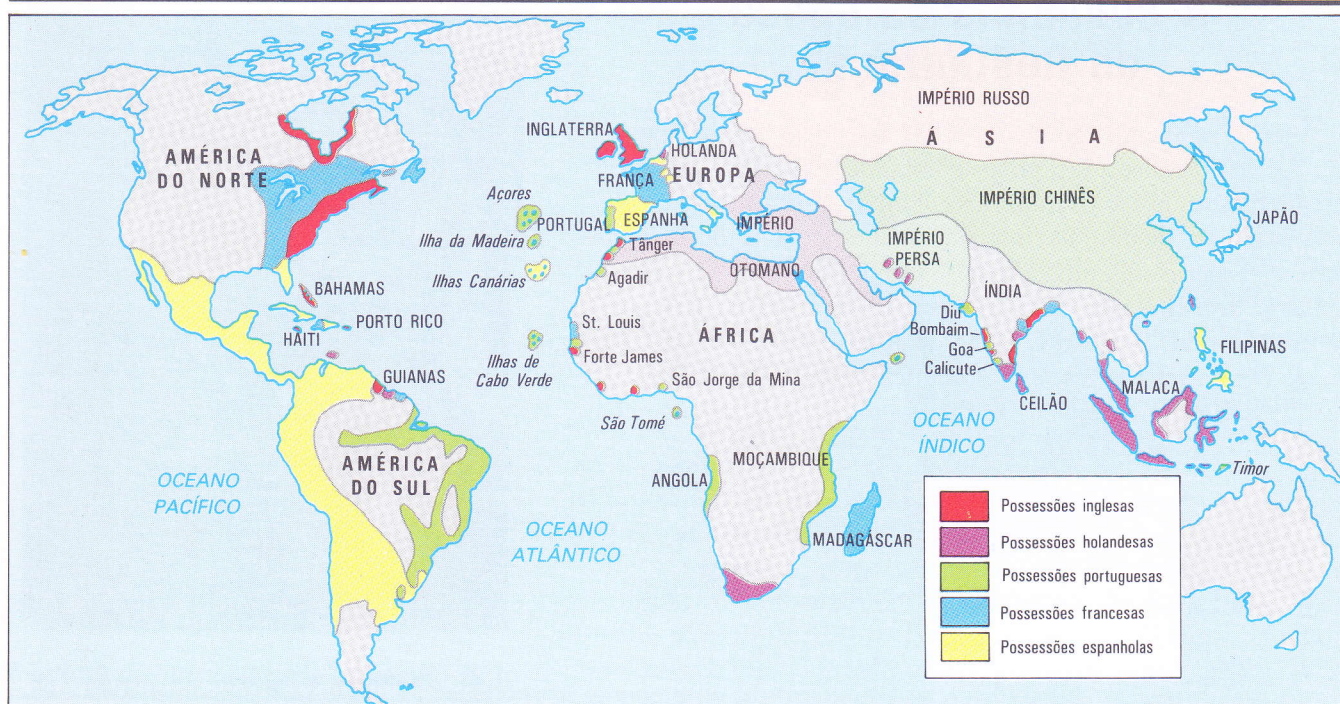


3 Preço do açúcar X preço de escravos



SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: São Paulo, Companhia das Letras, 1985, p. 167.

1 Impérios do século XVII



2 As Antilhas no século XVII



A economia colonial no século do ouro

O século XVIII é conhecido como a idade do ouro do Brasil. A descoberta de jazidas desse metal, principalmente na região de Minas Gerais, trouxe grandes alterações para a economia e sociedade coloniais. Ainda assim, o açúcar manteve sua posição de destaque entre as exportações. Ao lado desses dois produtos, também o algodão recebeu um grande impulso externo, graças à nascente indústria têxtil inglesa, enquanto a pecuária e o fumo permaneciam como importantes gêneros auxiliares das atividades canaveira e mineradora.

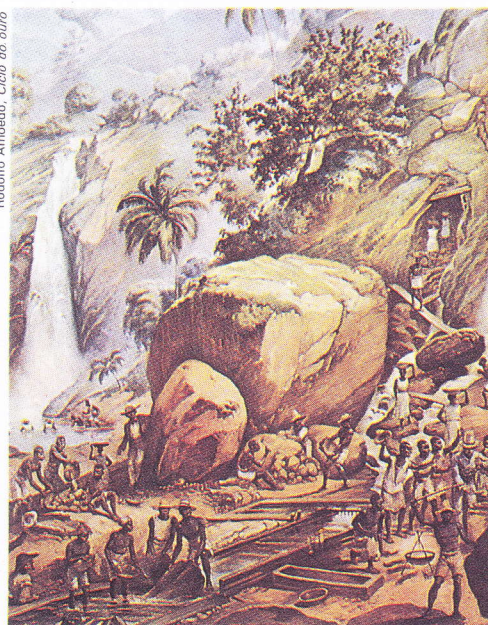
A produção de ouro [5], que atingiu o auge em torno de 1750, permitiu à metrópole portuguesa viver um período de riqueza e opulência; período, no entanto, bem curto. Com a queda da produção registrada na segunda metade do século XVIII, novas dificuldades surgiram para a economia lusitana [2]. Foram então adotadas medidas para dar maior lucratividade aos negócios imperiais, aumentando ainda mais o controle sobre a economia colonial. Para isso, criaram-se novas companhias comerciais, à semelhança de suas antecessoras do século XVII. Através da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e da Companhia de Pernambuco e Paraíba [1], procurava-se monopolizar determinadas atividades econômicas nas mãos de alguns poucos e grandes negociantes.

Nesse tempo, a cidade do Rio de Janeiro, transformada em capital do Brasil pela proximidade com as áreas mineradoras, era o principal porto exportador da América portuguesa. O restante das exportações praticamente se restringia ao Norte e ao Nordeste. No Sul, o contrabando, iniciado no final do século XVI, continuava a escapar do controle metropolitano [3].

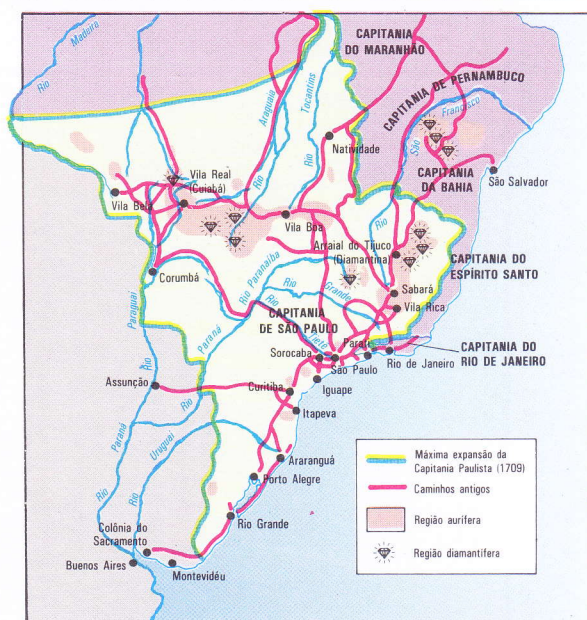
Já a Capitania de São Paulo, desde os primeiros tempos da colonização, voltara-se para o interior, visando o apresamento de índios, a procura de metais e a circulação do gado, e também devido ao incipiente comércio de alimentos. Seguindo os cursos dos rios, os paulistas abriram uma série de caminhos que permitiram a comunicação e o comércio com as áreas mineradoras, ampliando os domínios da Coroa portuguesa [4].

5 Mineração

Rodolfo Amêndio. Ciclo do ouro



4 Rotas de abastecimento do Centro-Sul



2 Produção de ouro no século XVIII

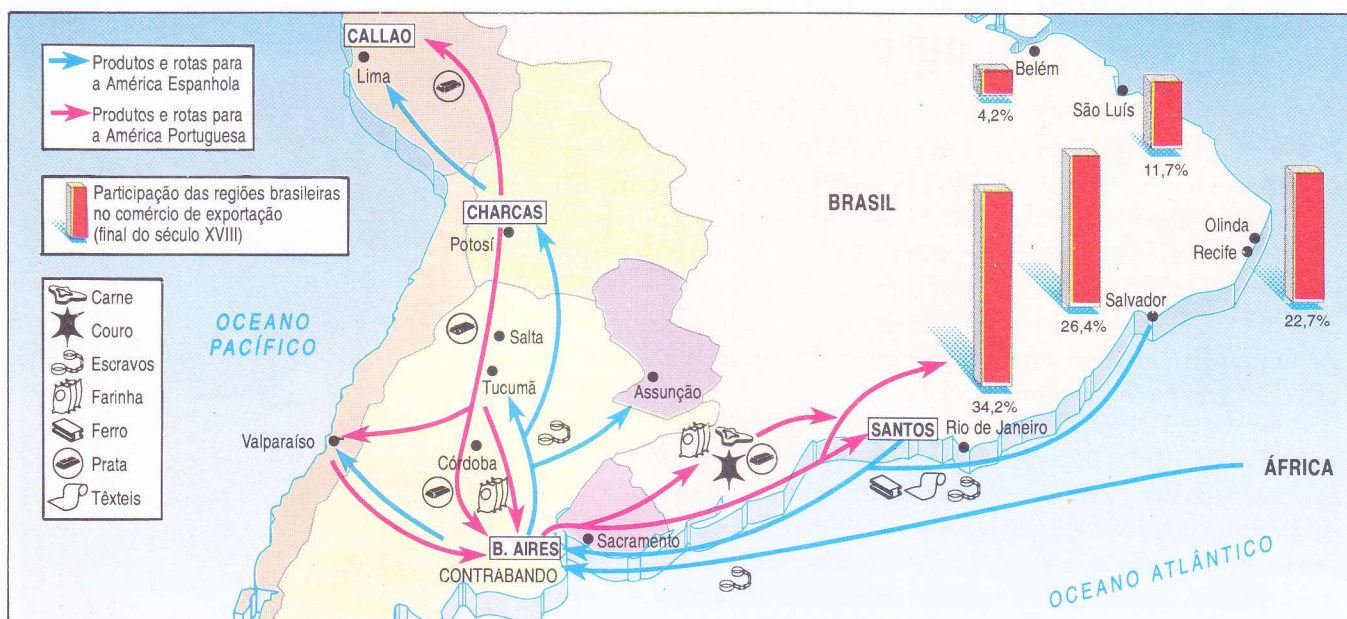


IMPÉRIO

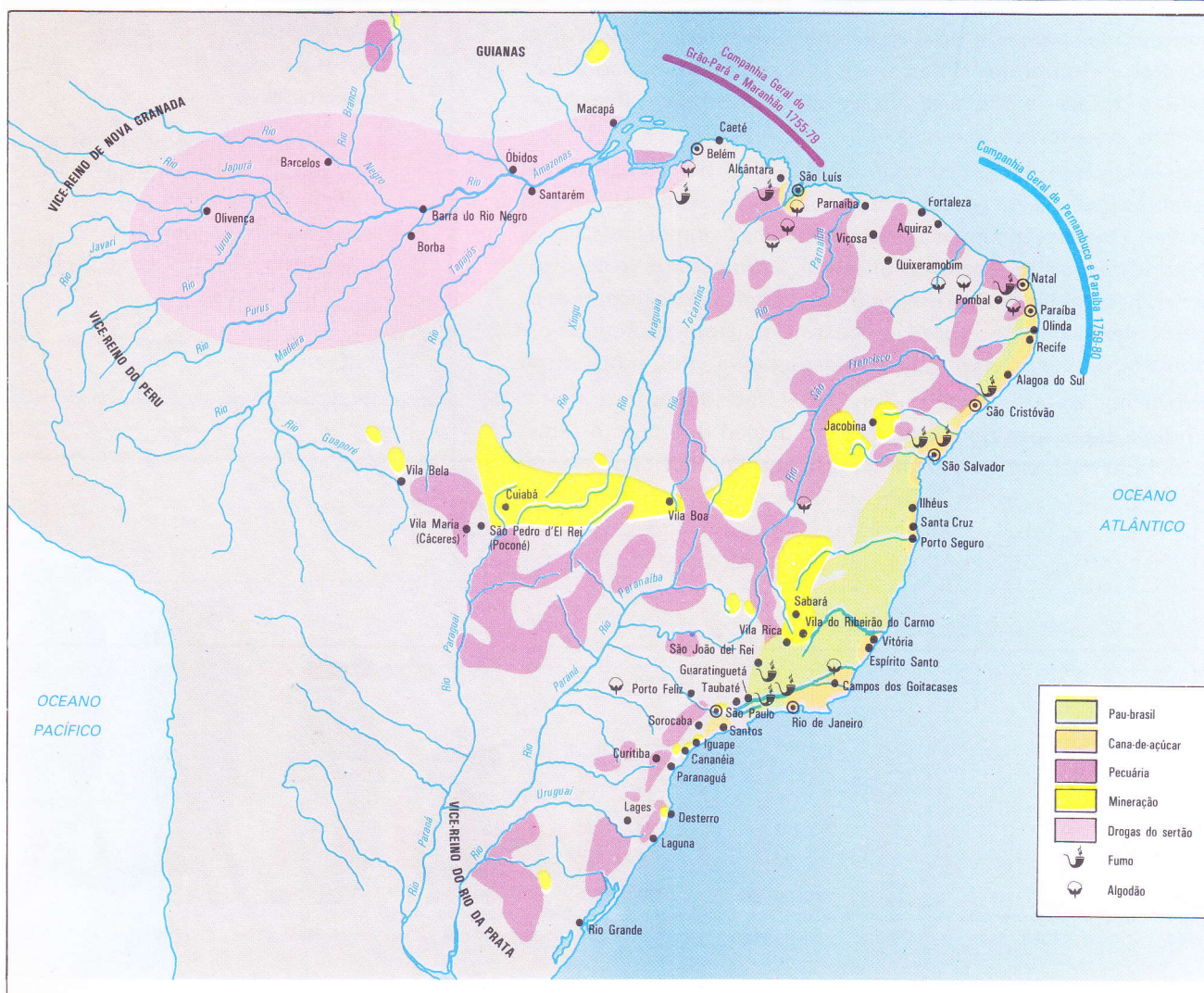
1889

REPÚBLICA

3 Exportação e contrabando na região do Prata



1 A economia brasileira no século XVIII



A expansão da colonização

A conquista do território hoje pertencente ao Brasil esteve intimamente ligada às atividades econômicas coloniais. Assim, a pecuária, a exploração das “drogas do sertão” na floresta Amazônica, a procura de indígenas e de metais preciosos levaram os luso-brasileiros para além dos limites determinados pelo Tratado de Tordesilhas. Entre os séculos XVI e XIX, a partir das províncias litorâneas, formaram-se diversos focos de expansão colonizadora [2], de onde partiram os conquistadores que estabeleceram os primeiros caminhos, povoados e fortificações do interior [1]. Devido a isso, ainda no século XVIII Portugal e Espanha firmaram vários tratados, procurando novamente delimitar seus respectivos domínios coloniais no Novo Mundo.

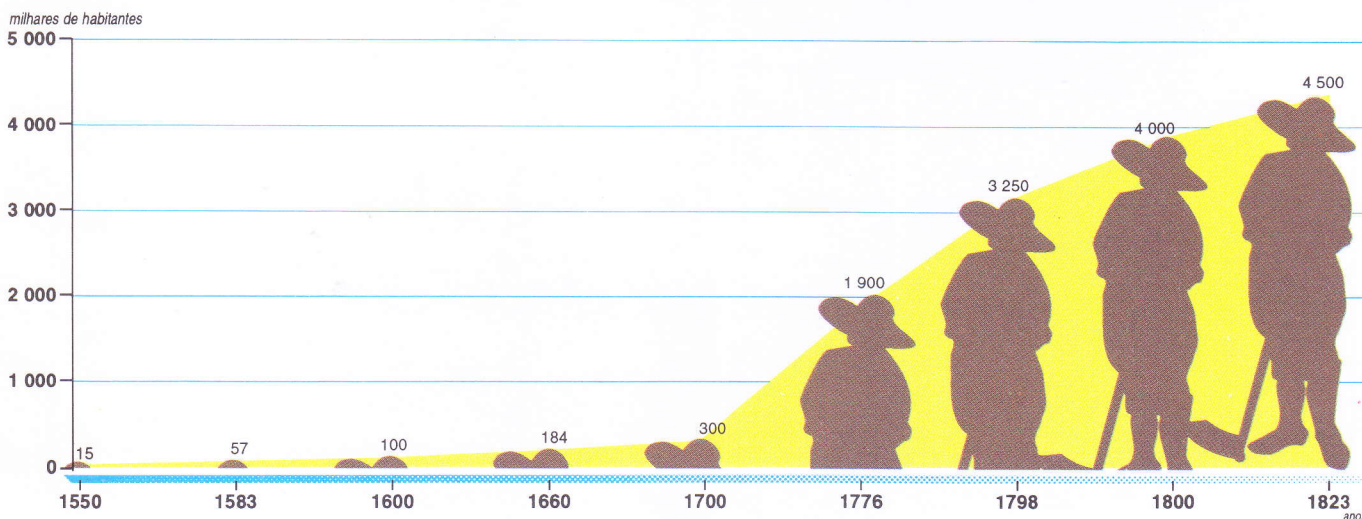
Internamente, a própria América portuguesa chegou a ser dividida em três Estados: vice-reino do Brasil, Estado do Maranhão e Piauí e Estado do Grão-Pará e Rio Negro [3]. Novas capitanias também foram criadas, sempre na tentativa de garantir o controle e a posse dos territórios portugueses no continente. A partir da metade do século XVIII, a Coroa portuguesa readquiriu as poucas capitanias ainda em mãos de particulares, assumindo sua administração através de funcionários reais. Algumas dessas capitanias estavam subordinadas às chamadas Capitanias Gerais, instâncias político-administrativas submetidas aos seus respectivos Governos-Gerais [4].

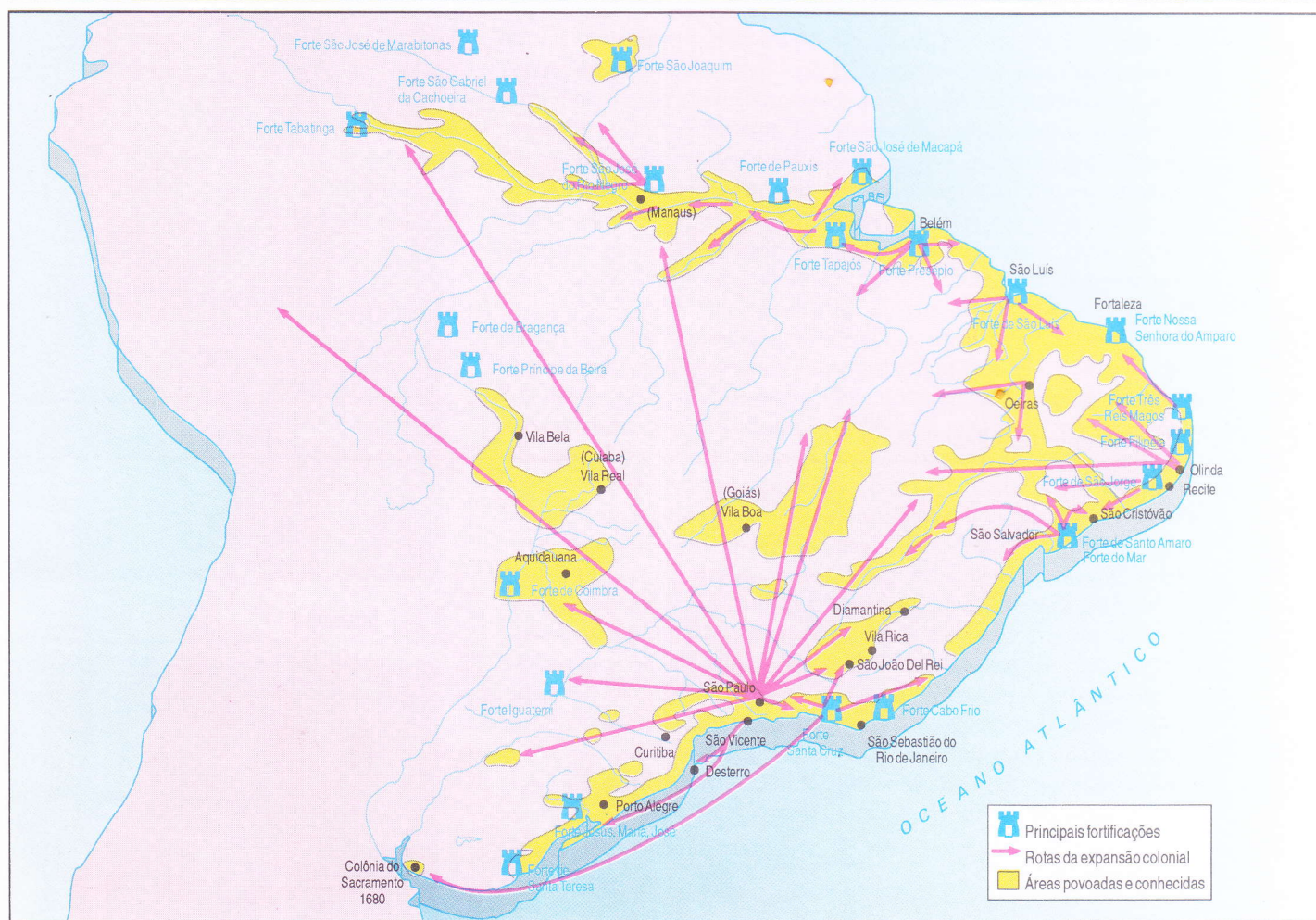
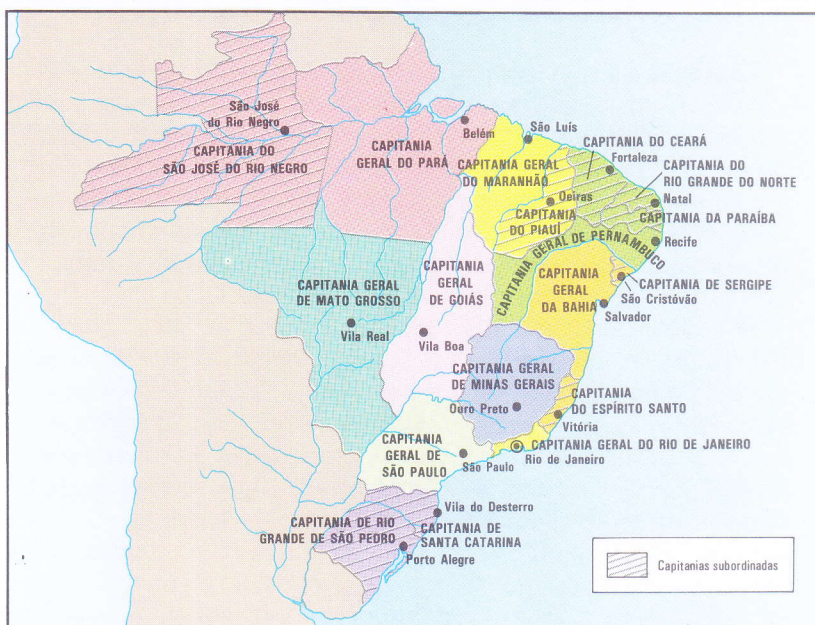
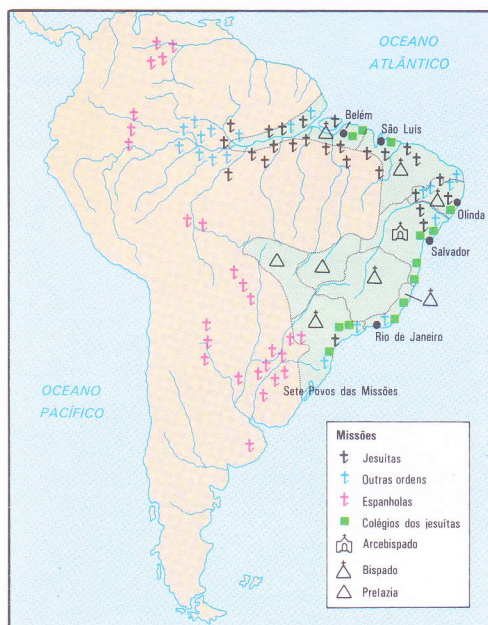
Ao lado dessas medidas econômicas, políticas e diplomáticas, a participação da Igreja também foi decisiva para a conquista colonial. Diversas ordens religiosas, entre elas a importante Companhia de Jesus, estabeleceram missões tanto nas regiões litorâneas quanto no interior, onde os indígenas eram sistematicamente “domesticados” e cristianizados [5], integrando-se à estrutura de exploração colonial montada pela Coroa portuguesa no Brasil.

3 América Portuguesa



2 Crescimento populacional





Sociedade e tensões coloniais

O açúcar e a mineração influenciaram a constituição de toda a sociedade colonial. Por um lado, a atividade canavieira, mesmo baseada no litoral, desenvolveu-se num ambiente ruralizado dirigido pelos senhores de engenho; por outro, a sociedade das minas, estabelecida no interior e dirigida por grandes mineradores, possuía uma camada social média urbana e mais complexa do que a encontrada no meio açucareiro, embora se nutrisse do mesmo componente básico: o escravismo [1].

A escravidão criava uma série de tensões na vida colonial. Entre elas, as que resultaram na expulsão definitiva da Companhia de Jesus, em 1760. Os jesuítas [5], contrários à escravização dos índios, mas favoráveis à escravidão dos africanos, foram expulsos diversas vezes de muitas regiões da colônia e sofreram a pressão direta dos bandeirantes, que tinham grande experiência no apresamento de indígenas e na destruição de quilombos. Vários conflitos revelaram a oposição dos interesses colonizadores à atuação da Companhia de Jesus, como a Revolta de Beckman [6], cujo elemento desencadeador foi a questão da escravização indígena, agravada pelas reações à atuação da Companhia de Comércio do Maranhão [2].

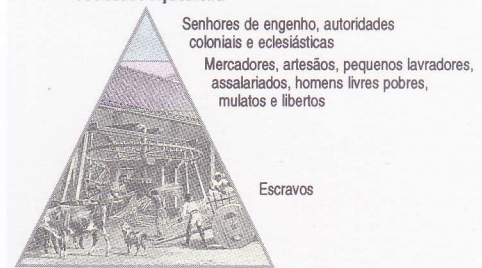
Outros conflitos, envolvendo interesses diversos, também sacudiram a sociedade colonial. No Nordeste, a luta pelo poder político levou comerciantes e senhores de engenho a se enfrentarem na Guerra dos Mascates. Demonstrando não haver unidade nos domínios portugueses, e sim uma série de regiões mais ou menos autônomas, a Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais, representou uma tentativa dos paulistas de impedir o acesso de concorrentes aos seus negócios. Mesmo depois de separado de São Paulo, o atual estado de Minas Gerais ainda se manteve extremamente explosivo. Estourou ali a revolta de Filipe dos Santos, voltada contra o controle da metrópole [3].

Os conflitos assumiram um cunho separatista já no final do século XVIII. A economia portuguesa, cada vez mais subordinada aos interesses ingleses, estava enfraquecida. O declínio da mineração fez com que aumentasse ainda mais o controle metropolitano, através de medidas que fizeram crescer as tensões coloniais. A Inconfidência Mineira, um movimento de elite, foi o primeiro a pretender a independência política, mas, como outras conspirações posteriores, não resultou numa verdadeira revolta.

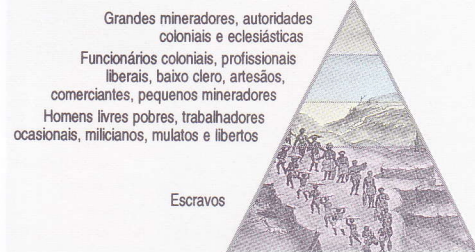
O primeiro grande movimento separatista foi na realidade a Inconfidência Baiana [4], que, embora inicialmente dirigida pelas elites, foi depois conduzida pelas camadas populares. As classes dominantes na colônia começaram então a perceber a extensão das reivindicações das camadas médias da sociedade. Queriam fazer a independência, mas à sua maneira, sem a participação popular, que não se levantava apenas contra o domínio português, mas também contra a miséria, a escravidão e a falta de participação política.

1 Classes sociais

Sociedade Açucareira



Sociedade Mineradora



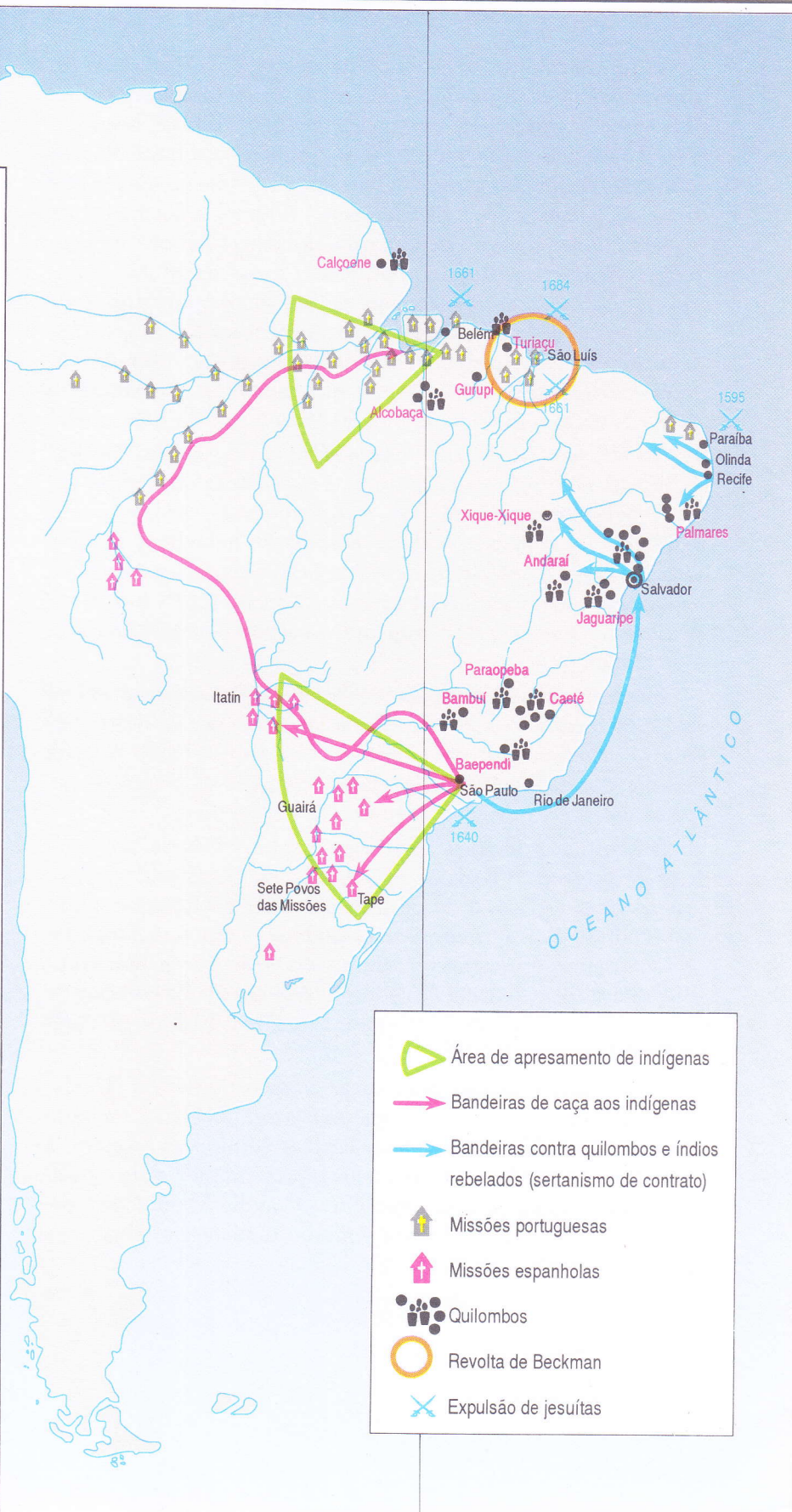
6 Beckman



Antônio Pereira, Beckman no sertão do Alto Meirim.

5 Missões





Cultura colonial

A cultura colonial brasileira foi fortemente marcada pela religiosidade católica. Na antiga Terra de Santa Cruz, integrante do chamado Império de Deus por Portugal, a difusão dos valores cristãos foi sempre um referencial fundamental tanto do pensamento quanto das expressões artísticas. Numa época em que o acesso à leitura era extremamente limitado, e normalmente restrito aos membros do clero, a palavra evangelizadora e as mensagens visuais constituíam os principais meios de difusão cultural. Assim, ao lado da catequese de indígenas e africanos e da pregação nas cerimônias religiosas, a arquitetura das igrejas [5] e mosteiros e as pinturas e esculturas sacras [2] [3] formavam o núcleo da cultura européia que tentava se estabelecer no Novo Mundo e que ia sofrendo as influências do novo meio.

Ao lado disso, e durante muitos séculos, viajantes e cronistas europeus retratariam em pinturas e textos suas impressões sobre o peculiar mundo colonial, seus povos, seus costumes e seus conflitos. Durante o período da dominação holandesa no Nordeste, o príncipe Maurício de Nassau estimulava a presença na colônia de vários pintores e artistas [1] [6] [7], numa outra e distinta tentativa de implantar a cultura européia no mundo colonial.

Internamente, os colégios jesuítas monopolizaram o ensino até 1760, condicionando também a formação dos escritores laicos. O surgimento de um público leitor significativo só se daria em meados do século XVIII, com a formação de pequenos círculos literários urbanos, denominados academias.

Dois estilos principais nortearam a cultura colonial na América portuguesa: o Barroco e o Arcadismo. O primeiro expressava a crise espiritual do período posterior ao Renascimento, sobrepondo duas formas de sensibilidade: a fé e a racionalidade. Entre seus principais representantes estão o pregador Antônio Vieira [4], o poeta Gregório de Matos, o músico Lôbo de Mesquita e o escultor Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho) [2].

Já durante o Arcadismo, característico do século XVIII, sobressaiu-se uma tendência que aliava simplicidade, racionalidade e clareza, expressando as críticas iluministas ao clero, à nobreza e ao sistema colonial. Seus representantes mais significativos na colônia foram os escritores Cláudio Manuel da Costa, Basílio da Gama, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto.

1 Engenho com capela

Frans Post (século XVII)



3 Frei Agostinho

Anônimo (século XVIII)



6 Mulato do Brasil

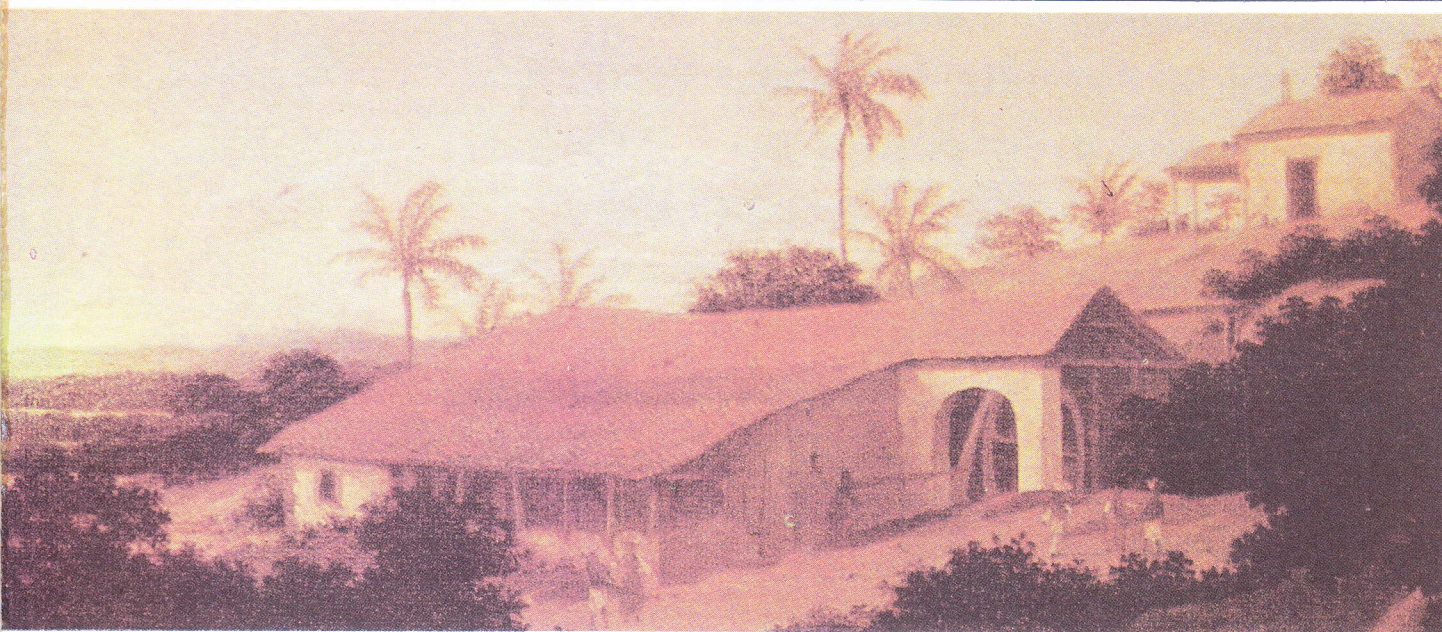
Albert Eckhout, (1641)



IMPÉRIO

1889

REPÚBLICA



4 Vieira



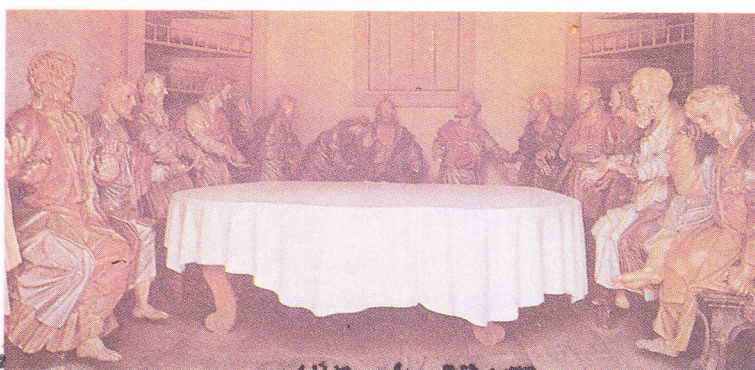
Cândido Portinari

7 Dança dos tapuias



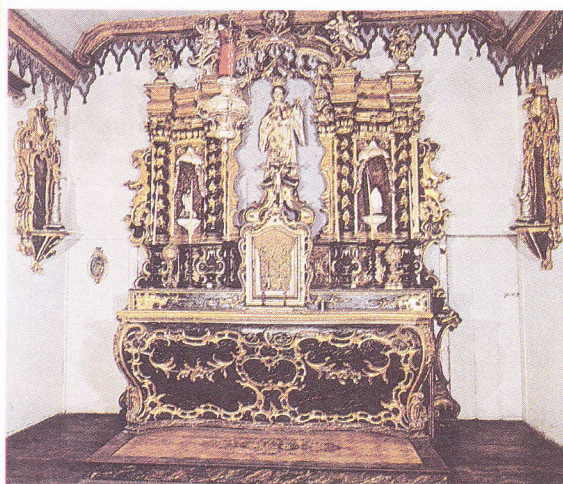
Albert Eckhout (1641-3)

2 A última ceia



Aleijadinho (século XVIII)

5 Capela



Século XVIII, Salvador.

ATLAS

HISTÓRIA DO BRASIL

Flavio de Campos

Mestre em História — Universidade de São Paulo

Miriam Dolhnikoff

Mestre em História — Universidade de São Paulo



Este **Atlas de História do Brasil** é destinado a estudantes, professores e demais interessados em conhecer as transformações e permanências da história brasileira. Nesse sentido, procura contemplar seus principais aspectos políticos, sociais, econômicos, demográficos e culturais. Através de mapas e gráficos, pretende apresentar os elementos mais significativos das formações sociais brasileiras desde os primeiros momentos da conquista colonial.

Este **Atlas**, ao selecionar e apresentar informações e breves análises, confere uma interpretação da história do Brasil, dentre várias possíveis, influenciada pelas circunstâncias e problemas de nossa época. Esperamos, assim, fornecer um material útil para a compreensão de nossa história passada e presente.

Os Autores.

E. E. MILTON MARTINS POITENA
Ensino Fundamental - Ciclo II
Rua Uruguai, s/n - Jardim Ivoly
Itanhaém - São Paulo
CEP: 11740-000 / (013) 422-2713
Diretoria Regional de Ensino de São Vicente



editora scipione



editora scipione

DIRETORIA

Luiz Esteves Sallum
Vicente Paz Fernandez
José Gallafassi Filho
Antonio Carlos Fiore

GERÊNCIA EDITORIAL

Aurelio Gonçalves Filho

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Maria Teresa Buco Porto

ASSISTÊNCIA EDITORIAL

Mauro Tadeu Aristides

REVISÃO

chefia - Sâmia Rios
assistência - Miriam de Carvalho Abões
preparação - Sandra Cristina Fernandez
revisão - Roberto Belli, Luciana Campos de
Carvalho e Irene Hikichi

ARTE

coordenação geral - Sérgio Yutaka Suwaki
edição de arte - Didier D. C. Dias de Moraes
coordenação - Edson Haruo Toyota
assistência - Douglas do Carmo
capa - Sylvio Uhlôa Cintra Filho
miolo e ilustrações - Cassiano Rôda
cartografia - Cassiano Rôda e
Arsênio dos Santos Andrade
pesquisa iconográfica - Alice Reiko Haga

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

José Antonio Ferraz

COMPOSIÇÃO E ARTE-FINAL

Diarte Editora e Comercial de Livros
coordenação geral - Nelson S. Urata
coordenação de arte-final - Silvío Vivian
composição - Shiguera Hayashi
arte-final - Rejane Motta

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Prol - Editora Gráfica Ltda.

Editora Scipione Ltda.
MATRIZ
Praça Carlos Gomes, 46
01501-040 São Paulo SP
e-mail: scipione@scipione.com.br

DIVULGAÇÃO
Rua Fagundes, 121
01508-030 São Paulo SP
Tel. (0XX11) 3272 8411
Caixa Postal 65131

VENDAS
Tel. (0XX11) 3277 1788

2000

ISBN 85-262-1975-8

3ª EDIÇÃO
(3ª impressão)



EDITORA AFILIADA

Agradecimentos

Agradecemos a Francisco C. Alambert Jr., pela elaboração dos capítulos referentes à cultura republicana. A Luis Dolhnikoff, pelo copidesque dos textos e pelas sugestões literárias. A Joaci P. Furtado, pelas inúmeras sugestões e informações. A Herom Vargas Silva, pelo empenho com que nos auxiliou nas pesquisas realizadas no banco de dados da *Folha de S. Paulo*. A Andréa R. D. Montellato e Paulo S. Rota, pelas valiosas sugestões. A Rita de Cássia D'Angelo, pela presteza com que nos permitiu pesquisar na Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo).

Dedicatória

Para
Sarinha e Cóti,
Dirce e Zé Flávio.

Sumário

E. E. MILTON MARTINS POITENA
Ensino Fundamental - Ciclo II
Rua Uruguai, s/n - Jardim Ivoty
Itanhaém - São Paulo
CEP: 11740-000 / (013) 422-2713
Diretoria Regional de Ensino de São Vicente

Colônia

A conquista colonial	4, 5
A colonização do Novo Mundo	6, 7
A civilização do açúcar	8, 9
A União Ibérica	10, 11
A economia na época da Restauração	12, 13
A economia colonial no século do ouro	14, 15
A expansão da colonização	16, 17
Sociedade e tensões coloniais	18, 19
Cultura colonial	20, 21

Império

O processo de independência	22, 23
A economia do século XIX	24, 25
A construção do Estado nacional	26, 27
Tensões sociais no período monárquico	28, 29
Relações internacionais	30, 31
Da escravidão para o trabalho livre	32, 33
A crise do regime monárquico	34, 35
Cultura no Império	36, 37

República

República Velha

O Estado republicano	38, 39
Cafeicultura e industrialização	40, 41
A organização política na República Velha	42, 43
Tensões sociais: reações à modernização	44, 45
A crise da República Velha	46, 47
Cultura republicana I	48, 49

República Populista

A Segunda República	50, 51
Expansão e diversificação da economia	52, 53
O Estado Novo	54, 55
O fim do Estado Novo	56, 57
A democracia populista	58, 59
A industrialização	60, 61
O fim da República Populista	62, 63

República Militar

A consolidação da República Militar	64, 65
Oposição política e luta armada	66, 67
Cultura republicana II	68, 69
O milagre econômico	70, 71
A oposição consentida	72, 73
A abertura política	74, 75
A transição democrática	76, 77

Índice remissivo	78, 79
Bibliografia utilizada	80

IMPÉRIO

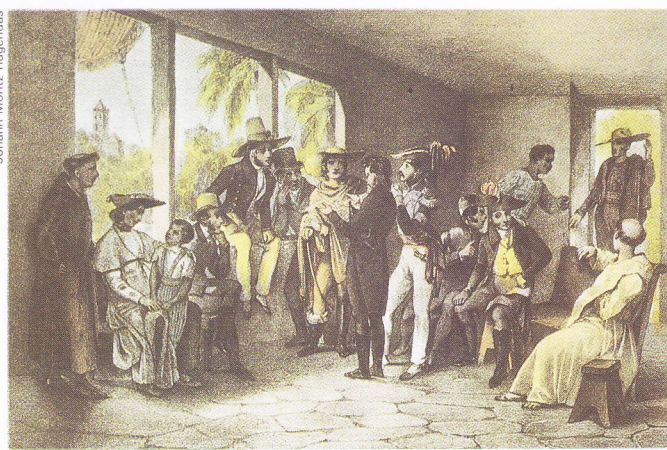
1889

REPÚBLICA

4 Independências na América Latina



6 Confederação do Equador



Johann Moritz Rugendas

A economia do século XIX

No início do século XIX, a economia brasileira mantinha um caráter predominantemente agrícola. Em torno de cada uma de suas principais atividades, foram surgindo, pouco a pouco, as diversas regiões em que o país está hoje dividido **1**. O café assumiu, então, o papel que tivera o açúcar no período anterior, tornando-se o principal produto de exportação **2**. A expansão cafeeira teve início na província do Rio de Janeiro, na década de 1820, ocupando gradualmente o vale do Paraíba e, em seguida, outras áreas de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo **3**, o que transformou essa região no principal pólo econômico do país.

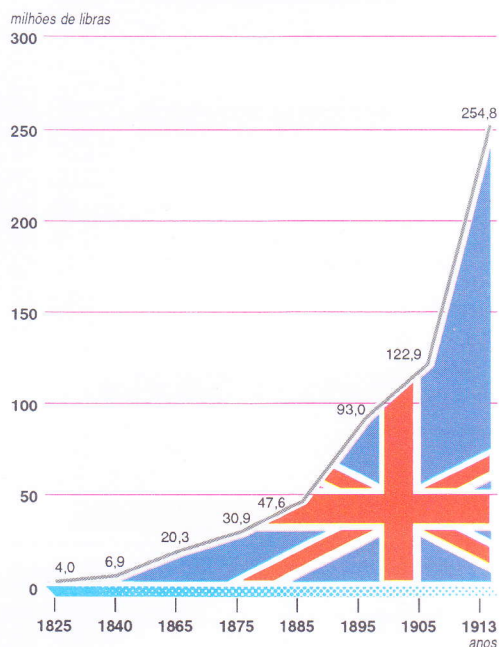
A lavoura do vale do Paraíba não inovou a organização da produção, mas trouxe transformações sociais e políticas fundamentais, como o surgimento de uma nova aristocracia — os barões do café —, empenhada na construção do Estado nacional. A partir da década de 1840, a agricultura do café se expandiu pelo Oeste paulista, encontrando, entretanto, um sério obstáculo: devido as más condições das estradas, havia grande dificuldade para levar a produção até o porto de Santos.

Além disso, em 1850, a cultura cafeeira teve de enfrentar o fim do tráfico negreiro. Esses fatos obrigaram os fazendeiros paulistas, em associação com o capital inglês **5**, a adotarem mudanças no cultivo e no beneficiamento do café, modernizando a tecnologia empregada e investindo na construção de estradas de ferro, que baratearam e agilizaram o transporte **4** **6**, aumentando a lucratividade.

6 Ferrovias no século XIX



5 Capital britânico no Brasil



3 Expansão cafeeira (século XIX)

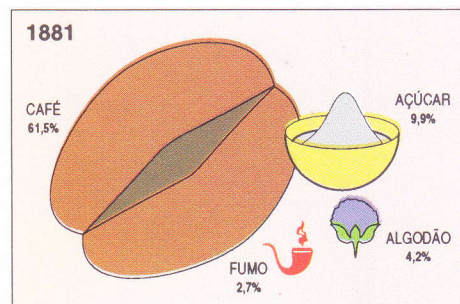
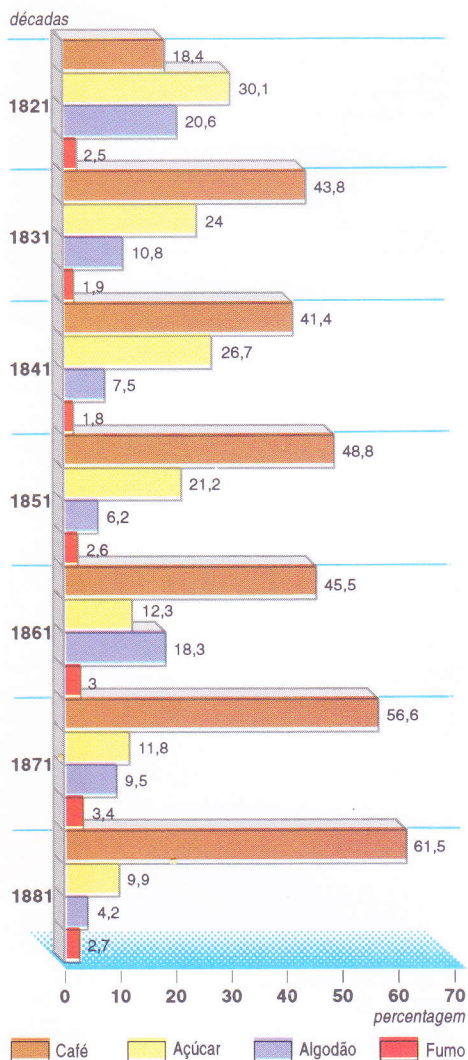
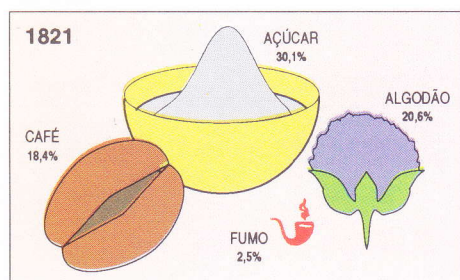


IMPÉRIO

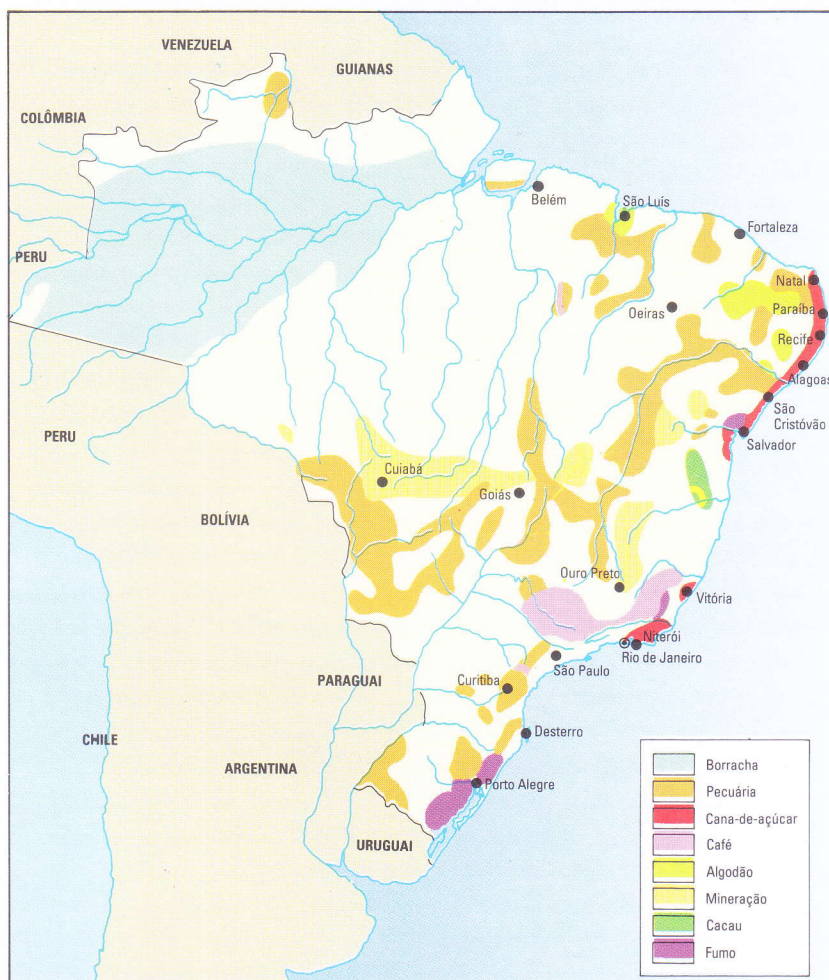
1889

REPÚBLICA

2 Principais produtos de exportação



1 A economia no século XIX



4 Ferrovias em São Paulo



A construção do Estado nacional

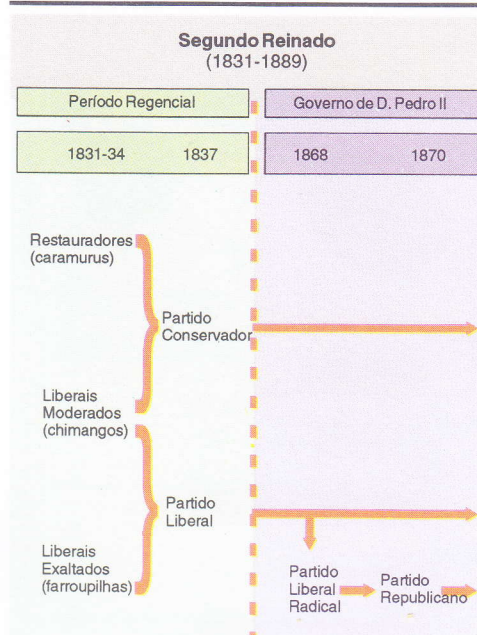
A tarefa de estruturar uma nova nação a partir da construção de um Estado forte só era possível se o vasto território composto por dezoito províncias fosse unificado sob a direção da capital do Império, o Rio de Janeiro [1]. Além disso, era preciso obter legitimidade para um Estado que a princípio excluía dos centros de decisão todos os que não fossem burocratas, grandes proprietários ou comerciantes. Tentou-se inicialmente uma centralização rigorosa, deixando todos os níveis de governo dependentes da burocracia ligada ao imperador. Esse foi o modelo adotado na Constituição outorgada em 1824 [3], que, no entanto, não conseguiu o apoio das oligarquias regionais nem qualquer tipo de legitimidade.

Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, e a expulsão da burocracia reinol, setores oligárquicos do Centro-Sul puderam implementar um novo projeto de Estado. Trataram de forjar, em primeiro lugar, um novo setor social, transformando em funcionários públicos amplos segmentos da população [2]. Criava-se assim uma imensa burocracia e uma representatividade aparente, pois deputados e senadores, eleitos pela prática de eleições fraudulentas, eram, na maioria, detentores de um emprego público remunerado. Foram também criadas Assembléias Legislativas Provinciais, através do Ato Adicional de 1834 [4], que permitiram a participação das aristocracias regionais no novo arranjo político, atenuando sua resistência [7].

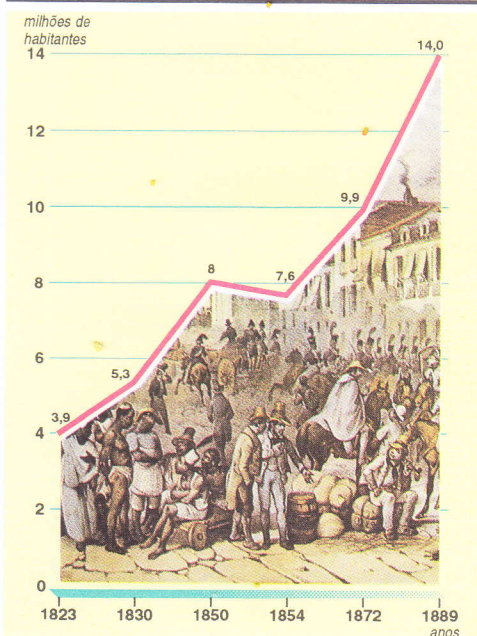
Porém, as constantes revoltas que abalaram o Império, a partir de 1835, evidenciaram a necessidade de adoção de novas medidas para submeter os setores insatisfeitos. Já sob o governo de D. Pedro II, foram feitas reformas na Constituição que conferiram estabilidade ao sistema até em torno de 1870, mediante maior centralização do regime político [5].

Por fim, por volta de 1837, os vários setores das oligarquias regionais e a burocracia estatal organizaram-se em partidos [6], que se alternavam no poder através de cada ministério nomeado pelo imperador.

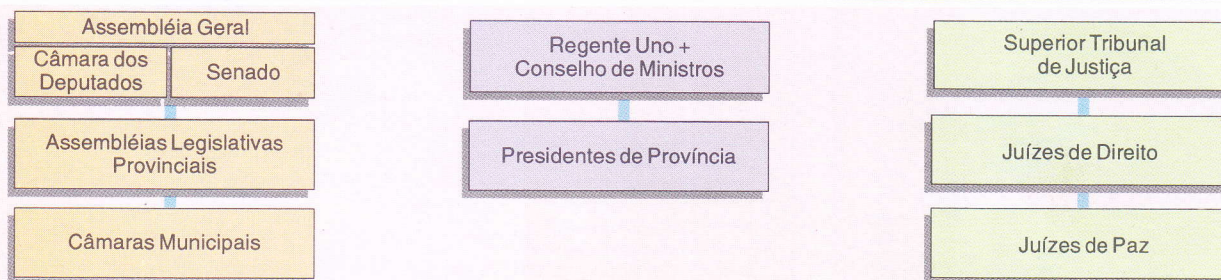
6 Partidos políticos



2 Crescimento populacional



4 Organograma do Estado segundo o Ato Adicional de 1834

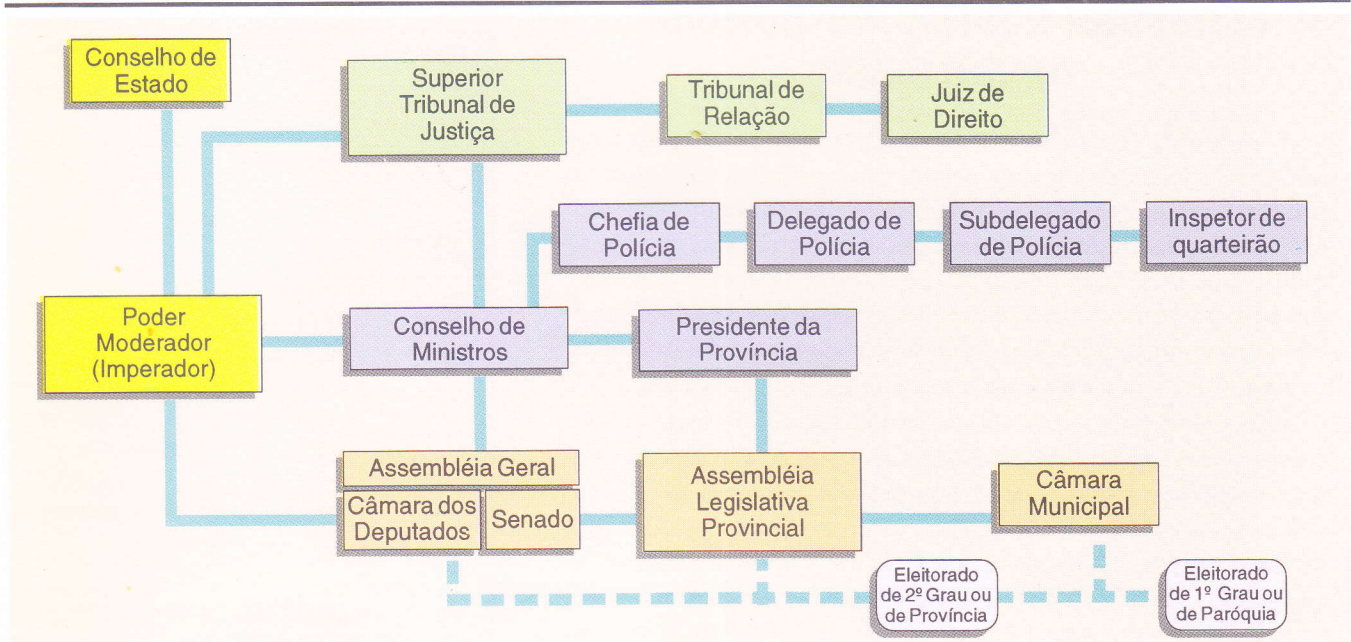


IMPÉRIO

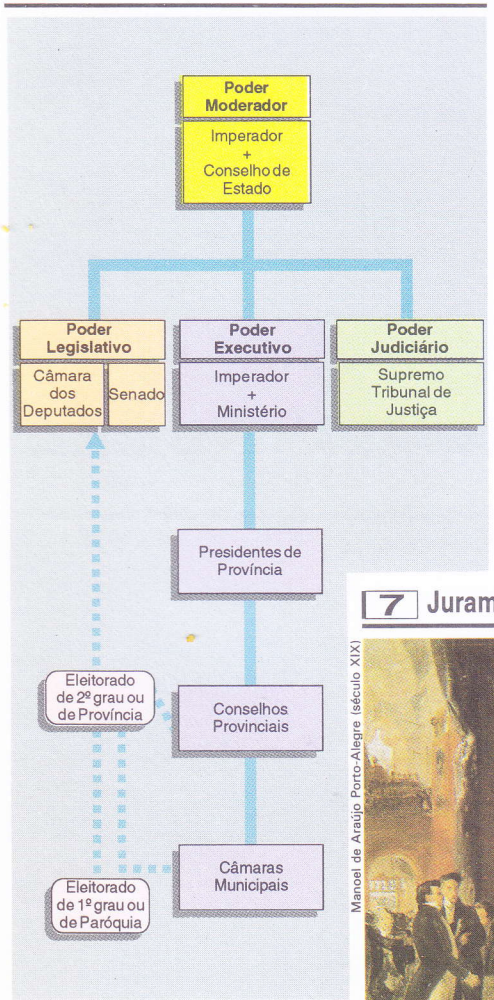
1889

REPÚBLICA

5 Organograma do Estado a partir de 1841



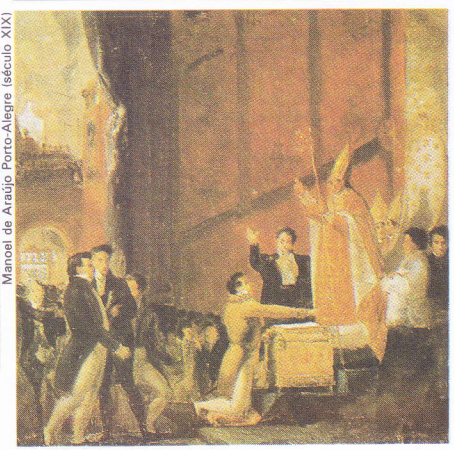
3 O Estado pela Constituição de 1824



1 Divisão política e povoamento (século XIX)



7 Juramento da Regência Trina



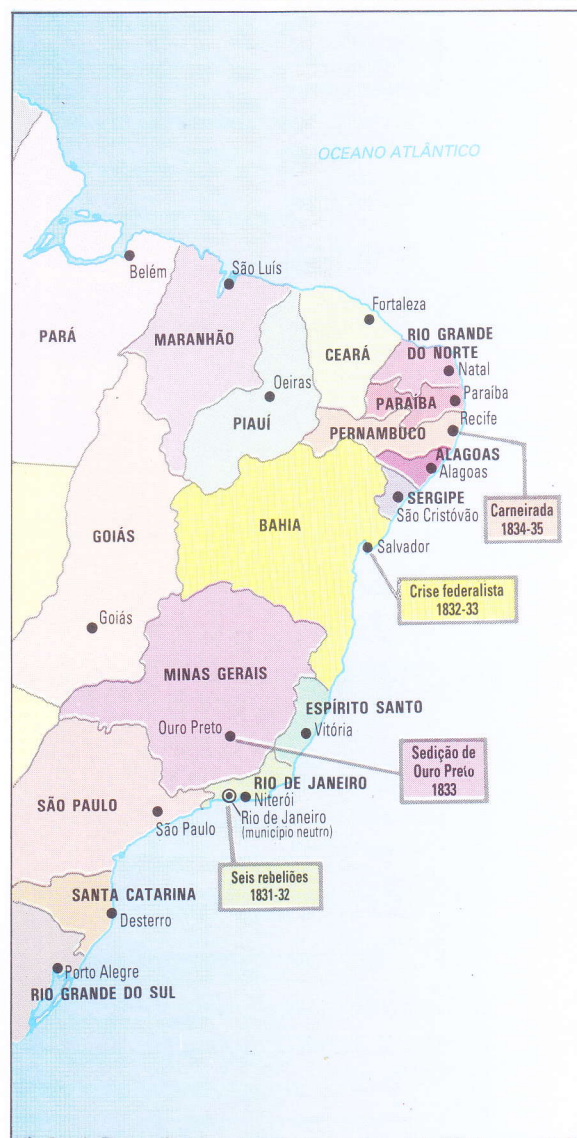
Tensões sociais no período monárquico

A imposição de um Estado nacional a um conjunto muito heterogêneo de grupos sociais originou uma série de revoltas na primeira metade do século XIX. Além do problema representado pela unidade artificial de regiões distintas, tais grupos tinham seus interesses negligenciados ou diretamente combatidos pelo governo central. As reivindicações e os resultados obtidos variavam conforme os agentes de cada uma dessas revoltas.

Algumas foram realizadas exclusivamente por grandes proprietários e comerciantes, descontentes com sua reduzida participação nas decisões políticas de caráter nacional [1]. Em outras, essencialmente urbanas, a população e as tropas do Exército regular, pressionadas pela miséria, rebelaram-se em torno de bandeiras republicanas [2]. Mas foi a maioria da população livre, constituída de camponeses pobres, índios aldeados, trabalhadores mal pagos e mestiços desempregados, a responsável por grande parte dos movimentos ocorridos no período [3]. Alguns deles foram iniciados por setores da aristocracia regional, que no decorrer dos acontecimentos muitas vezes perdiam o controle do movimento. Um exemplo foi a Balaia-da [4], da qual escravos e trabalhadores livres pobres assumiram a liderança. Violentemente reprimidas por tropas do governo central, essas revoltas acabavam servindo como um argumento para fortalecê-lo ainda mais.

As rebeliões realizadas exclusivamente por grandes proprietários, como a Praieira [5] e a Farroupilha [6], obtiveram importantes concessões do governo, enquanto, de um modo geral, os movimentos de caráter popular não conseguiam superar sua fragmentação, permanecendo isolados em suas províncias.

2 Revoltas urbanas



6 Batalha dos Farrapos



IMPÉRIO

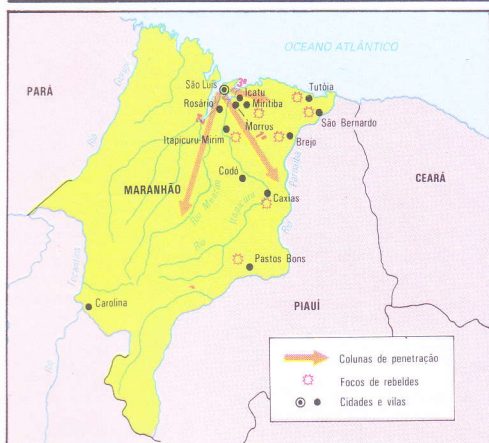
1889

REPÚBLICA

3 Revoltas de outros setores sociais



4 Balaiada



KNOX, Miriam B. O Piauí na primeira metade do século XIX. Teresina, Secr. da Cult. do Piauí/Fund. Cult. do Piauí, 1986.

5 Rua da Praia



Litografia de F. H. Carls

1 Revoltas de proprietários rurais e comerciantes



Relações internacionais

A política internacional brasileira no século XIX foi marcada por dois pontos fundamentais: a estreita relação econômica com a Inglaterra e a afirmação militar e política na América do Sul. Nesse sentido, os esforços do governo brasileiro se dirigiram para a garantia de livre navegação pelos rios da bacia do Prata, fundamental para seus interesses comerciais, bem como para os britânicos [1]. Assim, para impedir que Buenos Aires controlasse as duas margens do rio da Prata, Brasil e Inglaterra envolveram-se em vários conflitos com a Argentina.

O primeiro foi a luta pela independência da Cisplatina, província anexada ao Brasil por D. João VI, em 1817. Os uruguaios haviam proclamado, em 1825, sua anexação às Províncias Unidas do Rio da Prata (futura Argentina), seguindo-se então uma guerra entre elas e o Brasil. O resultado foi um acordo, em 1828, orientado pela Inglaterra, pelo qual se criava o Uruguai.

Devido a isso, as disputas políticas internas no novo país frequentemente oscilavam entre seus dois vizinhos. Os blancos (compostos por pecuaristas do interior) tradicionalmente aliavam-se à Argentina, enquanto os colorados (compostos por comerciantes de Montevidéu) aliavam-se ao governo brasileiro. Foi em torno do apoio a essas duas facções que Brasil e Argentina enfrentaram-se novamente numa guerra, em 1851 [2].

A política interna uruguaia foi usada ainda, pela Inglaterra, Argentina e Brasil, para atrair, em 1864, o presidente paraguaio, Solano Lopez, a uma guerra com o objetivo de destruir a economia independente do Paraguai. Para isso, tropas brasileiras invadiram o Uruguai com a intenção de depor o líder blanco Aguirre, aliado de Solano Lopez. A reação do presidente paraguaio foi investir contra o território brasileiro, dando início à guerra.

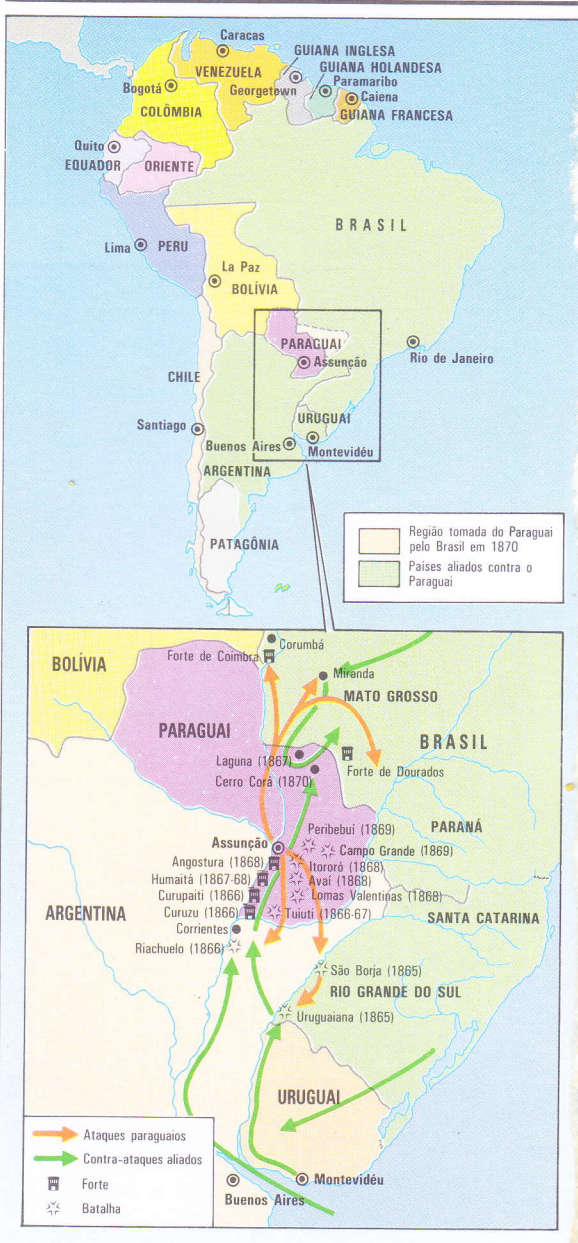
Uma vez deposto Aguirre e instalado em seu lugar o colorado Venâncio Flores, Brasil, Argentina e Uruguai uniram-se na chamada Tríplice Aliança contra o Paraguai [3] [4]. No final da guerra, em 1870, o Paraguai estava derrotado, com suas terras cultiváveis abandonadas, seu rebanho desaparecido, as poucas manufaturas, estradas de ferro, etc. destruídas e 95% de sua população masculina morta.

4 Embarque de tropas

Jean Baptiste Debret (século XIX)



3 Guerra do Paraguai (1865-70)



1870

IMPÉRIO

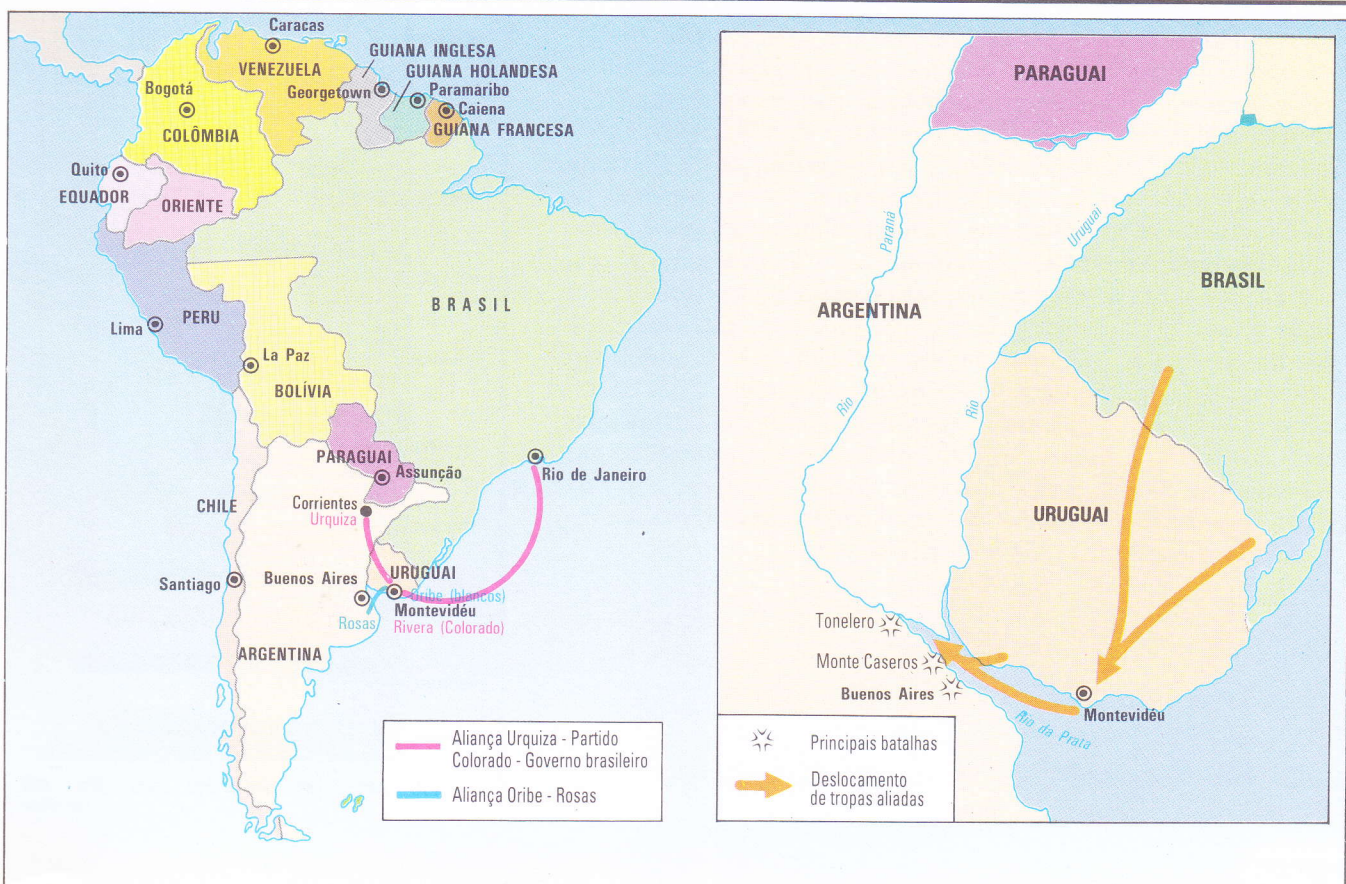
1889

REPÚBLICA

1 Região do Prata



2 Guerra contra Oribe e Rosas



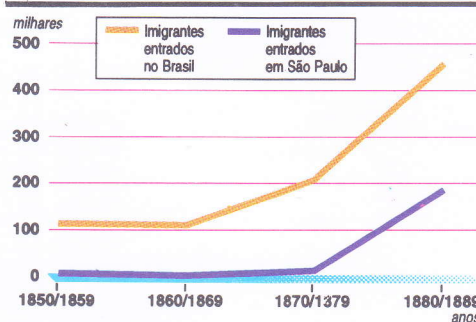
Da escravidão para o trabalho livre

Desde o início do século XIX, a Inglaterra, na condição de potência hegemônica da nova ordem econômica internacional, pressionava o Brasil para que acabasse com o tráfico negreiro. Durante quase cinquenta anos, o Estado brasileiro resistiu a tomar essa medida [2], que atingiria diretamente sua principal fonte de receita, a cafeicultura. Embora não fosse a única forma de exploração da mão-de-obra no país, a escravidão era relação de trabalho quase exclusiva nas fazendas de café [1].

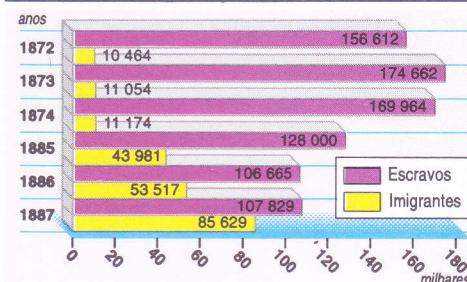
Havia, porém, interesse em procurar alternativas, não só pela incapacidade brasileira de resistir indefinidamente às pressões britânicas, mas também porque a elite dirigente desejava impedir o aumento da população negra, pois para ela era fundamental “embranquecer” o país.

Em 1850, com a pacificação de todas as regiões do país e a consolidação do Estado nacional, foi afinal possível impor o fim do tráfico negreiro, a despeito da insatisfação de traficantes e cafeicultores. Resistindo às mudanças, os fazendeiros de café paulistas recorreram aos estoques de escravos de fazendas decadentes do Nordeste, onde havia mão-de-obra ociosa, alterando assim a distribuição geográfica da população escrava [3]. Intensificou-se então o que já era o principal fluxo migratório do período, somando-se ainda a migração que se formou em direção ao Norte, graças ao aumento da produção de borracha [4]. Com a escravidão tornando-se cada vez mais um anacronismo na nova ordem internacional e o fim do tráfico negreiro, cafeicultores e governo acabaram por encontrar nas camadas mais pobres da população européia uma nova fonte de mão-de-obra para o mercado interno de trabalho. A partir da década de 1870, foi possível trazer grandes levas de imigrantes para as fazendas de café (principalmente italianos para São Paulo), graças ao subsídio governamental [5]. Estavam dadas as condições necessárias para o fim da escravidão; mas o governo defendia a abolição gradual, implementada a partir da aprovação da Lei do Ventre Livre [6]. Ainda maioria entre os trabalhadores nas vésperas da abolição [7], e até há pouco “mãos e pés do senhor”, os escravos passaram, entretanto, a ser um entrave para o aumento da imigração. Dificultando a reorganização das fazendas de acordo com o novo tipo de mão-de-obra, o fim da escravidão tornava-se afinal desejável para os anteriormente relutantes cafeicultores do Oeste paulista.

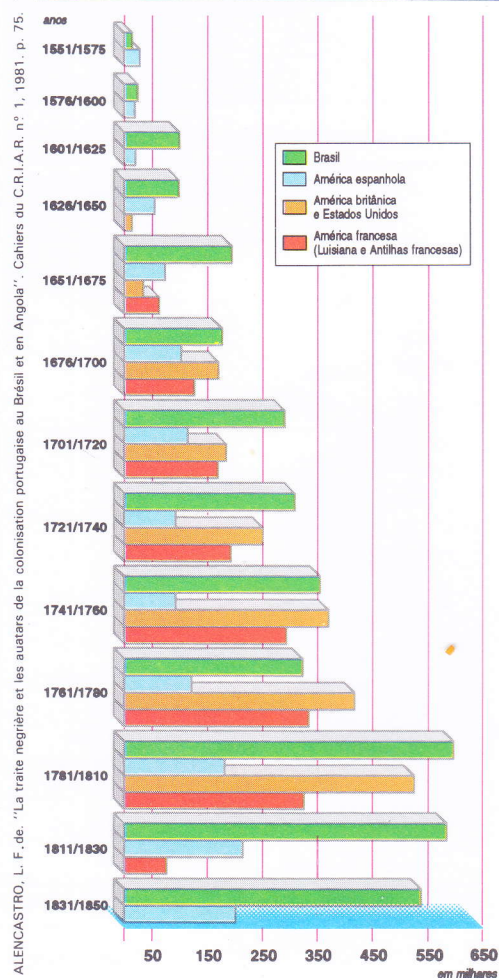
5 Fluxo de imigração (século XIX)



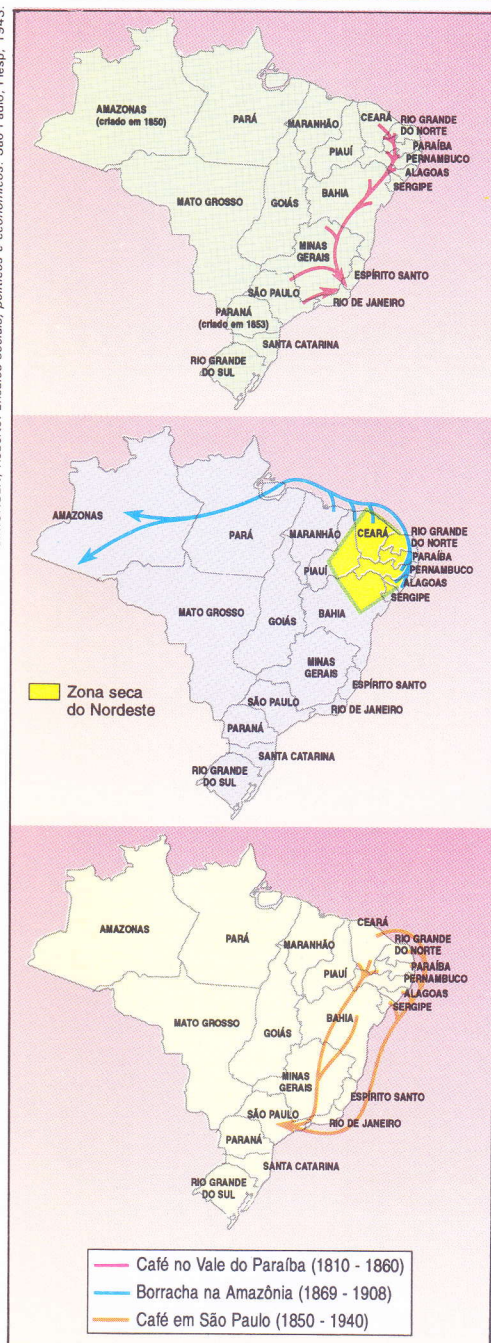
7 Escravos e imigrantes em São Paulo



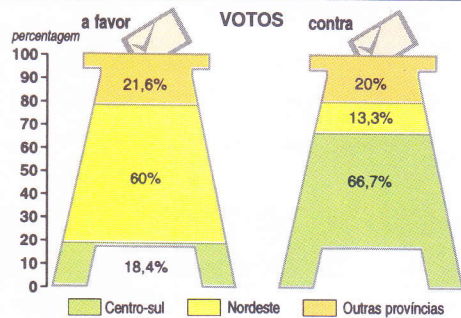
2 Tráfico de escravos (séc. XVI-XIX)



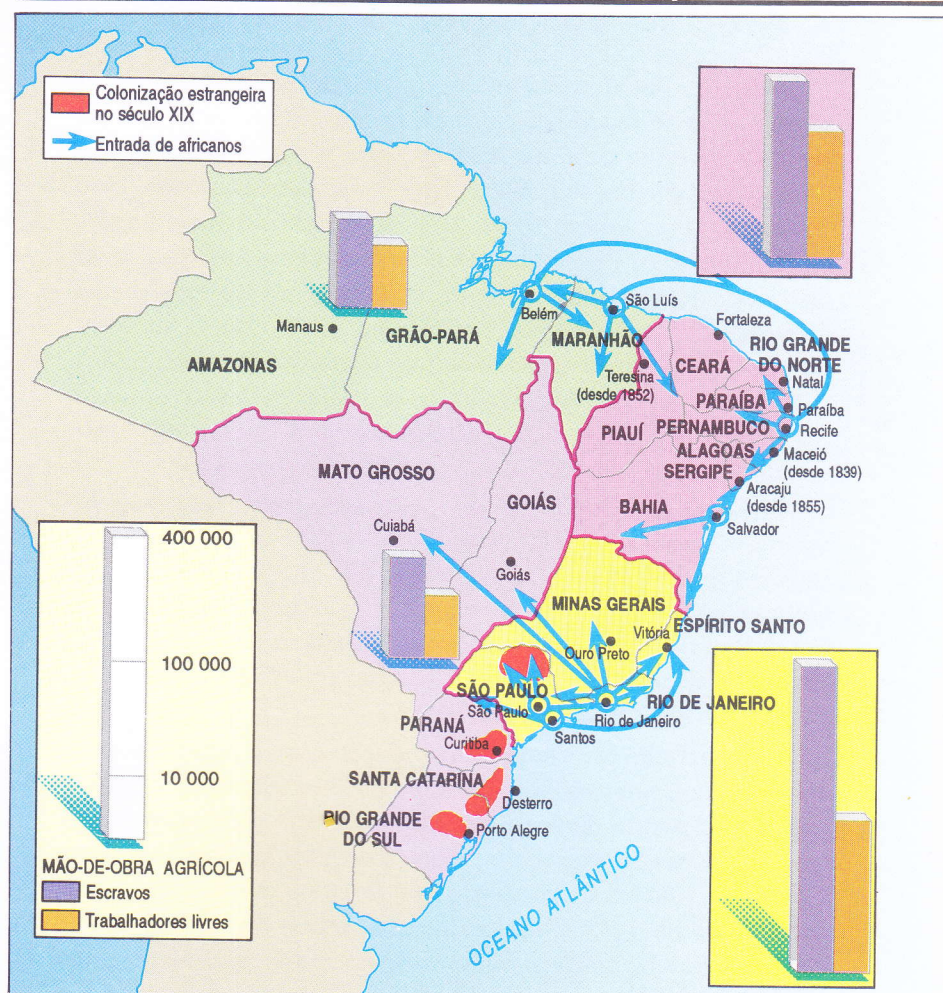
4 Migrações internas



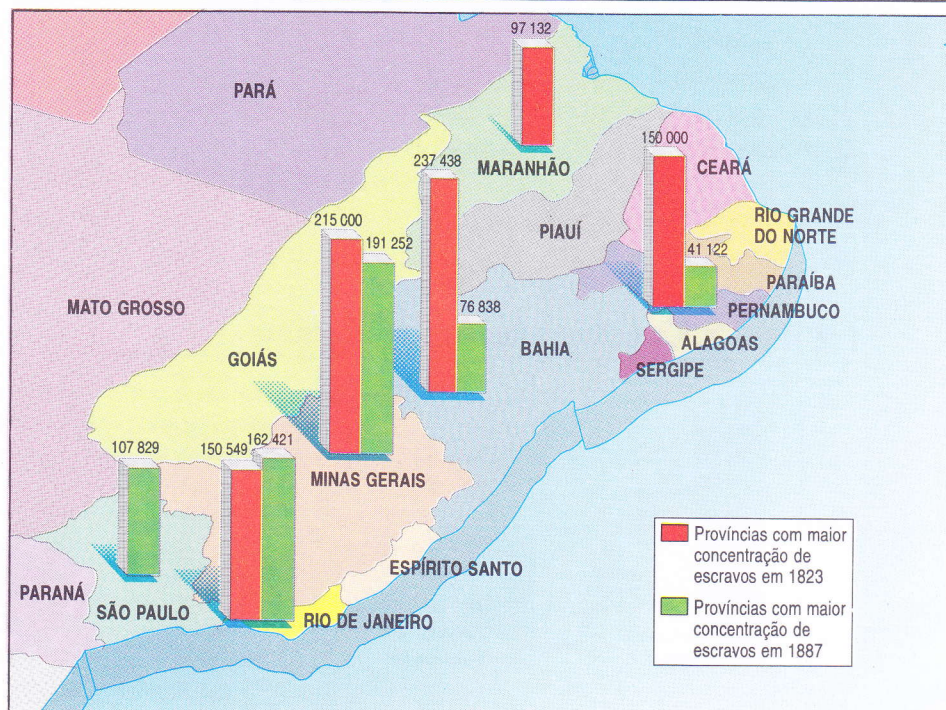
6 Votação da Lei do Ventre Livre



1 Mão-de-obra no século XIX



3 Contingente de escravos



A crise do regime monárquico

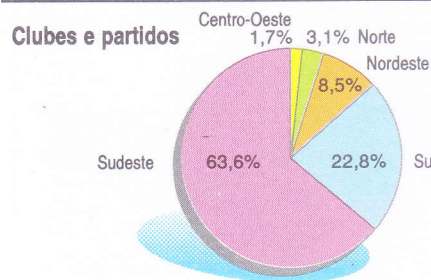
Uma série de fatores contribuiu, a partir da 1870, para a crise do regime monárquico. O mais importante foi o descontentamento causado pela disparidade entre a riqueza das províncias e sua participação política. Na Câmara dos Deputados predominava a região Nordeste, enquanto Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco lideravam a composição dos ministérios e a escolha do presidente do Conselho. Herança da tradição política que emergiu da construção do Estado nacional, esse privilégio contrastava, no fim do século XIX, com a importância econômica de São Paulo, centro mais dinâmico e rico da economia nacional, e do Rio Grande do Sul, com seu papel destacado no comércio interprovincial [1] [2].

A disparidade gerou nas duas províncias um forte ressentimento contra o regime monárquico, amplificando o movimento republicano surgido na década de 70, com a proliferação de clubes e partidos republicanos [3]. O movimento em favor da instituição da República, basicamente urbano, teve um eco significativo nas províncias com alto grau de urbanização, como Minas Gerais e Rio de Janeiro [4].

A insatisfação crescente da população livre e pobre, que via sua miséria aumentar dia a dia com os altos impostos, também contribuiu para o desgaste do regime. Assim, diante de novas taxações, explodiram revoltas como a do Vintém e a do Quebra-Quilos [6], além de surgirem movimentos messiânicos como o dos Muckers [5]. Nesse momento, depois da Guerra do Paraguai, o Exército surgia como uma nova força no cenário político. Respalado por suas vitórias, sentia-se insatisfeito com a negligência por parte da monarquia em relação a seus interesses corporativos [7].

Por fim, a abolição da escravidão, em 1888, tirou da monarquia o apoio dos barões do café do Rio de Janeiro, sua última base de sustentação econômica e política. Vítima de suas próprias contradições, o regime monárquico não foi capaz de oferecer resistência ao golpe desfechado em 1889, que instalou a República no país [8].

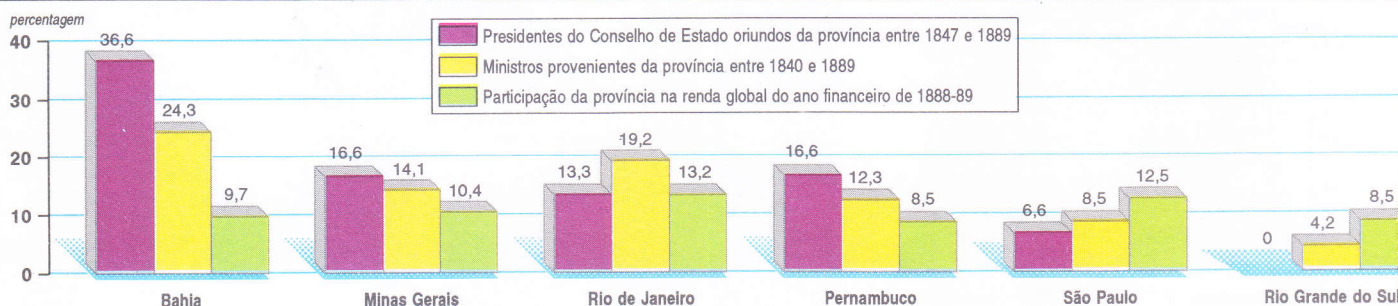
4 Agremiações republicanas (1889)



5 Revoltas na crise da Monarquia



2 Participação política e importância econômica



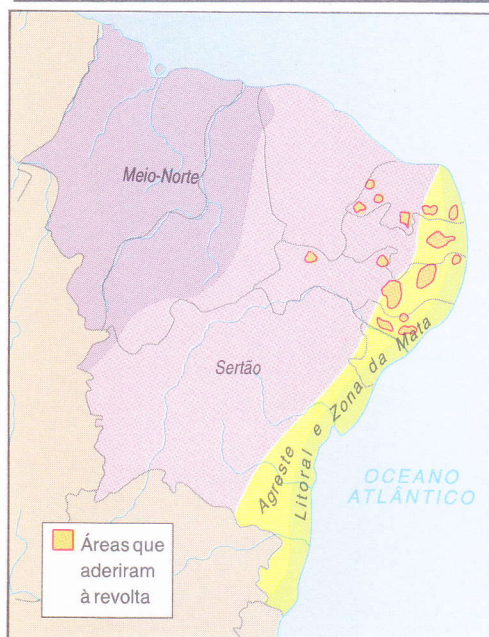
1870

1889

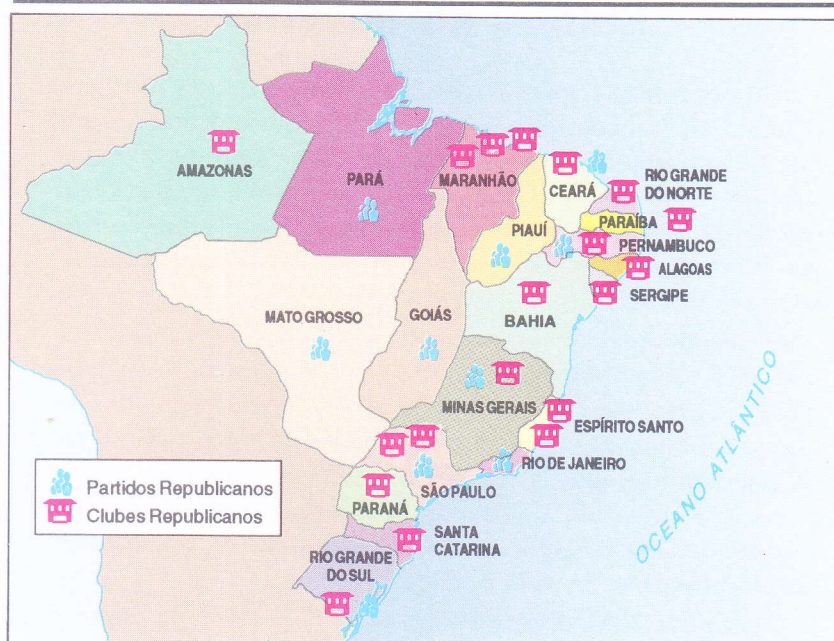
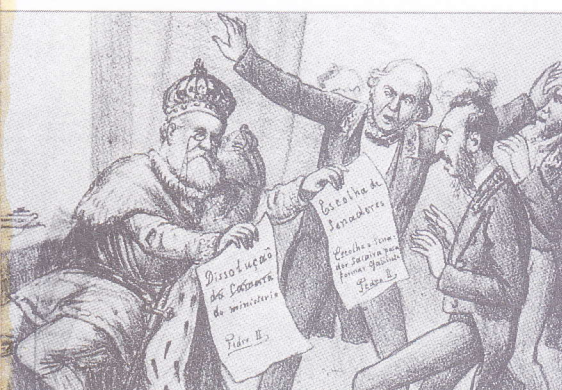
IMPÉRIO

1889

REPÚBLICA

6 Revolta do Quebra-Quilos

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Nordeste insurgente. São Paulo, Brasiliense, 1981.

3 Clubes e partidos republicanos na década-de 1880**7** Charge anti-monarquista

Rafael Bordalo Pinheiro (1890)

8 Charge de Dom Pedro II

Rafael Bordalo Pinheiro (1890)

1 Representação política e participação na renda nacional

Cultura no Império

A transferência da Corte para o Brasil e a posterior independência do país inauguraram um novo período na cultura nacional. Com o impulso dado à infra-estrutura de produção e distribuição, a publicação de livros e jornais, proibida no período colonial, tornou-se prática comum. Fundou-se a Imprensa Régia, criaram-se as primeiras bibliotecas públicas, construíram-se novos teatros.

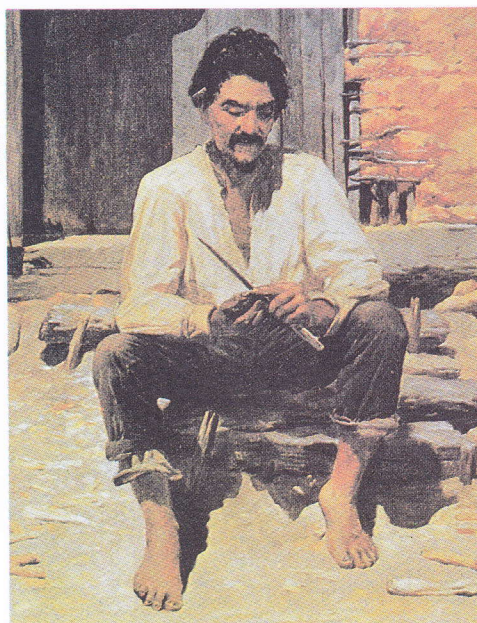
O ensino superior era de competência do governo central, enquanto o ensino básico era encargo dos governos provinciais. Na década de 1820, surgiram os primeiros estabelecimentos de ensino superior: as faculdades de Direito de Olinda e São Paulo, seguidas logo pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro e a Academia Militar, entre outras. As faculdades de Direito logo se tornaram estágio obrigatório para aqueles que pretendessem ingressar na vida pública.

O século XIX foi marcado também por um novo tipo de preocupação intelectual: a necessidade de moldar uma nação a partir dos pressupostos considerados adequados pela elite dominante. Escritores, dramaturgos, pintores e intelectuais transformaram a realidade brasileira em objeto primordial de suas obras e estudos. Na literatura, o Romantismo foi o exemplo mais claro desse compromisso. Muitos autores, como José de Alencar, eram também políticos, e em ambas as atividades tinham como objetivo, nessa fase de construção do Estado nacional, elaborar uma identidade nacional.

A referência européia continuava sendo obrigatória, e nesse sentido teve enorme influência a Missão Francesa que veio ao Brasil em 1816 trazendo artistas europeus, como os pintores Debret [6] [7] e Taunay [2]. O Brasil foi então redescoberto pela Europa, através dos inúmeros viajantes que o percorreram durante todo o século XIX, retratando o país em textos e gravuras [1] [3] [4] [5] [8]

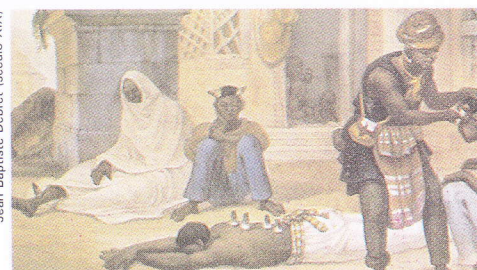
8 Picando fumo

Almeida Júnior (século XIX)



7 O cirurgião negro

Jean Baptiste Debret (século XIX)



4 Caravana de mercadores

J. M. Rugendas (século XIX)



1 Figurinos de brancos e negros

Carlos Julião



1889

IMPÉRIO

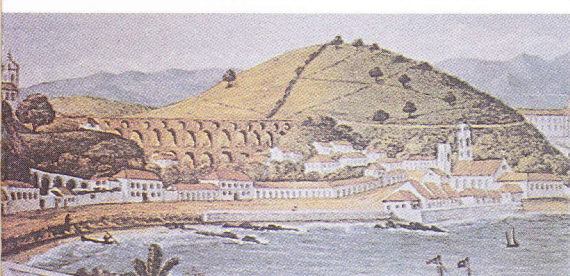
1889

REPÚBLICA

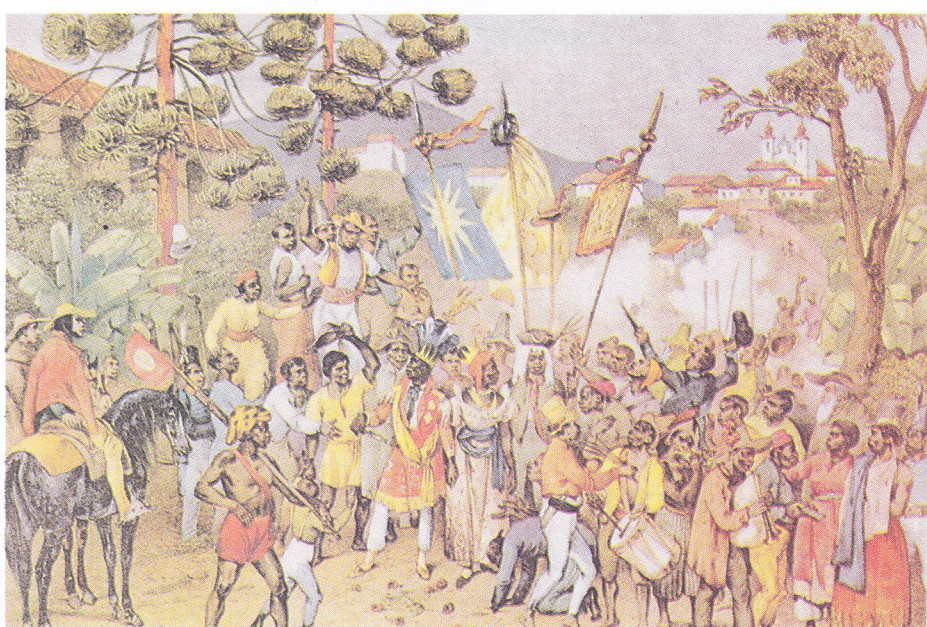
6 Negras livres

Jean Baptiste Debret (século XIX)

J. Steinman (século XIX)

3 Plantação de café**2** Morro de Santo Antônio

Tunay (1816)

5 Festa da Santa do Rosário

J. M. Rugendas (século XIX)



O Estado republicano

A população da cidade do Rio de Janeiro assistiu em novembro de 1889 a uma série de movimentações [1] empreendidas por representantes das oligarquias cafeicultoras (principalmente de São Paulo) e do Exército com o objetivo de instaurar a República no Brasil [2].

Estruturado sobre uma coalizão pouco estável, o primeiro governo republicano, encabeçado pelo Marechal Deodoro da Fonseca [3], promulgou, em 1891, uma nova Constituição. Nela foi consagrada a fórmula então vigente na maioria dos países ocidentais: três poderes independentes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e eleições para o preenchimento dos cargos legislativos e da presidência [4].

O jogo político, entretanto, realizou-se na prática de uma maneira bastante diferente, transformando a Constituição em letra morta. Logo foi estabelecido um acordo entre o governo federal e as oligarquias estaduais (a chamada política dos governadores): o governo dava apoio às frações oligárquicas dominantes e em troca tinha garantido um Congresso totalmente submisso [5]. Cada estado tinha um número de parlamentares proporcional à sua importância econômica e ao seu poder de barganha política.

A permanência da fraude como mecanismo de controle das eleições pelos coronéis (líderes das oligarquias) e o direito ao voto exclusivamente para os indivíduos maiores e alfabetizados (tornando o Centro-Sul a região com o maior eleitorado [6]) completaram o arranjo. Conseguiu-se, assim, vincular diretamente as oligarquias regionais ao governo federal, sem ferir sua autonomia [7].

Quanto à política externa, em 1889 iniciou-se um período no qual foram traçadas as fronteiras definitivas do Brasil, depois de resolvidas antigas pendências com os países vizinhos. Em 1903, foi comprado o território do Acre, que se incorporou ao país na qualidade de território federal [8].

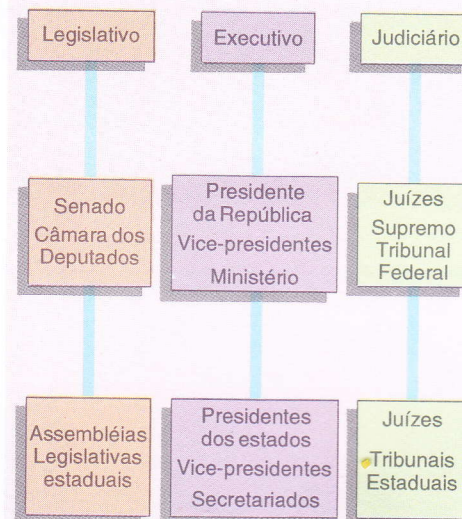
6 Proclamação da República

Benedito Calixto



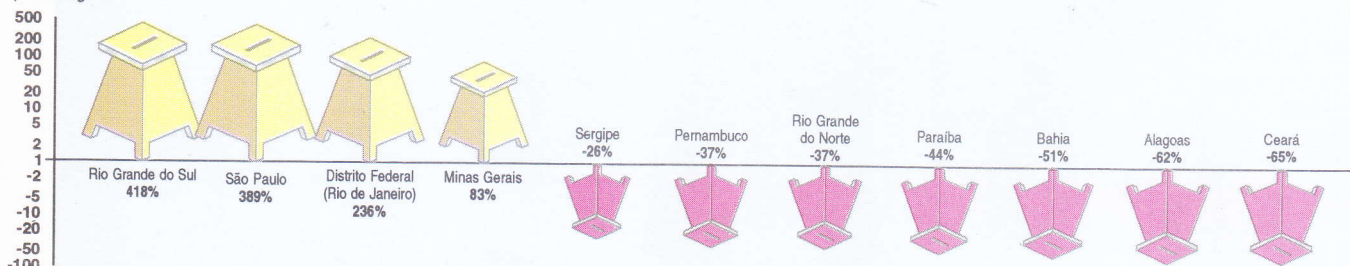
2 O Estado

Segundo a Constituição de 1891

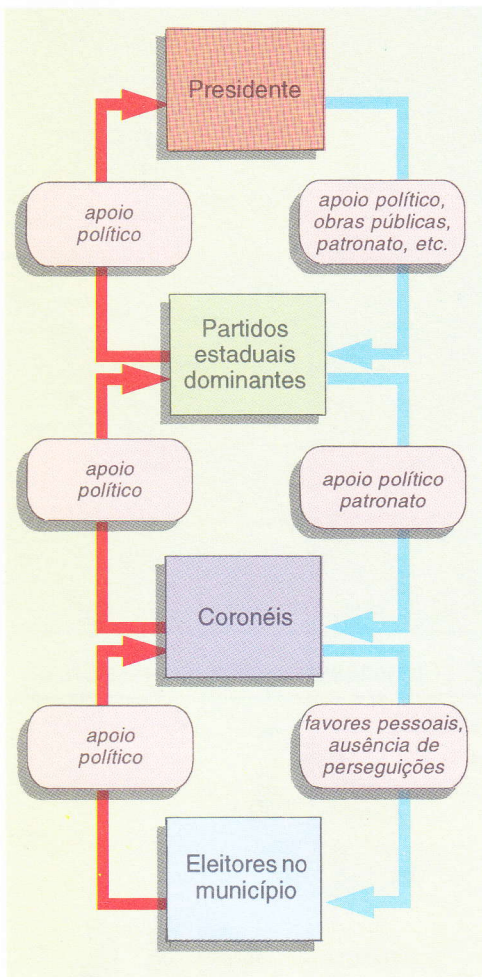


4 Crescimento relativo do eleitorado (1873 a 1933)

percentagens



3 Política dos governadores

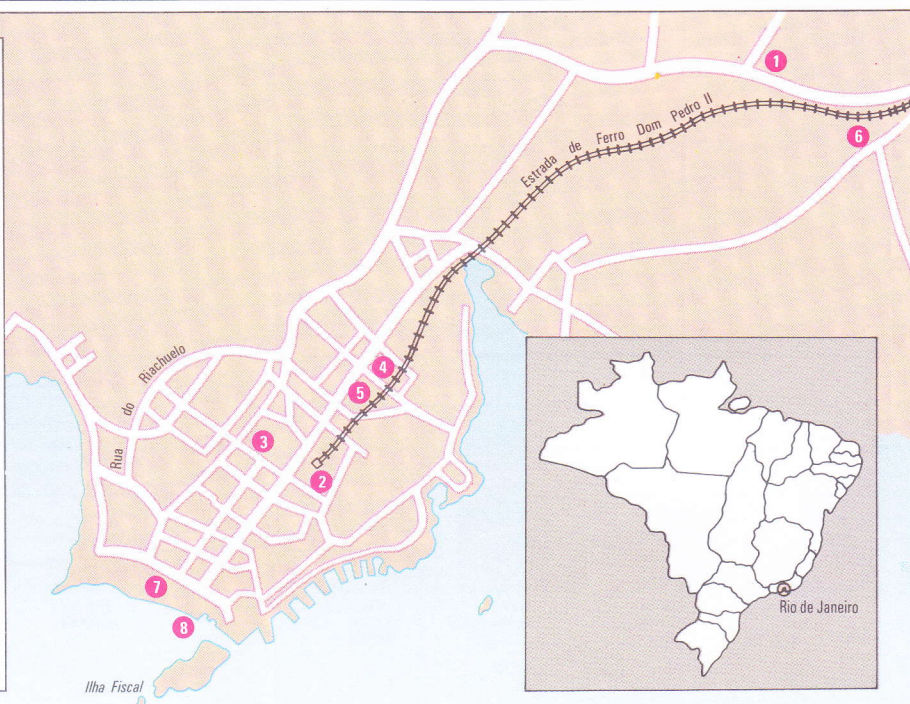


5 Disputas fronteiriças



1 Movimentação no Rio de Janeiro em 15/11/1889

- 1- Em sua casa, pouco antes da meia-noite do dia 14, o Visconde de Ouro Preto é informado pelo telefone da sublevação no Quartel de São Cristóvão. Vai para o Quartel da Cavalaria Policial, onde permanece até as 2 da manhã, e segue para a Secretaria de Polícia. Entre as 3h40 e 6 da manhã fica no Arsenal da Marinha e decide reunir o ministério no Quartel-General do Exército.
- 2- Chega no início da manhã ao QG, no Campo de Santana.
- 3- Na madrugada, Deodoro fica sabendo em sua casa, no Campo de Santana, da sublevação. Toma um carro em direção a São Cristóvão.
- 4- Encontra-se com os revoltosos, que já marchavam para o QG, na frente do Gasômetro.
- 5- Pára nas imediações da Praça 11 de Junho e manda um piquete ver o que acontece no QG. Segue para o Campo de Santana, cerca o QG e, por volta das 9 da manhã, derruba o ministério.
- 6- Vindo de Petrópolis, D. Pedro II chega de trem à Estação São Francisco Xavier às 2 da tarde. Para evitar o Campo de Santana, segue pela Rua do Riachuelo rumo ao Palácio Imperial.
- 7- No palácio, D. Pedro II é informado da Proclamação da República. Não resiste. Recebe a ordem de banimento no sábado dia 16.
- 8- No domingo, a família imperial embarca no Cais Pharoux para o exílio.



Cafeicultura e industrialização

O caráter predominantemente agrícola da economia brasileira ainda se mantinha no início do século XX [1]. Numa pauta de exportação diversificada, o café consolidou-se como o principal produto, responsável por aproximadamente 60% da renda nacional [2]. Seus principais produtores, São Paulo e Minas Gerais, tornaram-se os estados com maior influência no governo, o que garantia uma política econômica extremamente favorável para os exportadores.

Apesar disso, os interesses próprios do Estado impediram sucessivos presidentes de realizar uma política voltada exclusivamente para os cafeicultores. No governo Campos Sales, por exemplo, na tentativa de equilibrar as finanças públicas, deu-se fim à desvalorização cambial, utilizada até então para socializar as eventuais perdas na exportação. Assim, transferiram-se para os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro os custos de uma política voltada exclusivamente para a valorização do café (o que fizeram através do Convênio de Taubaté, assinado em 1906).

O governo preocupava-se também em incentivar a industrialização. A primeira tentativa feita nesse sentido foi a do Ministério da Fazenda do governo Deodoro da Fonseca. Para garantir capital para as indústrias, o ministro Rui Barbosa providenciou o aumento do meio circulante através da emissão de dinheiro (1890). Dividindo o país em quatro zonas, cada uma com seu próprio banco emissor [3], essa política, conhecida como Encilhamento, fracassou, acarretando uma grande crise econômica.

Mesmo assim, a industrialização deu seus primeiros passos decisivos nos anos seguintes [4] [7]. O Brasil conheceu, então, seu primeiro surto industrial significativo, acompanhando as transformações da economia internacional. Para isso, contou com o excedente de capital acumulado pela cafeicultura e com o financiamento estrangeiro, que assumiu tanto a forma de empresas [5] como a de serviços urbanos e ferroviários [6].

3 Encilhamento



5 Companhias estrangeiras no Brasil

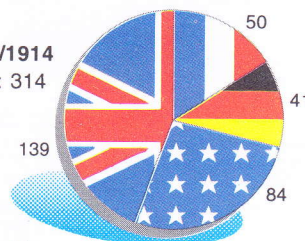
1891/1903

Total: 137



1904/1914

Total: 314

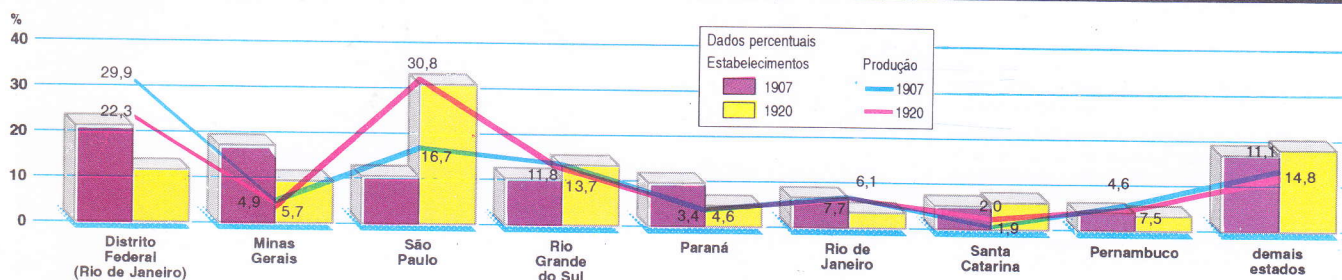


1915/1920

Total: 119



4 Industrialização (1907-20)

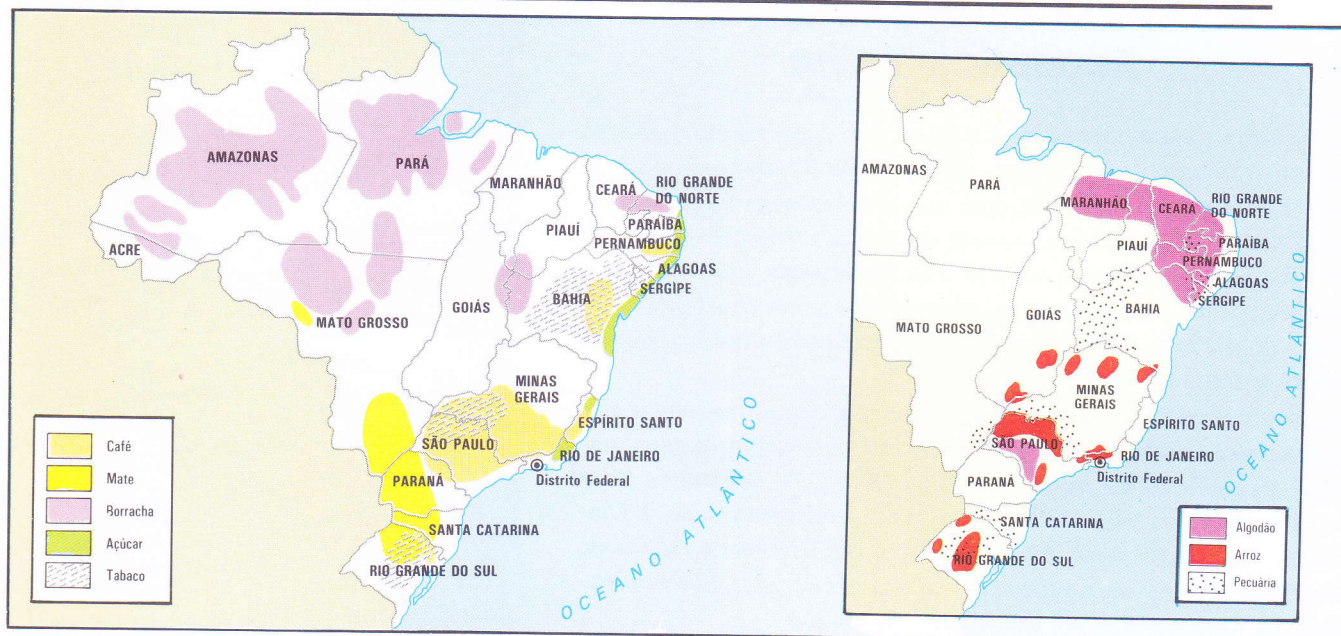


IMPÉRIO

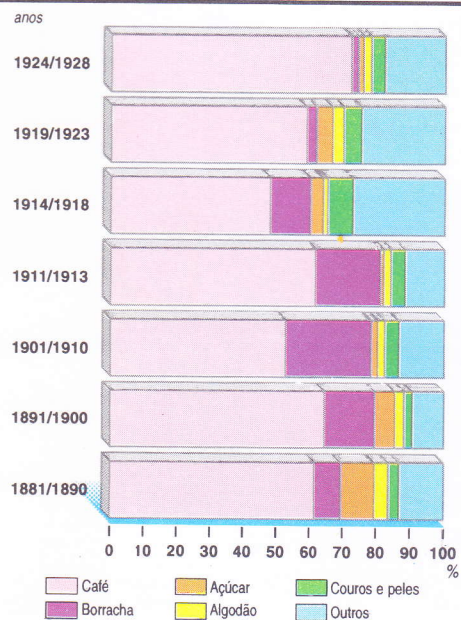
1889

REPÚBLICA

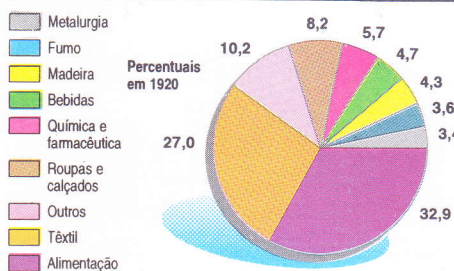
1 A economia brasileira em 1928



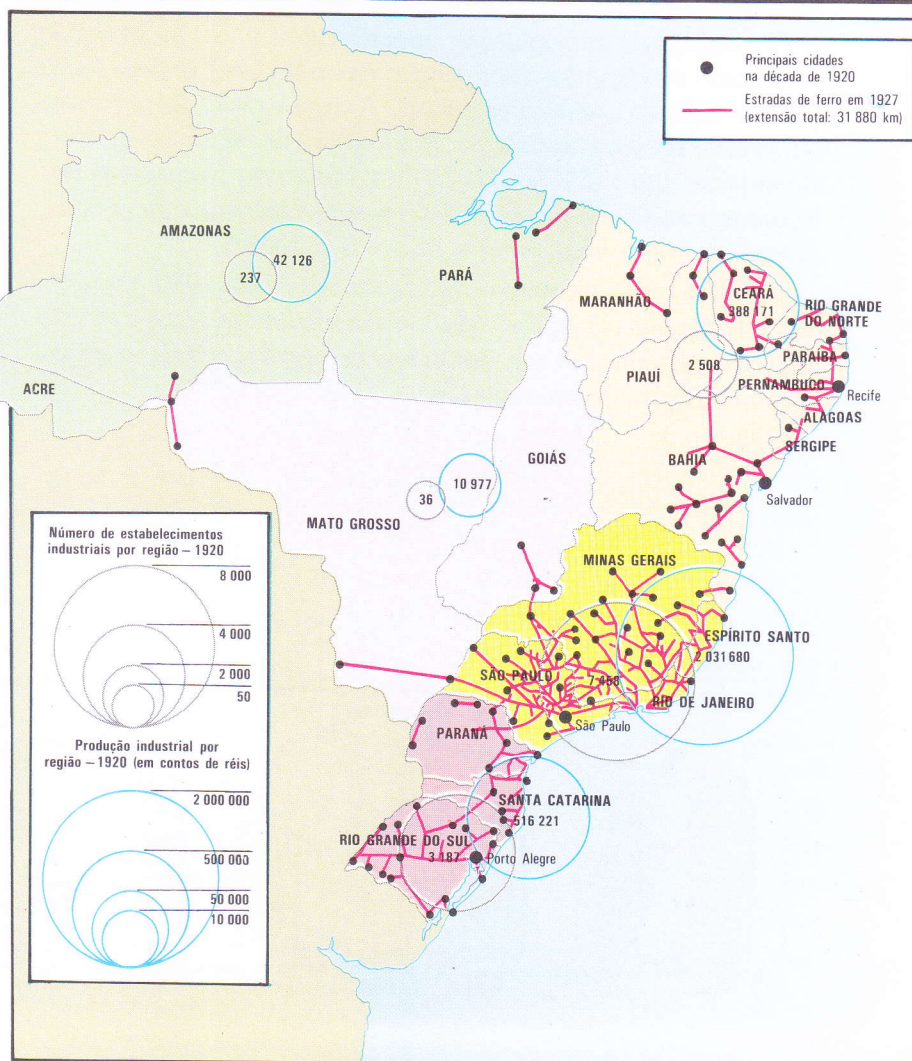
2 Principais produtos de exportação



7 Ramos industriais



6 Indústrias e ferrovias



A organização política na República Velha

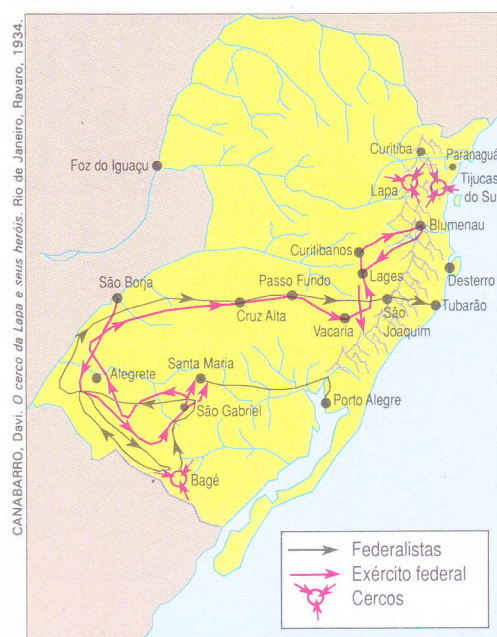
O aumento da população [1] [2] e o novo sistema político permitiram que as oligarquias do Centro-Sul, especialmente de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na indicação do presidente da República através da política do café com leite, dominassem o governo federal. Paralelamente, em cada estado, algumas poucas famílias, respaldadas no coronelismo herdado do período anterior, passaram a exercer domínio absoluto sobre a região [3].

Aos integrantes marginalizados das oligarquias regionais não restou outra saída senão a rebeldia armada. O exemplo mais significativo foi o da Revolta Federalista [3] [4], derrotada pelas tropas centrais depois de se unir a outro setor insatisfeito, a Marinha, então sublevada [3]. (A derrota de ambas na cidade de Desterro ocasionou a mudança de seu nome para Florianópolis, em homenagem ao presidente vitorioso.)

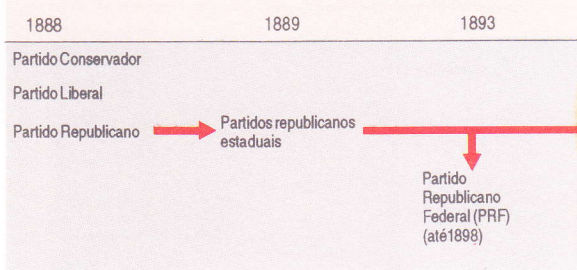
Ainda nesse quadro, a desestruturação inevitável da clientela dos coronéis subjugados por outros mais poderosos, agravada pela modernização da economia, refletiu-se em movimentos de resistência da população empobrecida [7], cujo ápice foi o episódio de Canudos [3]. Outro efeito do novo regime foi a estruturação de partidos estaduais. A organização de partidos de âmbito nacional restringiu-se à criação de efêmeros instrumentos eleitorais (PRF e PRC) ou a tentativas fracassadas de agrupar setores marginalizados do poder, especialmente o operariado (em partidos como o PSB e o PCB) [5].

O sistema, com pequenos abalos, funcionou até 1930. Os presidentes eram eleitos pela quase unanimidade dos votos e as exceções restringiam-se aos momentos de crises sérias no interior das oligarquias dominantes [6].

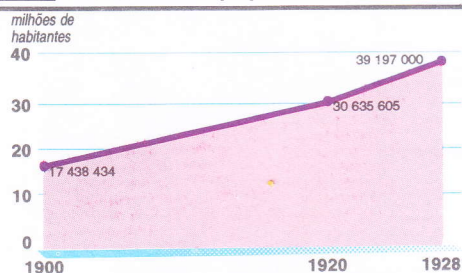
4 Revolta Federalista



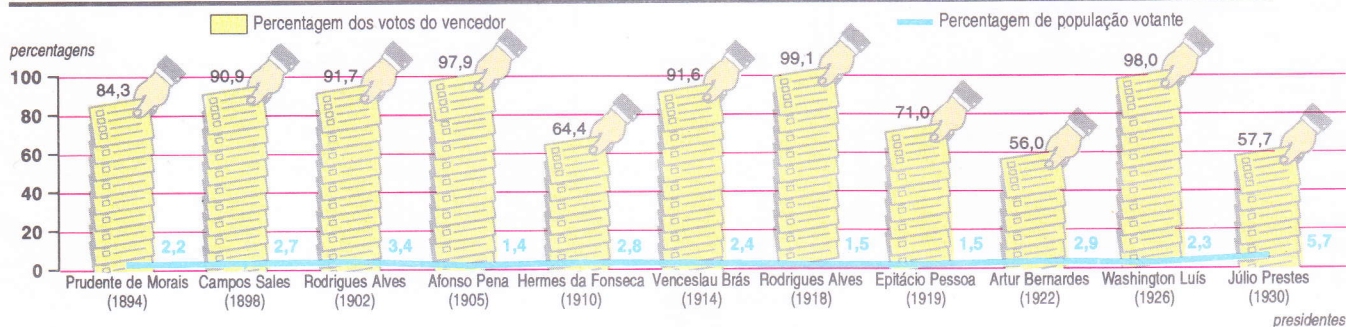
5 Organograma dos principais partidos



1 Crescimento populacional



6 Eleições presidenciais



1889

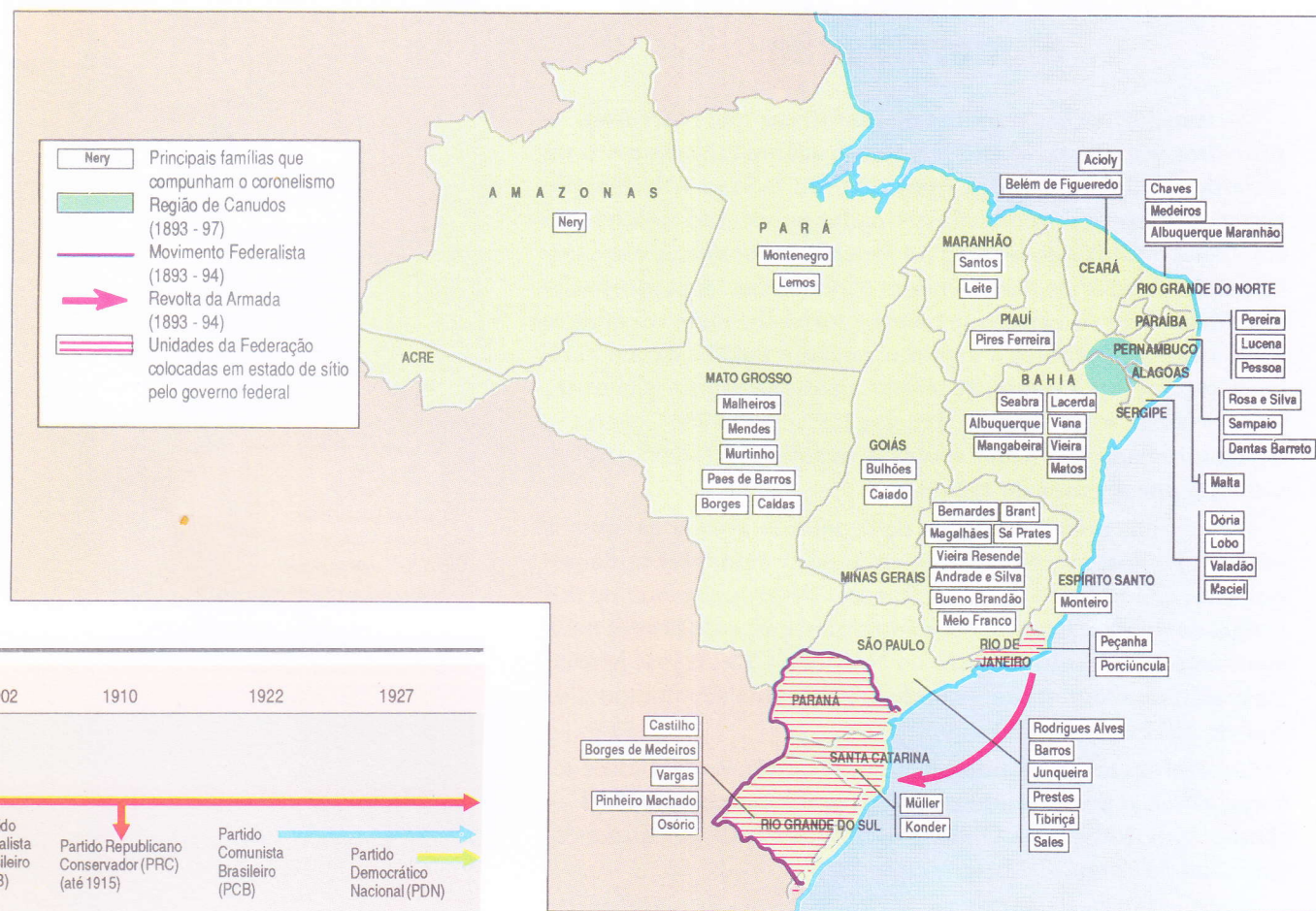
1930

IMPÉRIO

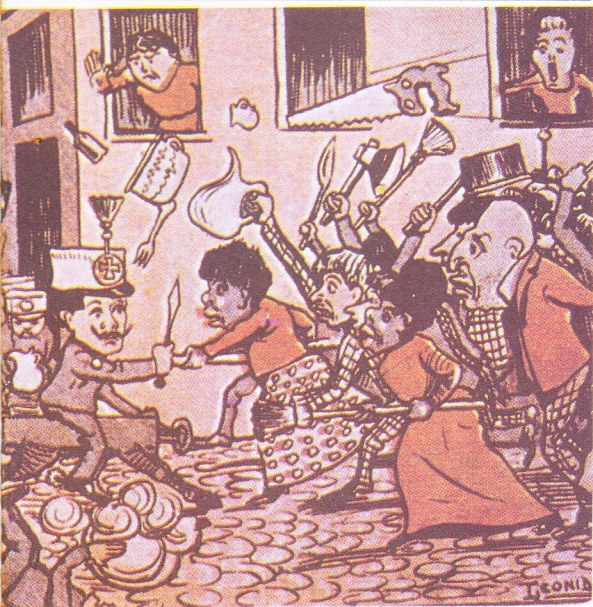
1889

REPÚBLICA

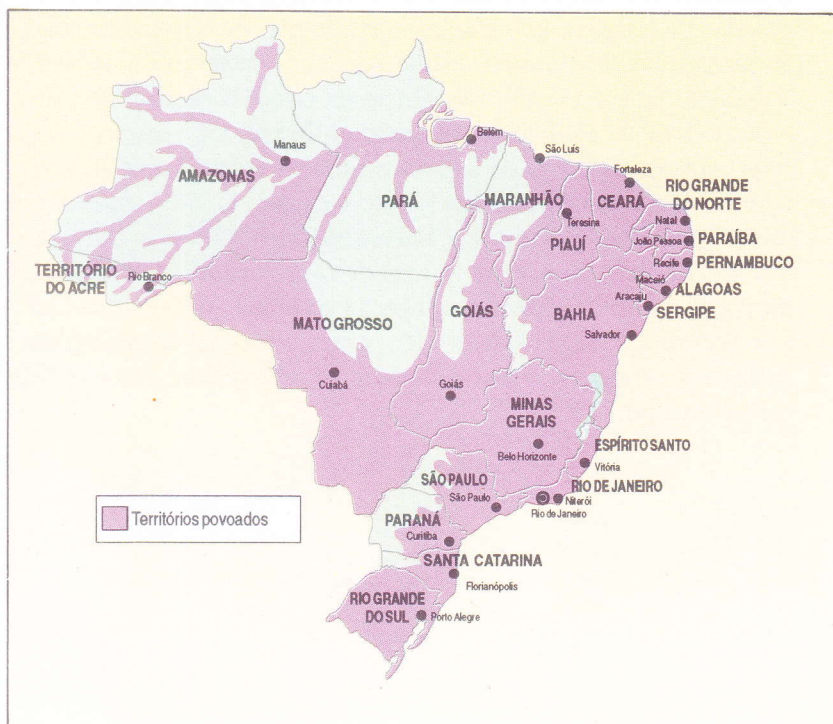
3 Coronelismo e revoltas



7 Revolta da Vacina



2 Divisão política e povoamento



Tensões sociais: reações à modernização

As transformações políticas e econômicas que marcaram as primeiras décadas do século XX foram acompanhadas por uma série de conflitos de vários tipos. De um lado, a urbanização crescente gerou o aumento das camadas pobres nas cidades, assim como o confronto de seus interesses com os dos novos habitantes, latifundiários, comerciantes e industriais. A preocupação em modernizar os centros urbanos e torná-los mais adequados, a seu usufruto levou-os a expulsar pouco a pouco, para a periferia, a população pobre. A tensão assim gerada propiciou revoltas, como a do Rio de Janeiro [1], em 1904, contra a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, aplicada truculentemente por agentes do governo.

No campo, a modernização da economia abalou as antigas relações sociais, marginalizando uma parte significativa da população. O resultado foi o surgimento de grupos como os dos cangaceiros, que agiam no sertão nordestino, e de líderes messiânicos como o padre Cícero, no Nordeste [2], e José Maria, na região do Contestado — onde eclodiu uma revolta que durou de 1912 a 1915 [3].

Ocorreram ainda manifestações de insatisfação em outros setores, como o dos marinheiros, que se rebelaram em 1910 — na chamada Revolta da Chibata — contra os castigos físicos comuns na Marinha daquele tempo [4].

A substituição dos escravos por imigrantes, principalmente em São Paulo, onde a imigração era subvencionada pelo governo estadual, levou à entrada no país de um grande número de trabalhadores europeus [5] [6]. Embora a maioria dos imigrantes tenha permanecido na agricultura, muitos mudaram-se para as cidades, onde se empregaram na indústria nascente. Trazendo consigo uma experiência de relações de trabalho diferente daquela conhecida até então no Brasil, logo trataram de se organizar em torno de jornais e sindicatos operários. Buscavam lutar por melhorias nas suas condições de vida, extremamente precárias devido aos baixos salários [7] e à falta de direitos básicos, como a definição de uma jornada diária compatível e de normas de segurança no trabalho. O resultado foi a crescente eclosão de greves [8], especialmente nas regiões de maior concentração industrial [9], paralelamente aos conflitos no campo.

2 Contestado



1 Movimentos de contestação

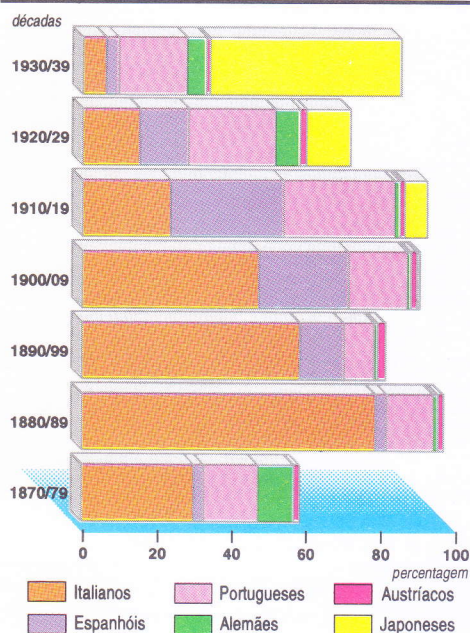


IMPÉRIO

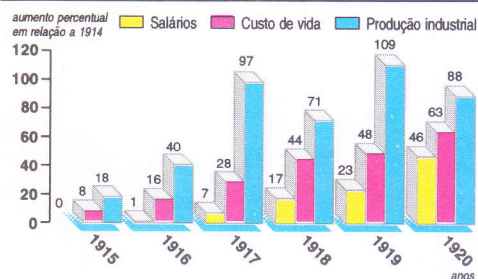
1889

REPÚBLICA

4 Nacionalidade dos imigrantes



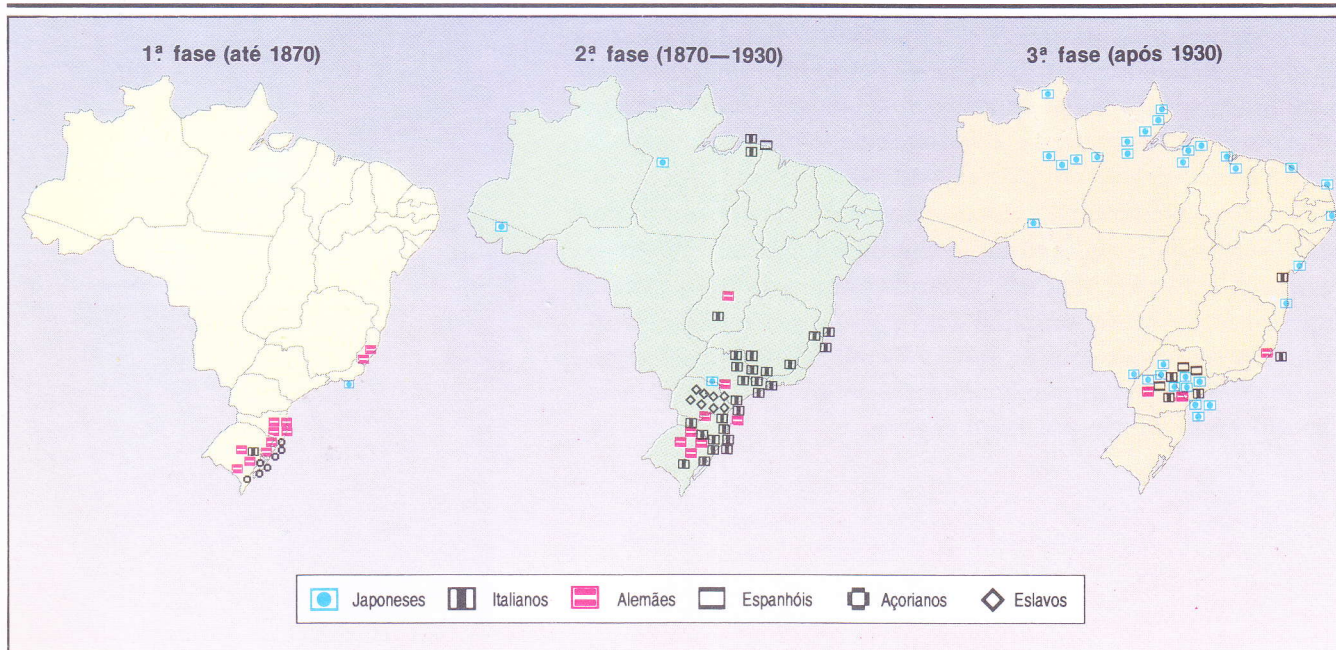
5 Salários e custo de vida



6 Greves



3 Colonização estrangeira



A crise da República Velha

A República Velha, minada por uma série de fatores, entrou em crise. A antiga rixa entre governo e Exército, nos anos 20, assumiu um novo conteúdo: a baixa oficialidade, especialmente os tenentes, revoltou-se contra um regime que os mantinha fora das principais esferas do poder. Depois de uma revolta fracassada no Forte de Copacabana, em 1922, o movimento tenentista eclodiu em 1924, já agora em caráter nacional. Os revoltosos chegaram a manter a cidade de São Paulo ocupada por vinte dias, mas tiveram de abandoná-la, formando a chamada Coluna Paulista. Deslocando-se para o Oeste do Paraná, em abril de 1925, encontrou-se com outro movimento vindo do Rio Grande do Sul, liderado pelo capitão Luís Carlos Prestes. Embrenhando-se pelo interior do Brasil, a agora chamada Coluna Prestes percorreu milhares de quilômetros em dois anos, até retirar-se para a Bolívia em 1927 [1] [6].

Outro fator de desgaste do regime foi a divisão interna das oligarquias estaduais, em que um pequeno grupo submetia os demais. No plano federal, a terceira potência eleitoral e econômica do país, o Rio Grande do Sul, estava marginalizado do governo central. Aproveitando-se do desentendimento entre paulistas e mineiros sobre a sucessão de Washington Luís, em 1930, a oligarquia gaúcha lançou a candidatura à presidência do governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas.

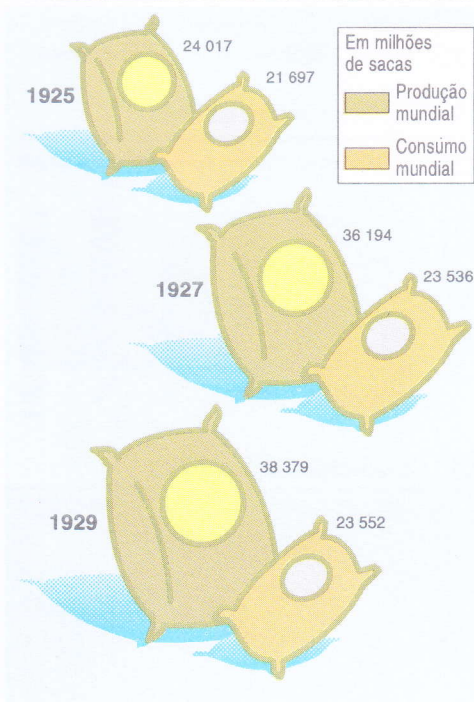
O apoio da oligarquia mineira e da paraibana — em troca da vice-presidência — permitiu a constituição da Aliança Liberal [2], que se contrapunha aos interesses da oligarquia cafeeira, atraindo as camadas urbanas e os remanescentes do movimento tenentista. Os integrantes marginalizados das oligarquias estaduais participaram das eleições apoiando o candidato rival ao do grupo dominante no estado. O resultado foi o surgimento de conflitos locais, como na Paraíba, que culminou com uma revolta em Princesa Isabel e o assassinato de João Pessoa — o candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal [2].

A derrota eleitoral [3] levou aliancistas e tenentistas a uma revolta armada, pela qual impuseram uma derrota militar ao regime já enfraquecido [4]. Calcada numa produção cafeeira superior ao consumo mundial [5] [7], e sustentando artificialmente os preços altos do café, a República Velha enfraqueceu-se também por suas dificuldades econômicas, e extinguiu-se. Em seu lugar surgiu um novo regime.

6 Coluna Prestes



5 A superprodução de café



7 Café



Cândido Portinari (1935)

1889

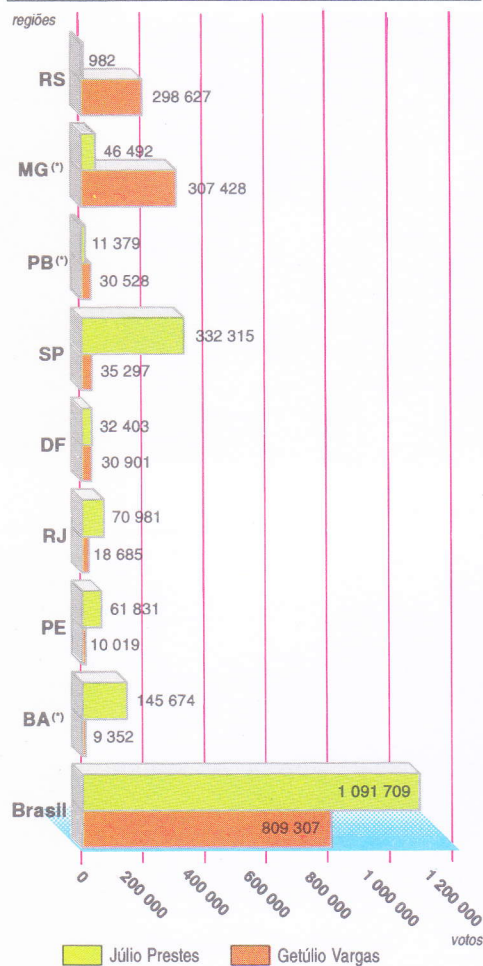
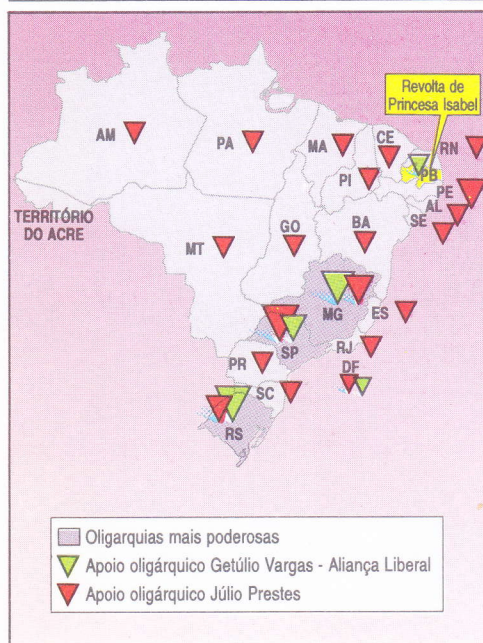
1920

1930

IMPÉRIO

1889

REPÚBLICA

3 Eleições presidenciais (1930)**1** Movimento tenentista**2** Oligarquias regionais

VIZENTINI, Paulo G. F. O Rio Grande do Sul e a política nacional. Porto Alegre, BRDES, 1982.

4 Revolução de 1930

Cultura republicana I

A preocupação dos intelectuais brasileiros com a formulação de uma identidade nacional foi a característica das primeiras décadas do período republicano. Suas visões acompanharam, de certo modo, as próprias mudanças sociais do país. Ao final do século XIX, a perspectiva romantizada dos costumes e da natureza cedeu lugar a uma noção mais realista e naturalista, que buscava maior objetividade.

Se a perspectiva anterior estivera diretamente ligada à ação política, nesse período grande parte da produção intelectual aproximava-se mais das regras do pensamento científico. As bases da cultura republicana fortaleceram-se com *Os sertões* de Euclides da Cunha, ambientado no Nordeste, com as crônicas de Lima Barreto e João do Rio e com os romances de Aluísio de Azevedo, que tratavam da vida urbana do Rio de Janeiro e de São Paulo.

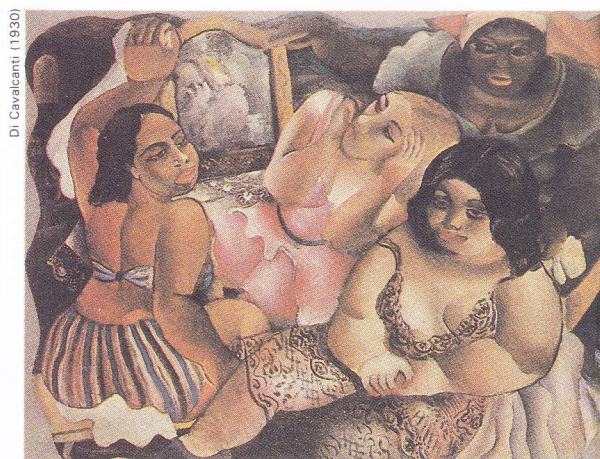
No início do século XX, São Paulo emergia como metrópole, vivenciando uma rápida industrialização, financiada pelo capital acumulado com as atividades cafeeiras. A modernização industrial, e com ela a valorização da técnica e da mecanização das atividades produtivas, convivia com elementos arcaicos ainda presentes em seu cotidiano. Os ares de metrópole fundiam-se com os vestígios de província [5].

Nas artes, as permanências simbolistas, românticas e parnasianas pareciam representar características estéticas e sociais mais inertes e repetitivas. Nesse contexto, buscando, antes de tudo, a inovação artística e social, ocorreu uma das maiores expressões culturais do Brasil, a Semana de Arte Moderna [2].

No início de 1922, reuniram-se em São Paulo intelectuais e artistas que procurariam elaborar obras e atitudes de acordo com os saberes mais “adiantados” desenvolvidos no resto do mundo, ao mesmo tempo que ansiavam por interferir criticamente no país, modernizando-o [1]. Entre os maiores representantes do Modernismo destacam-se os escritores Mário de Andrade e Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Guilherme de Almeida, Ribeiro Couto, Manuel Bandeira e Ronald de Carvalho; os pintores Di Cavalcanti [4], Lasar Segall [6], Cândido Portinari, Tarsila do Amaral [3] e Anita Malfatti [7]; e o compositor Heitor Villa-Lobos.

Ao longo dos anos 20 o movimento se estendeu para outras regiões do país, sendo divulgado, principalmente, por revistas e periódicos de pouca duração, porém de grande importância.

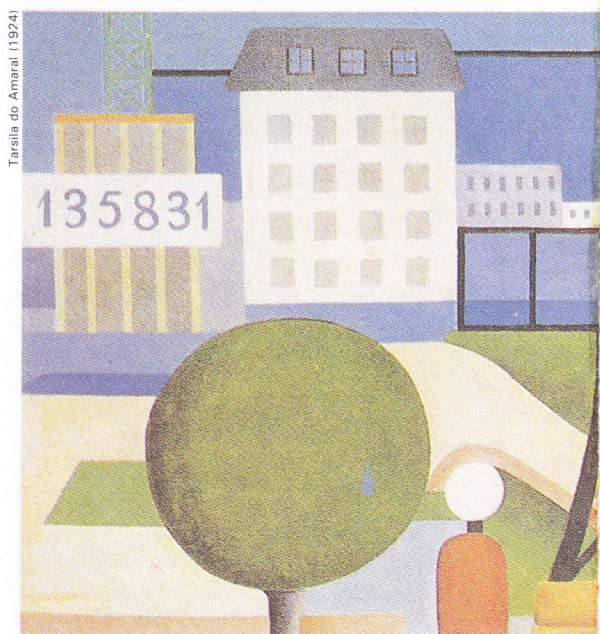
4 Mulheres



6 Bananal



3 São Paulo



1889

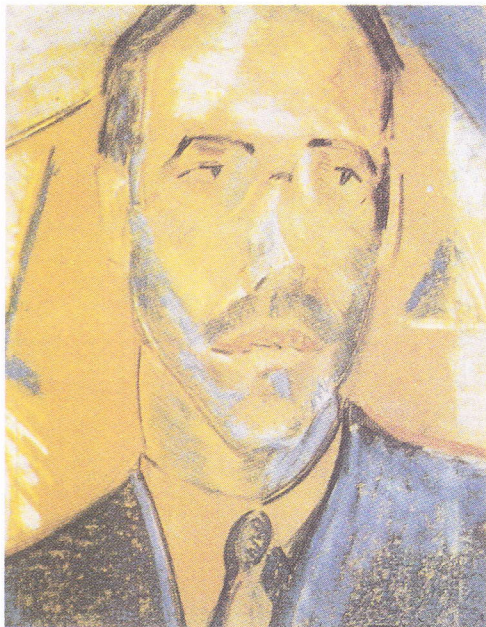
1930

IMPÉRIO

1889

REPÚBLICA

7 Mário de Andrade



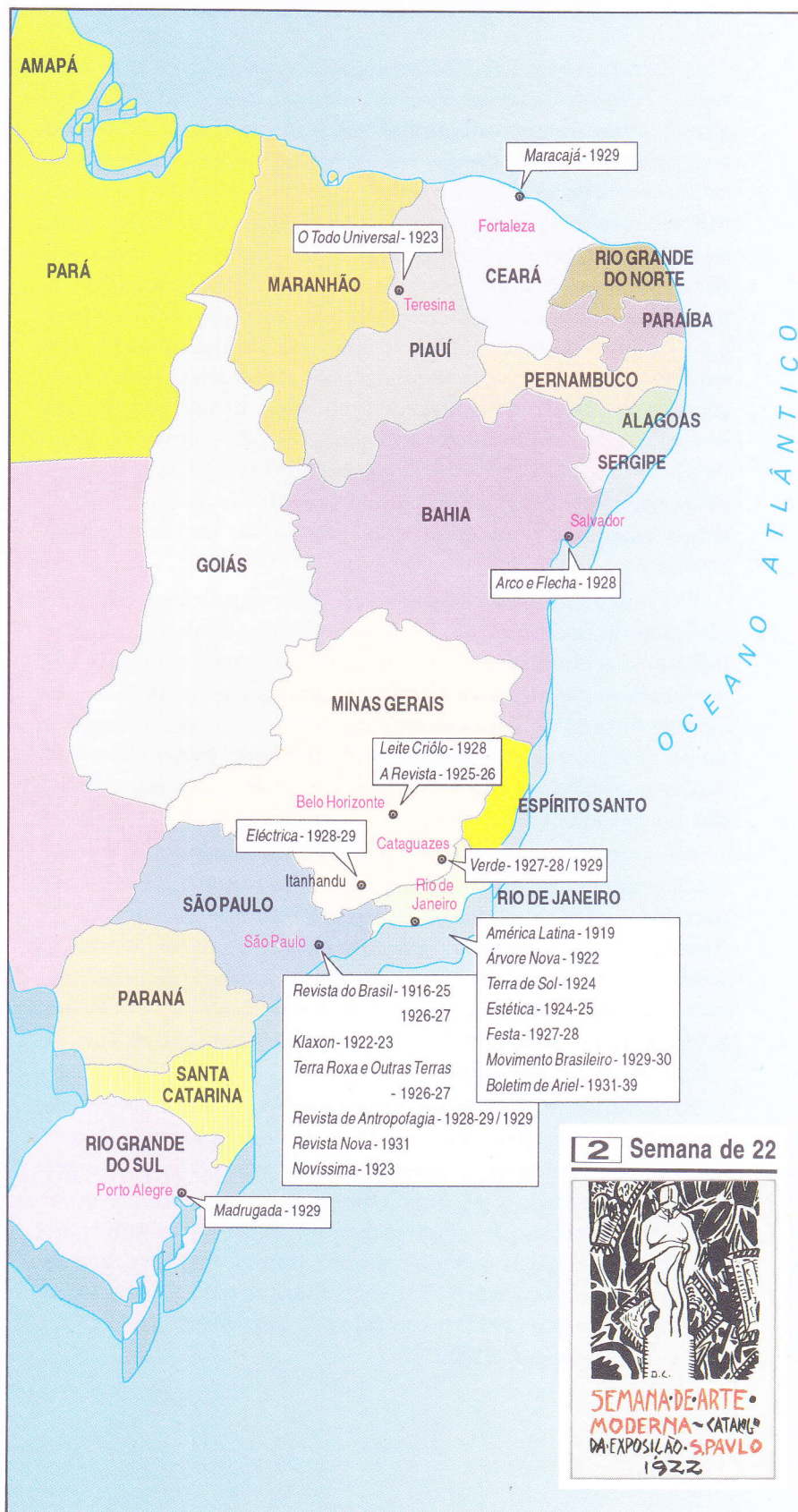
Anita Malfatti

5 Rua Florêncio de Abreu



Benedito Calixto

1 Revistas modernistas no Brasil (1916-39)



2 Semana de 22



A Segunda República

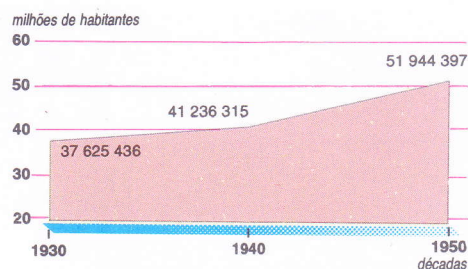
A Revolução de 1930 foi levada a cabo por grupos heterogêneos e com perspectivas diversas. Enquanto as oligarquias regionais visavam apenas ampliar seu poder político, o Exército e os setores urbanos desejavam reformas modernizadoras, sobretudo o fortalecimento do governo central. Getúlio Vargas significou uma solução de compromisso entre esses vários grupos: as oligarquias antes marginalizadas passaram a ter maior poder e, ao mesmo tempo, houve uma maior centralização do sistema político, fundamental para a industrialização do país e para o controle da classe operária. A fim de neutralizar o poder dos coronéis, foram tomadas medidas para a moralização das eleições e a ampliação do eleitorado (concedeu-se o direito de voto às mulheres e diminuiu-se de 21 para 18 anos o limite mínimo de idade dos eleitores). Apesar disso, a proibição do voto para os analfabetos — a maioria da população — ainda limitava drasticamente a porcentagem da população qualificada para votar [3].

Por outro lado, essa centralização não significou a eliminação total do poder das oligarquias regionais. Embora com sua influência reduzida, elas continuaram como uma das mais importantes forças atuantes no regime. As oligarquias do Sul e do Centro-Sul conseguiram mesmo manter a situação privilegiada do período anterior, enquanto as do Nordeste beneficiaram-se do desequilíbrio entre o eleitorado [2] [3] e sua representação no parlamento [1].

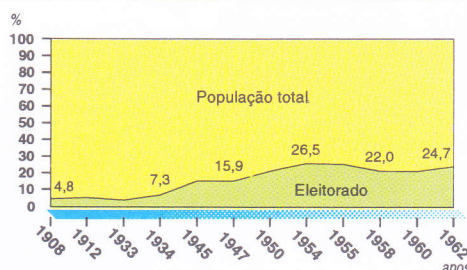
Além disso, os partidos republicanos estaduais conservaram sua hegemonia, já que o sistema existente contava com poucos partidos nacionais, todos de expressão bastante limitada [4]. Assim, Getúlio Vargas só conseguiu eleger-se presidente na Assembleia Constituinte de 1934 [5] graças à criação de uma bancada classista (composta por delegados eleitos por associações profissionais e sindicais), recurso utilizado para contrabalançar a representação oligárquica.

Paralelamente, o Exército surgiu como um dos setores mais fortes do novo cenário político. Com seu contingente cada vez maior [6], tornou-se, representado por seus oficiais — especialmente os tenentes —, um elemento fundamental no processo de centralização. Os militares tiveram, desde então, uma participação privilegiada no jogo político nacional, inclusive através de revoltas corporativas (1931), de alianças com a insatisfeita oligarquia paulista (1932) ou ao lado dos comunistas [8] (1935) e dos integralistas (1938) [7].

2 Crescimento populacional



3 Eleitorado



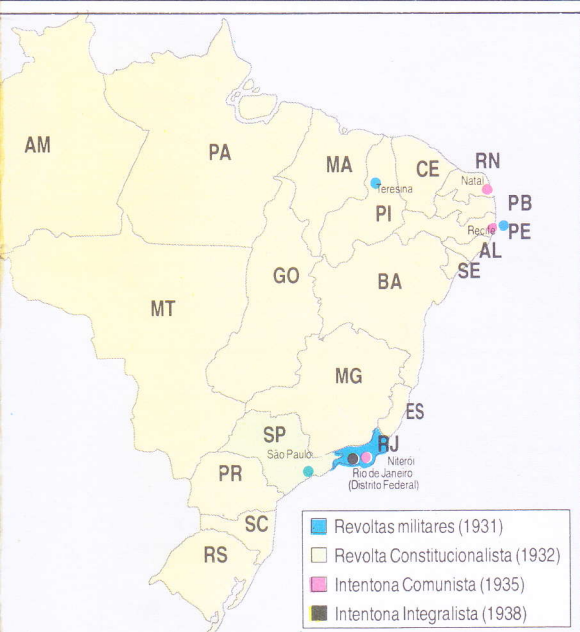
8 Intentona Comunista



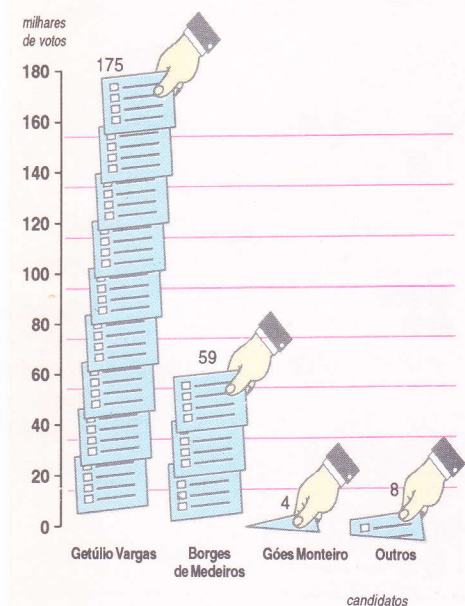
4 Organograma dos principais partidos



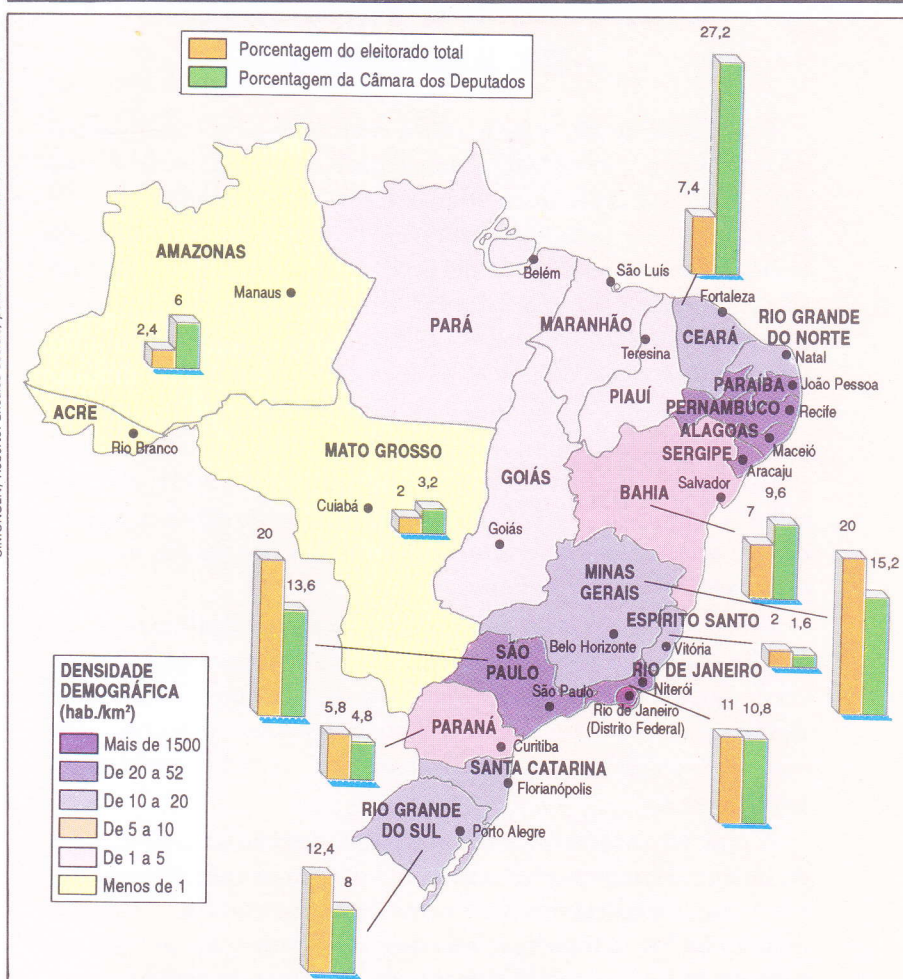
7 Revoltas na década de 30



5 Eleições presidenciais (1934)

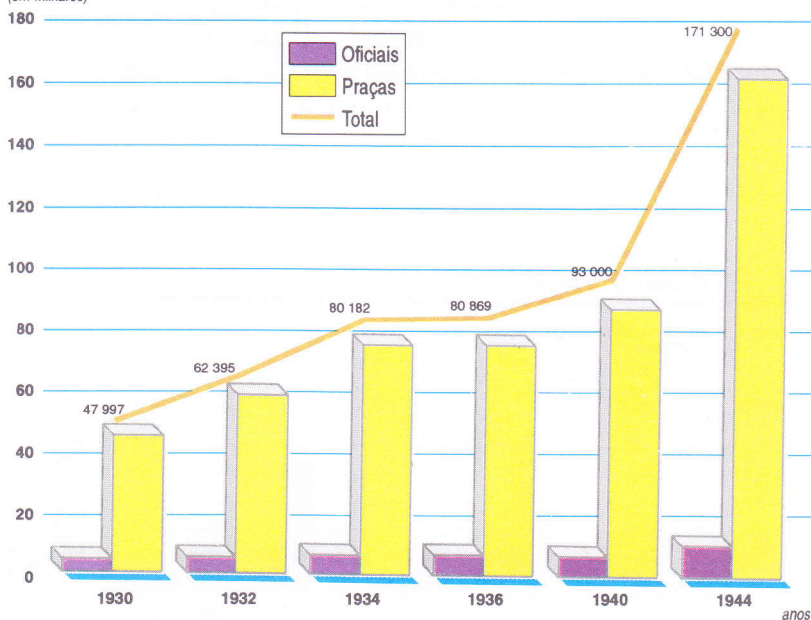


1 Densidade demográfica e representação eleitoral



6 Efetivos do exército

Número de homens
(em milhares)



Expansão e diversificação da economia

Na década de 30, a agricultura destinada ao mercado externo espalhou-se por todo o território nacional, sendo então a principal atividade econômica do país [1] [2]. A pauta de exportações tornou-se cada vez mais diversificada, embora o café ainda permanecesse como o principal produto comercializado pelo Brasil no exterior [3]. Os Estados Unidos transformaram-se no principal parceiro comercial do Brasil [4], adquirindo sobre o país influência econômica, política e cultural cada vez maior.

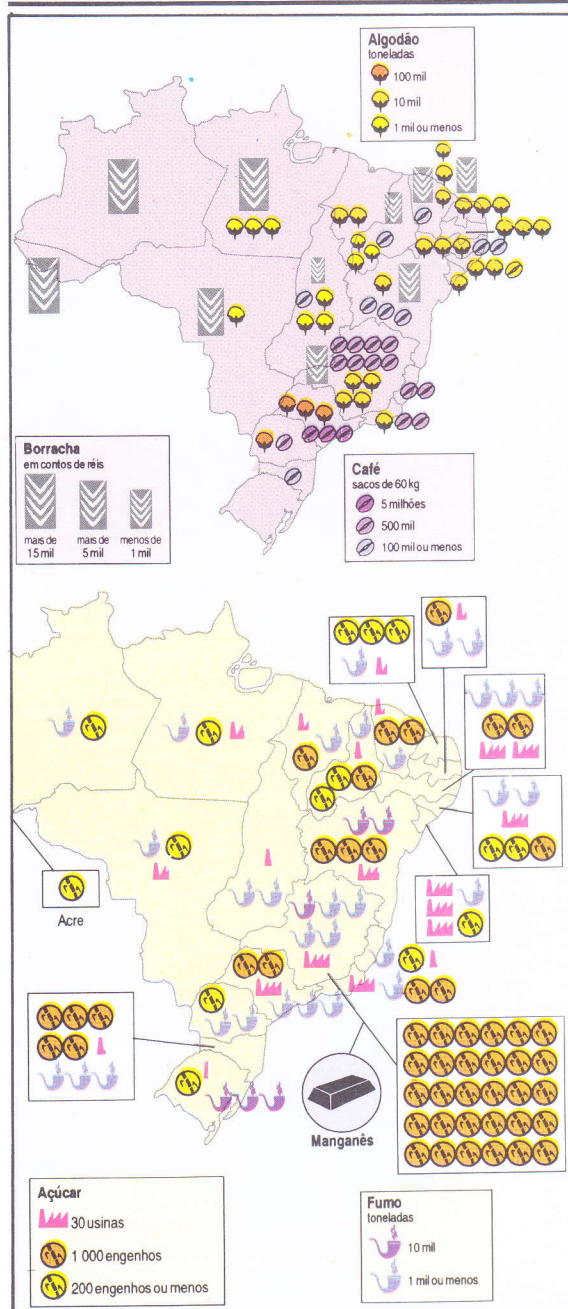
Nesse período, as medidas de valorização do café adotadas pelos governos estaduais durante a República Velha foram centralizadas pelo governo federal, com a criação, em 1931, do Conselho Nacional do Café. Com a manipulação do câmbio, as perdas do setor cafeeiro resultantes de quedas nos preços no exterior passaram a ser evitadas.

Preocupado em criar um mercado interno significativo, capaz de romper a dependência da atividade exportadora, o governo iniciou, ainda na década de 30, um projeto que se estenderia pelos períodos seguintes: a integração territorial através das rodovias em detrimento de outros sistemas de transporte [7].

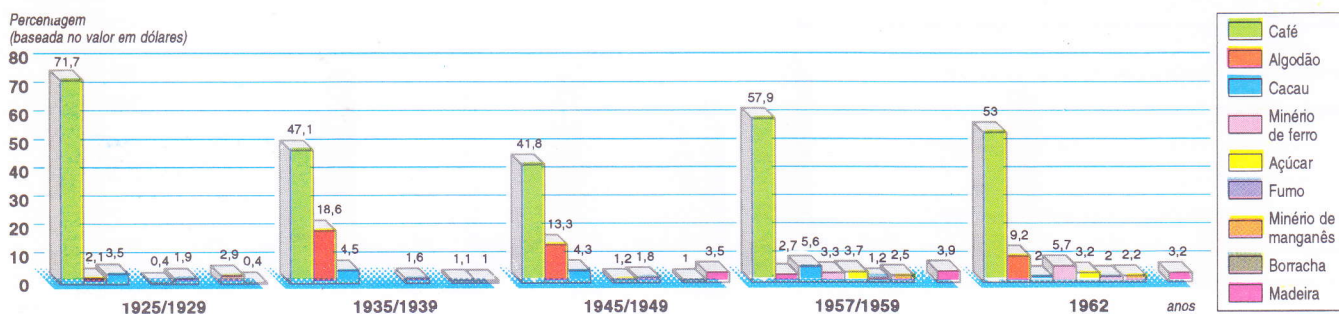
A rede ferroviária nacional não passava então de um conjunto de redes regionais autônomas, que ligavam os centros produtores de itens exportáveis aos portos de embarque [5]. Praticamente não havia interligações entre essas redes, até porque era comum as bitolas serem diferentes. Envolvendo menores custos do que a de ferrovias, a construção de rodovias proliferou enquanto a rede ferroviária permaneceu estagnada [6].

O Brasil afinal ingressaria na chamada Segunda Revolução Industrial: o desenvolvimento do mercado interno impulsionou a transformação das técnicas industriais, que permitiram a produção em larga escala, necessárias, por sua vez, ao atendimento desse grande mercado interno.

1 Economia na década de 30



3 Principais produtos exportados



1930 1962 1964

IMPÉRIO

1889

REPÚBLICA

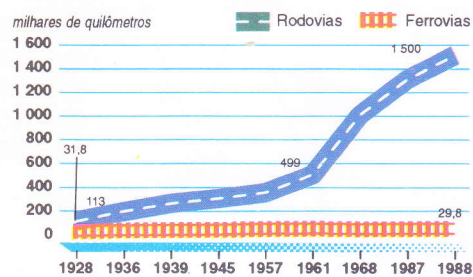
7 Rodovias (1964)



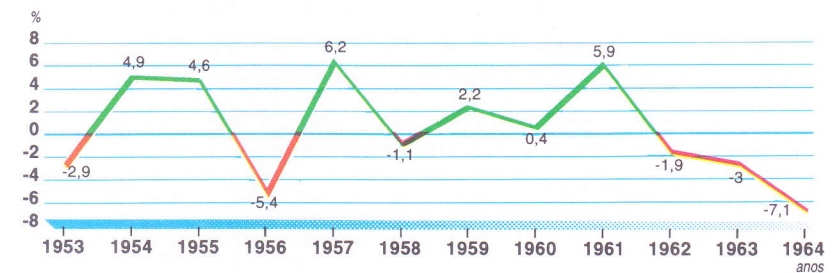
5 Ferrovias (1930-60)



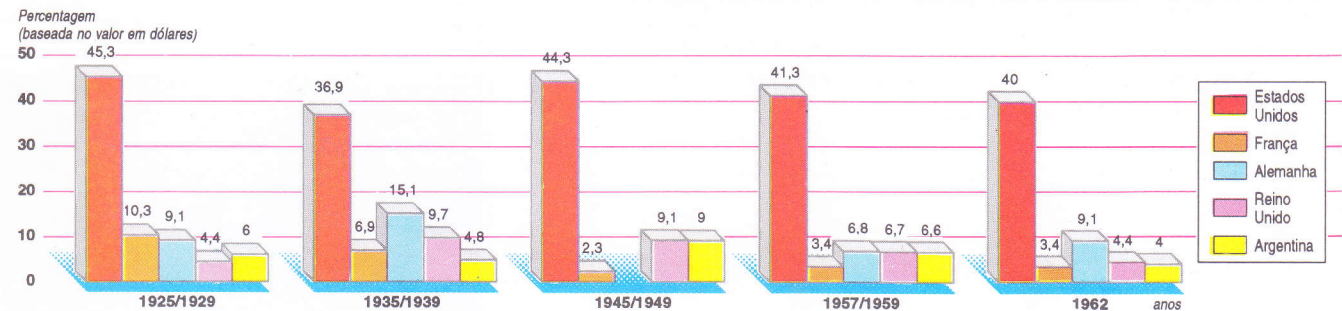
6 Transportes terrestres



2 Crescimento da agricultura



4 Exportações (países de destino)



O Estado Novo

As diferenças econômicas entre as diversas regiões brasileiras e o conseqüente contraste do nível de vida de cada uma **[1]** acentuavam-se cada vez mais com a industrialização do Centro-Sul e o empobrecimento crescente do Nordeste. Na década de 30 e nas seguintes, a população do Nordeste não teve outra saída senão empreender uma intensa migração para São Paulo e para o Rio de Janeiro, buscando melhores oportunidades de trabalho **[3]**, empregando-se nas fazendas de café ou integrando-se ao operariado do Centro-Sul **[2]** **[5]**.

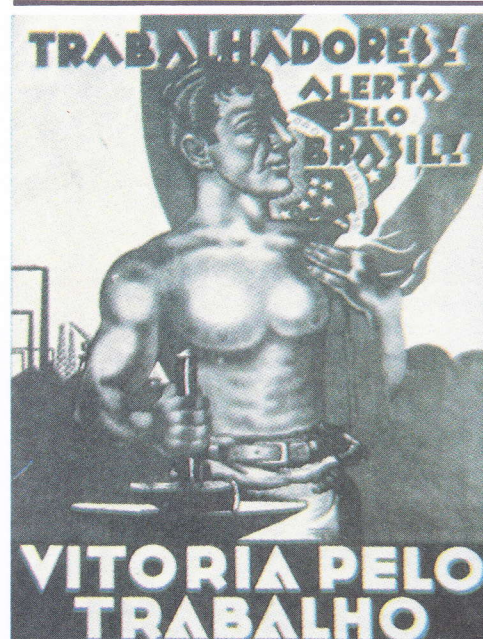
Vítimas da pobreza a que ficara entregue o Nordeste desde o século XIX, os nordestinos substituíram os imigrantes europeus na indústria. Desse modo, além da mão-de-obra mais barata, obtinham-se trabalhadores com menor tradição nas reivindicações sindicais. O Estado sentiu, então, necessidade de estabelecer um novo tipo de relação com esses trabalhadores, de forma a manter controle sobre eles.

Impedidas as eleições presidenciais previstas para 1937, Getúlio Vargas tornou-se ditador, criando a partir de então uma série de leis trabalhistas que colocavam o Estado como o árbitro das relações entre capital e trabalho. Inaugurava-se o chamado Estado Novo.

Todas as organizações de trabalhadores passaram a ser diretamente ligadas ao governo e igualmente controladas por ele. Em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho, código orientado por princípios corporativistas que ignoravam a existência de conflitos de interesses ou de classes, agrupando diferentes setores numa única categoria. As organizações dos trabalhadores das indústrias, num exemplo significativo, englobavam desde os operários até os funcionários mais graduados da administração **[4]**. Dessa forma, conseguia-se que as diferenças internas de visões e interesses enfraquecessem por dentro essas organizações.

Para conquistar legitimidade, o Estado populista utilizava-se dos mais sofisticados meios de propaganda disponíveis. Além disso, desempenhava um papel fundamental a identificação estabelecida entre a pessoa que ocupava a Presidência da República — Getúlio Vargas — e o Estado. Na pessoa do chefe do Estado eram projetadas e canalizadas as aspirações e expectativas da população, tornando a relação cidadão/Estado uma relação indivíduo/indivíduo **[6]**.

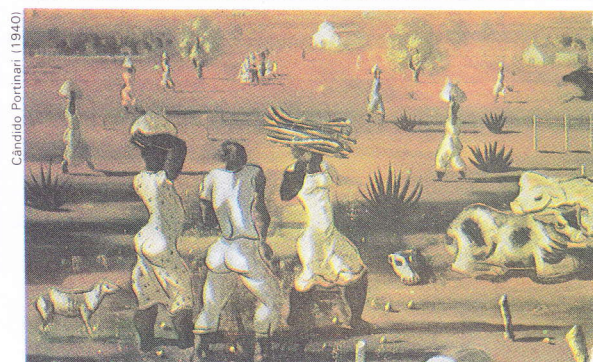
6 Cartaz do DIP



3 Migração para São Paulo



5 Paisagem de Brodósqui



Cândido Portinari (1940)

IMPÉRIO

1889

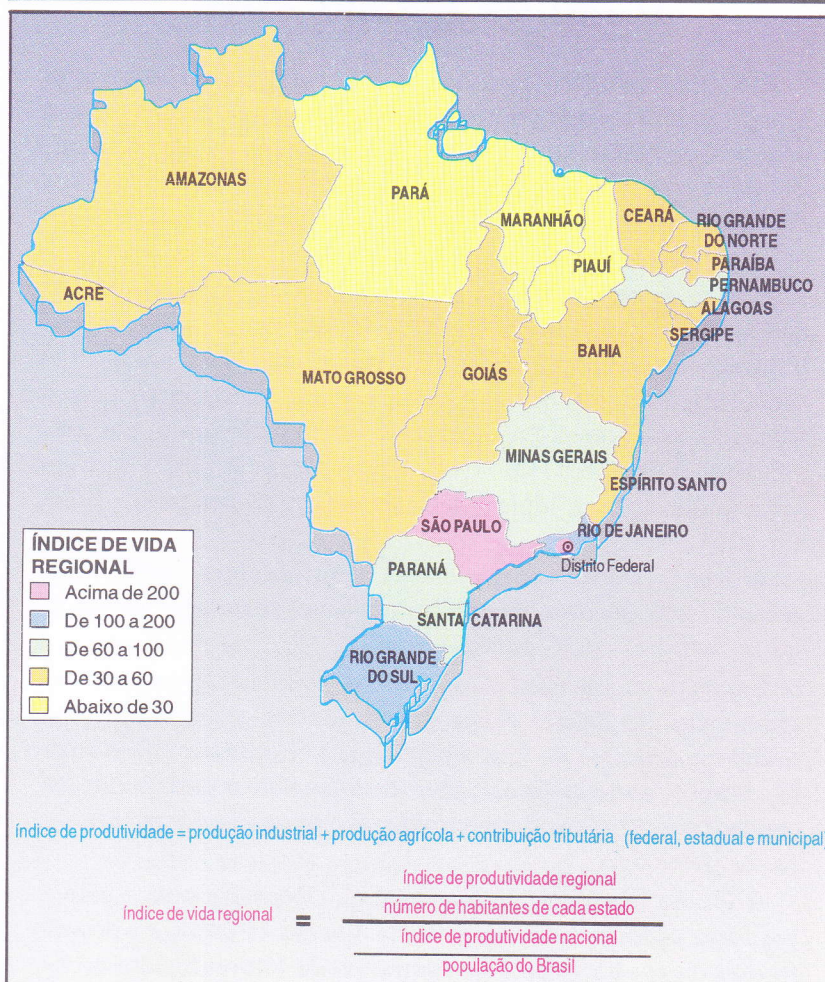
REPÚBLICA

2 Migrações internas



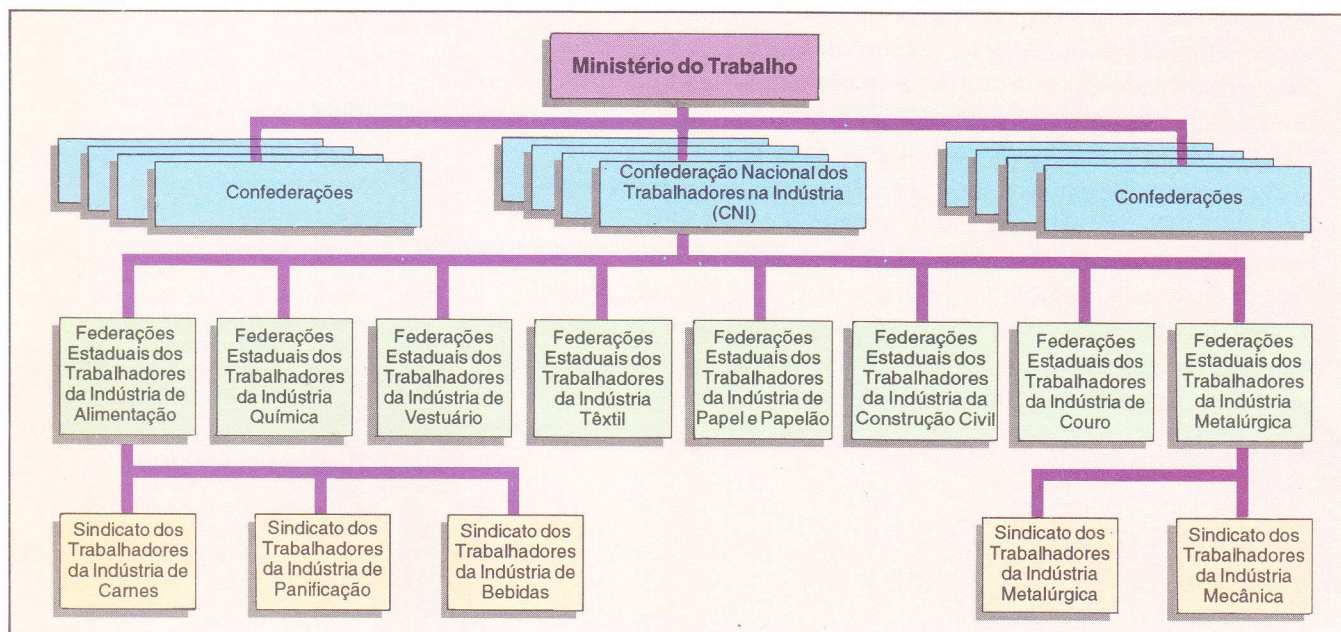
SIMONSEN, Roberto. Ensaios sociais, políticos e econômicos. São Paulo, FIESP, 1943.

1 Níveis de vida no Brasil (1939)



SIMONSEN, Roberto. Ensaios sociais, políticos e econômicos. São Paulo, FIESP, 1943.

4 Organograma da CNI



O fim do Estado Novo

Até 1942, em plena Segunda Guerra Mundial **1**, o governo Vargas manteve uma política externa ambígua, que procurava tirar proveito das tensões e diferenças de interesses entre as grandes potências. Essa indefinição fez com que Estados Unidos e Alemanha disputassem o apoio político brasileiro em troca de ajuda econômica e militar.

A entrada oficial dos norte-americanos na guerra, o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, as manifestações populares encabeçadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e os empréstimos norte-americanos para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda levaram, por fim, o governo a se posicionar. Declarando guerra às forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), o Brasil enviou tropas para a Itália em 1943 **2**.

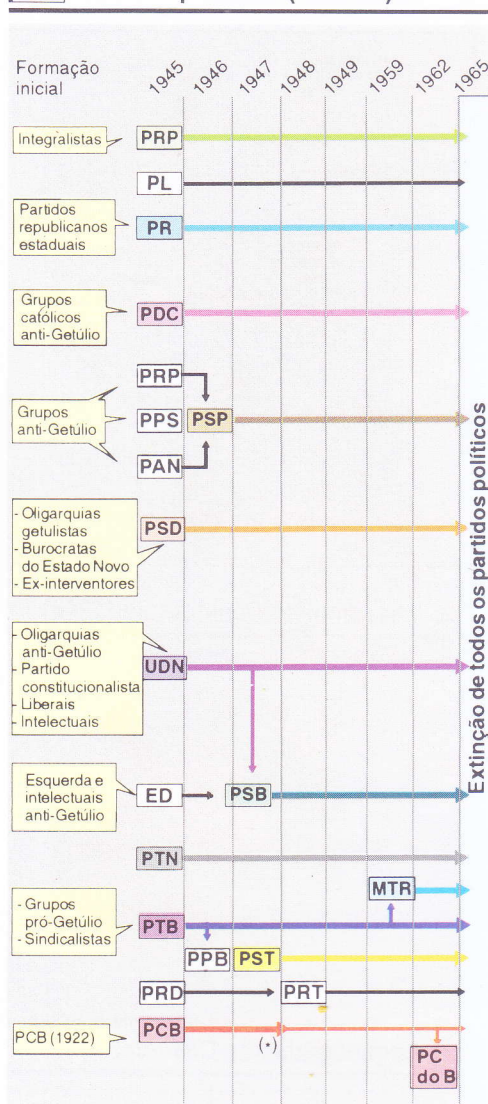
A decisão trouxe consequências determinantes à política interna do país: na opinião pública um sentimento antifascista logo se definiria como antiditatorial.

Intelectuais, liberais, comunistas e dissidentes getulistas exigiam o fim do Estado Novo. Nesse quadro, o governo tentou manter o processo de liberalização, já irreversível, sob controle. Acabou por marcar eleições presidenciais e parlamentares, concedeu anistia aos presos políticos e permitiu a livre organização partidária **3**.

A União Democrática Nacional (UDN) tornou-se a principal força oposicionista. O governo Vargas estimulou a criação de dois outros partidos, representantes de setores ligados ao Estado Novo — Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Aproveitando-se de um incidente entre o presidente e o ministro do Exército, uma articulação conservadora depôs Getúlio Vargas, mantendo as eleições programadas e dando poderes constituintes ao parlamento eleito. Dois militares foram os principais candidatos à presidência: o General Gaspar Dutra e o Brigadeiro Eduardo Gomes.

A democracia populista surgia sob a batuta militar e o controle do PSD, que além da presidência obteve a maioria absoluta no Congresso Constituinte **4**. Democracia relativa, que logo se mostraria também provisória: em 1947 o PCB era posto na ilegalidade, e seus eleitos cassados sob a alegação de serem ao governo soviético. Se a Segunda Guerra ajudara a trazer a abertura política, a Guerra Fria imporá os limites do regime brasileiro.

3 Partidos políticos (1945-65)



(*) Cassado em 1947. Atuação clandestina a partir desta data. Seus militantes candidataram-se sob outras legendas: PRT, PTN, PSP, PTB, PSD e PST

PRT	Partido Republicano Trabalhista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PRP	Partido de Representação Popular
PL	Partido Libertador
PDC	Partido Democrata Cristão
PRP	Partido Republicano Progressista
ED	Esquerda Democrática
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PAN	Partido Agrário Nacional
PSP	Partido Social Progressista
PSD	Partido Social Democrático
PPS	Partido Popular Sindicalista
UDN	União Democrática Nacional
PRD	Partido Republicano Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PPB	Partido Proletário Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
MTR	Movimento Trabalhista Renovador

1930 1945 1964

IMPÉRIO

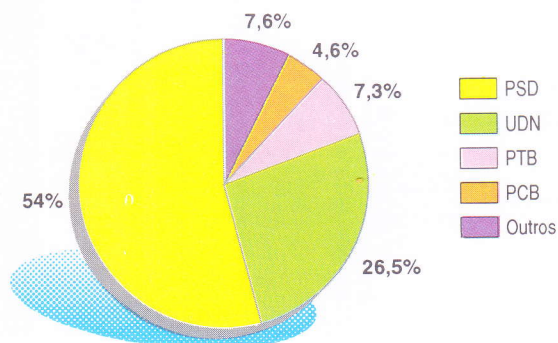
1889

REPÚBLICA

5 Divisão política do Brasil



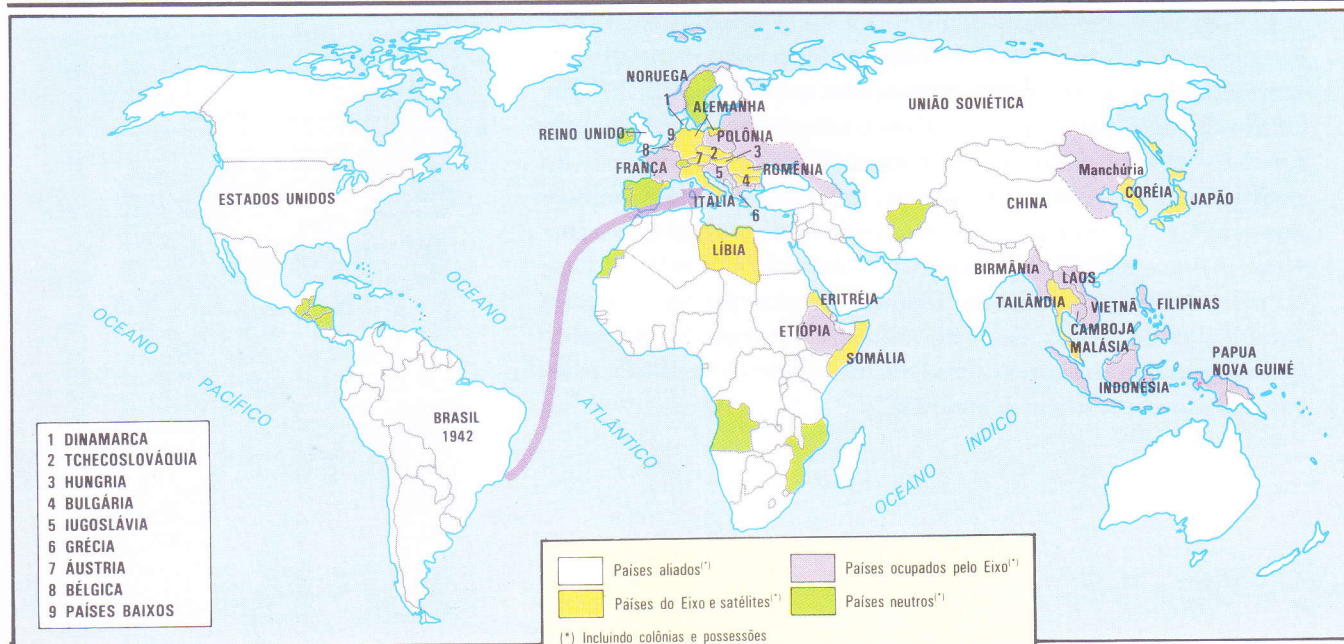
4 Assembléia Constituinte (1946)



2 Campanha da Itália

MORAES, M^{te}. Mascarenhas de. Memórias. v. 2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

1 Segunda Guerra Mundial



A democracia populista

O arranjo montado por Vargas e seu grupo no período final do Estado Novo orquestrou a política brasileira de 1945 a 1964. O PSD e o PTB venceram três das quatro eleições presidenciais do período [1]. Em 1951 o próprio Getúlio Vargas voltaria à presidência com uma votação consagradora. No parlamento, o PTB aumentava sua força a cada nova legislatura, enquanto o PSD, mais conservador, perdia representantes quase na mesma proporção [2].

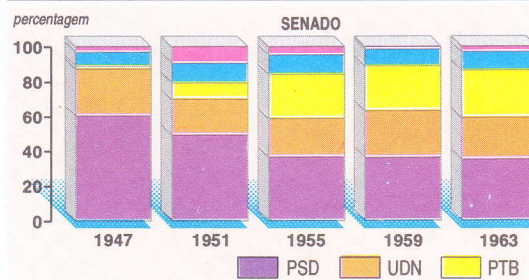
A UDN manteve-se praticamente estável ao longo desses anos, com sua ruidosa minoria no Congresso. Os udenistas, sem conseguir vencer os pleitos principais, não pouparam críticas à atuação dos presidentes eleitos. Uma campanha violenta contra Vargas levaria o líder populista ao suicídio em 1954 [3]. Pouco depois, a UDN, junto com a parte mais conservadora do Exército, tentaria impedir a posse de Juscelino Kubitschek.

Sem contar com um grande líder carismático em seu próprio partido, em 1960 a UDN integrou a coligação que levou o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, à presidência. Conseguiu-se assim quebrar a hegemonia PSD/PTB. Como vice-presidente, entretanto, foi ainda reeleito o candidato do PTB, João Goulart.

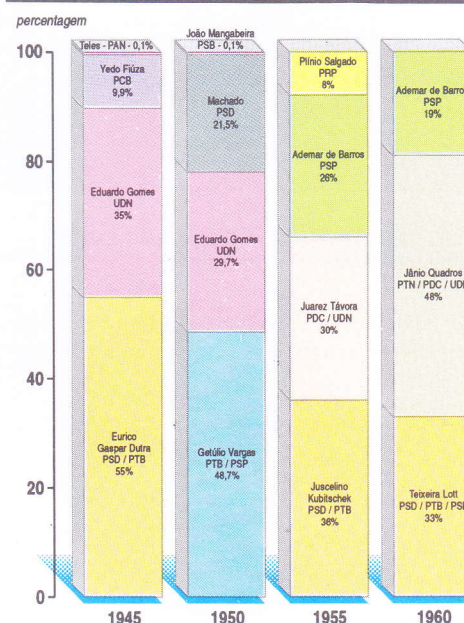
Logo no início de seu governo, Jânio Quadros romperia com boa parte da UDN, e depois de sete meses renunciaria à presidência. Pela Constituição em vigor desde 1946, João Goulart deveria sucedê-lo. Em viagem à China, Jango, foi comunicado da renúncia e também do veto ao seu nome por parte das Forças Armadas. Tachado de comunista ou simpatizante, seria automaticamente preso se voltasse ao Brasil.

O veto militar desencadeou uma grave crise política no país. Em defesa da posse do vice-presidente eleito formou-se um movimento liderado pelo então governador gaúcho Leonel Brizola e por militares legalistas [3]. Como solução conciliadora e casuística, foi adotado o regime parlamentarista de governo, no qual João Goulart seria presidente, mas com poderes diminuídos pelo Congresso [4]. O verdadeiro chefe do poder executivo seria o primeiro-ministro indicado pelo presidente e ratificado pelo Congresso Nacional. Goulart só conseguiria assumir a presidência de forma plena ao antecipar e vencer o plebiscito que extinguiu a solução parlamentarista (janeiro de 1963), reintroduzindo o presidencialismo [5].

2 Representação parlamentar (1947-63)



1 Eleições presidenciais (1945-60)



6 Suicídio de Getúlio Vargas

Última Hora, 24/8/54.

ULTIMO BILHETE DE GETULIO
RIO, 24 (SUCURSAL) - "A SANHA DOS MEUS INIMIGOS DEIXO O LEGADO DE MINHA MORTE. LEVO O PESAR DE NÃO TER PODIDO FAZER PELAS HUMILDES TUDO AQUILO QUE EU DESEJAVA".

CUMPRINDO SUA PROMESSA: "SÓ MORTO SAIREI DO CATETE"

GETULIO VARGAS SUICIDOU-SE

RIO, 24 (SUCURSAL) - VARGAS SUICIDOU-SE HOJE, ÀS 8,20 HORAS.

RIO, 24 (SUCURSAL) - O PRESIDENTE GETULIO VARGAS, QUE SE SAIU MORTO DO CATETE, SUICIDOU-SE EM SEU APARTAMENTO, EM SEU QUARTO, COM UM TIPO NO CORAÇÃO.

RIO, 24 (SUCURSAL) - LOCALIZADAS NOTÍCIAS DO SUICÍDIO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, O GOVERNO E O PARLAMENTO, QUE SE ENCONTRAM NO PALÁCIO DO CATETE, E O GOVERNO E O PARLAMENTO, QUE SE ENCONTRAM NO PALÁCIO DO CATETE, E O GOVERNO E O PARLAMENTO, QUE SE ENCONTRAM NO PALÁCIO DO CATETE.

RIO, 24 (SUCURSAL) - A MARCHA DOS RECONHECIMENTOS DESTA MANHÃ.

Extra
PARENTES E AMIGOS VELAM O CORPO DO PRESIDENTE

RIO, 24 (SUCURSAL) - A PRIMEIRA PESSOA A QUE CHEGOU AO CORPO DO PRESIDENTE VARGAS FOI O SEU FILHO, LUIZ VARGAS, QUE SE ENCONTRAVA NA JANELA DO SEU APARTAMENTO, VELADO POR PESSOAS DA FAMILIA E DOS AMIGOS. O CORPO DO PRESIDENTE VARGAS FOI ENCONTRADO POR PESSOAS DA FAMILIA E DOS AMIGOS, QUE SE ENCONTRAVAM NO APARTAMENTO, VELADO POR PESSOAS DA FAMILIA E DOS AMIGOS.

MANTENHAM A ORDEM

RIO, 24 (SUCURSAL) - O NOVO PRESIDENTE

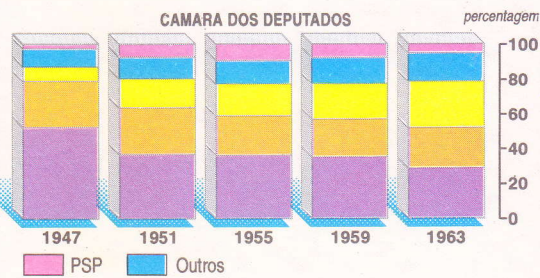
TUDO CALMO NA VILA MILITAR

IMPÉRIO

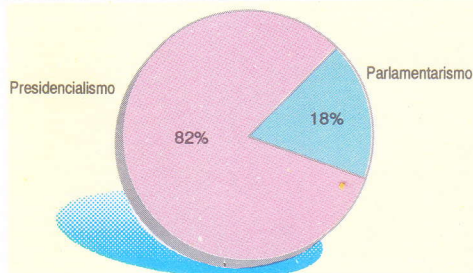
1889

REPÚBLICA

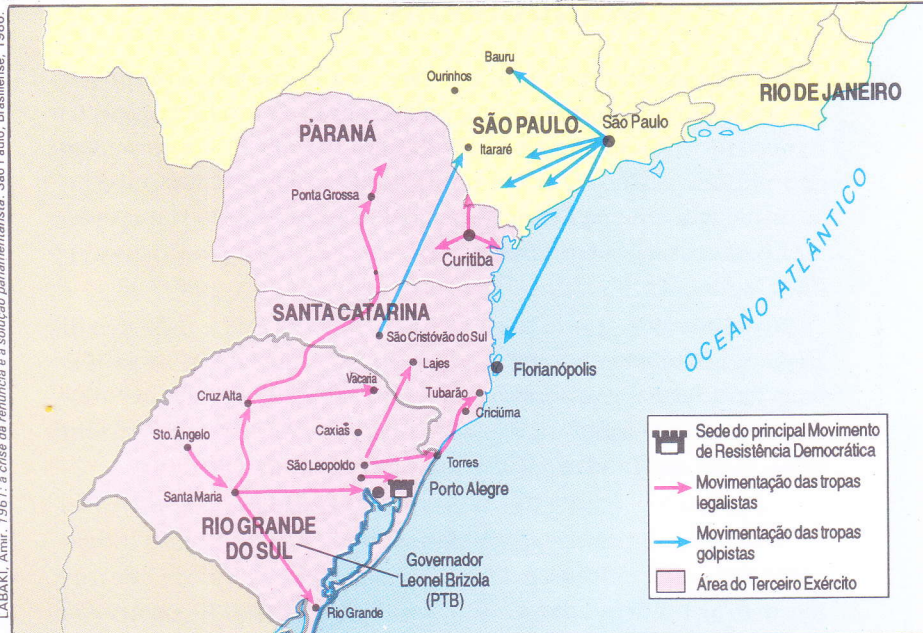
3 Movimento de tropas na crise de 1961



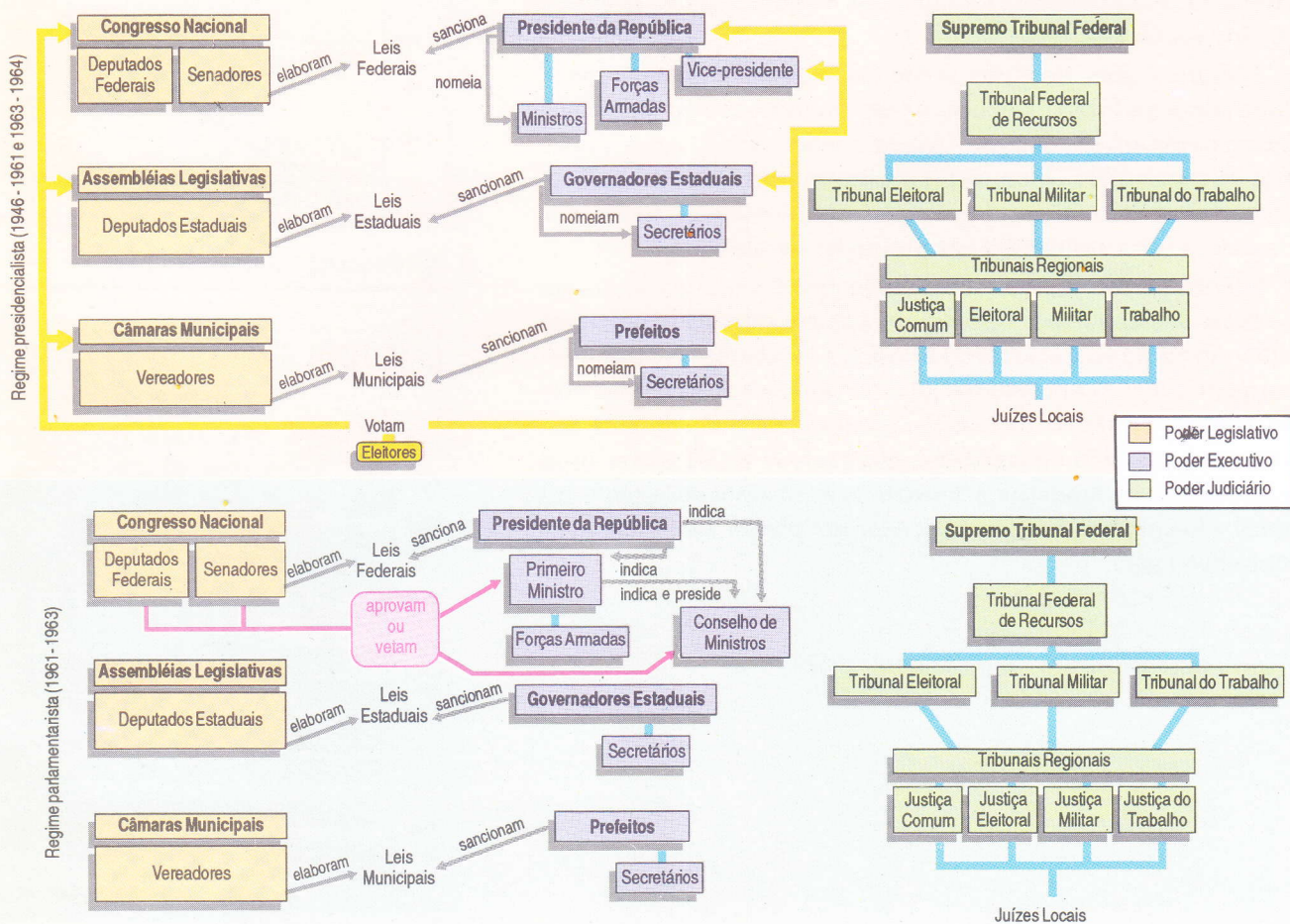
5 Plebiscito (1963)



LABAKI, Amr. 1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista. São Paulo, Brasiliense, 1986.



4 Presidencialismo e parlamentarismo



A industrialização

Integrando-se à fase monopolista do capitalismo (dominada por grandes conglomerados multinacionais junto ao capital financeiro), o Brasil dos anos 30 passou por um rápido processo de industrialização. O crescimento de seu parque industrial deu-se principalmente no Centro-Sul, onde a indústria, os transportes e as comunicações tornaram-se tão importantes quanto a atividade agrícola [1].

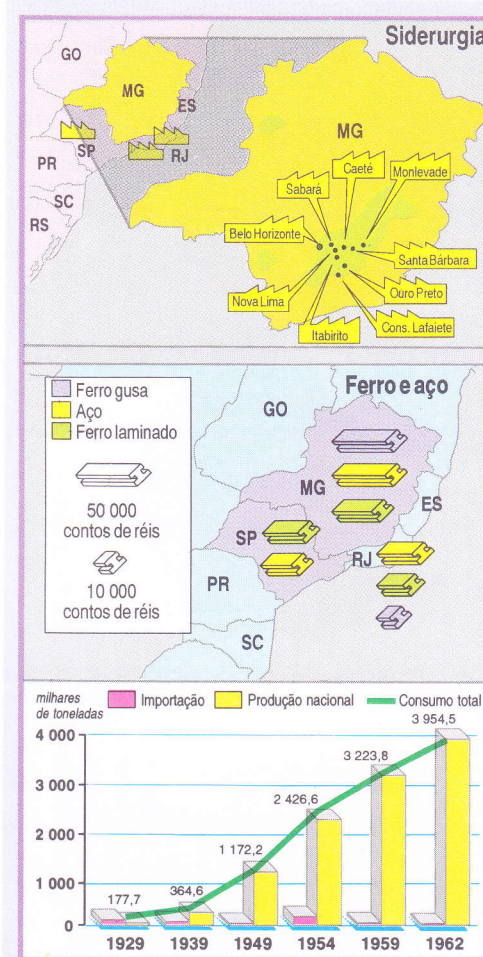
Nesse período, prevaleceu como critério básico a industrialização para substituir importações, ou seja, a criação de indústrias para fabricar produtos cuja importação, por qualquer motivo, tornara-se difícil ou custosa. Esse processo passou por duas fases, uma de 1933 a 1955 e outra de 1956 a 1967.

Na primeira, o governo teve como prioridade a construção de uma infra-estrutura capaz de sustentar o crescimento industrial [2]. Um de seus principais projetos econômicos era tornar o Brasil independente em relação ao aço com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. Até então, a produção de ferro gusa e de aço era controlada por um conglomerado belgo-luxemburguês, do qual surgiu, na década de 30, a poderosa Companhia Belgo-Mineira, com sede em Minas Gerais.

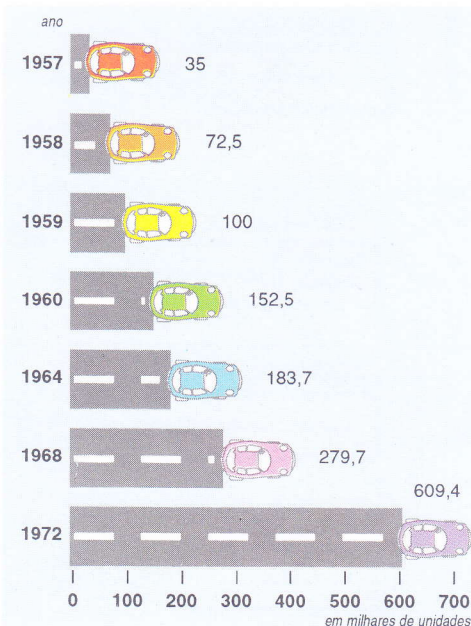
A vultosa obra de Volta Redonda seguiu os padrões grandiosos do populismo da época, e para financiá-la o governo contraiu pesada dívida externa. Ainda obedecendo à lógica populista de erguer obras monumentais, foram construídas usinas hidrelétricas e termelétricas por todo o país, além de indústrias visando a auto-suficiência na produção de cimento [3].

Foi um período caracterizado pelo crescimento da indústria de bens de capital sob impulso do capital estatal. A partir de 1955, no entanto, a economia brasileira foi aberta ao capital estrangeiro [4]. A necessidade de criar um parque industrial voltado para a produção de bens de consumo (principalmente automóveis) [5] e a conseqüente necessidade de importar uma tecnologia mais moderna e sofisticada levaram o governo a recorrer ao capital estrangeiro para criar um parque industrial mais complexo [6].

3 Produção industrial



5 Produção automobilística

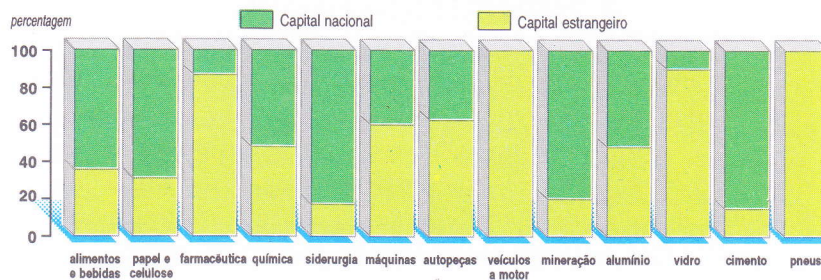


IMPÉRIO

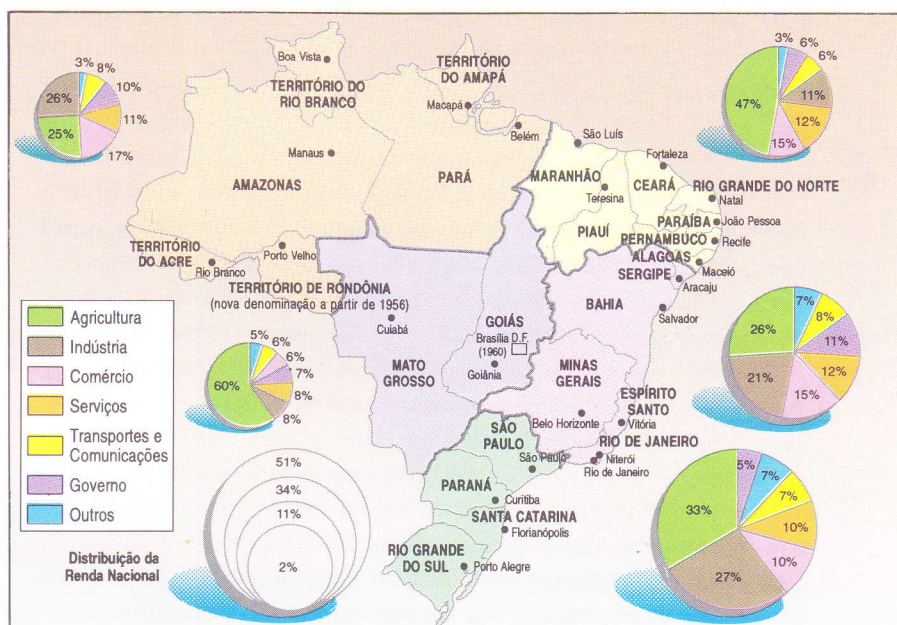
1889

REPÚBLICA

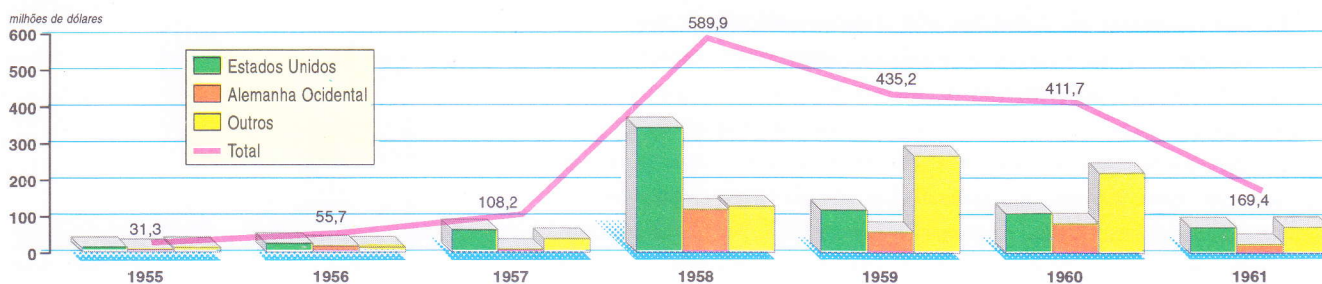
6 Capital empregado na indústria (1960)



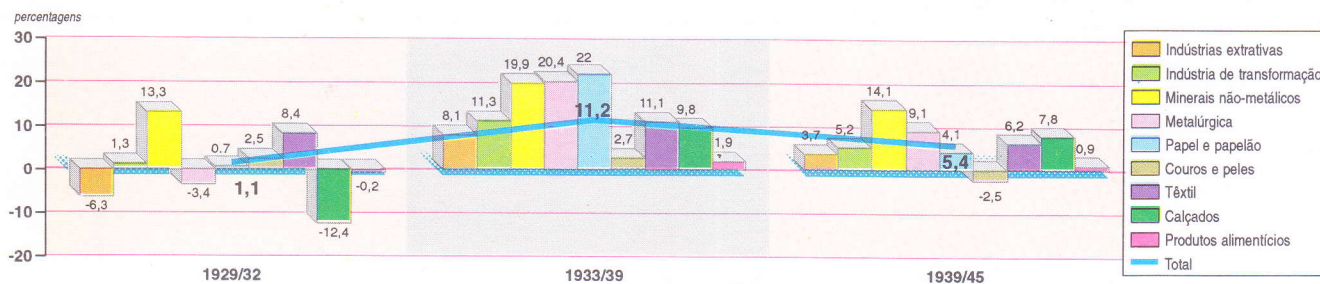
1 Setores da economia (1960)



4 Capital estrangeiro no Brasil (1955-61)



2 Crescimento da produção industrial (1929-45)



O fim da República Populista

No início dos anos 60, a polarização ideológica no Brasil atingiu seu ponto máximo. Nas Forças Armadas, na Igreja Católica, no meio estudantil, conservadores confrontavam-se com reformistas e radicais. Empresários e proprietários rurais, reunidos em suas respectivas instituições de classe, tentavam fazer frente às organizações de operários e camponeses. No Congresso, blocos suprapartidários também expressavam essa radicalização. Assim, à direita surgia a Aliança Democrática Parlamentar e à esquerda a Frente Parlamentar Nacionalista. Manifestações públicas, revoltas, comícios e greves incorporavam-se ao dia-a-dia da sociedade brasileira [1].

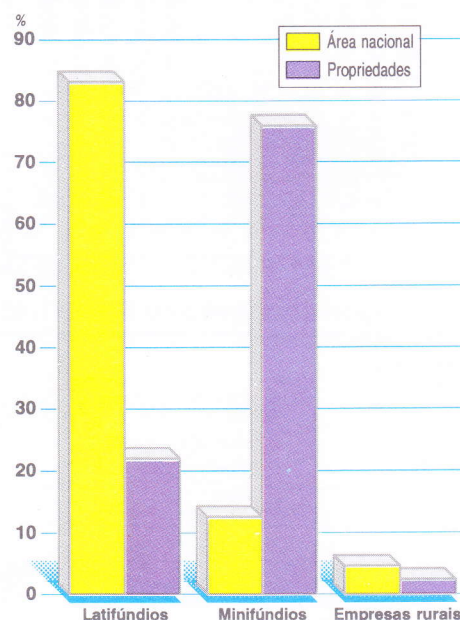
O desenvolvimento econômico havia sido impulsionado por um arranjo político extremamente instável: ao mesmo tempo que crescia o capital empresarial, mantinha-se uma brutal concentração de renda [2]. As classes trabalhadoras, por sua vez, recebiam benefícios que representavam uma pequena melhoria em suas condições sociais, o que foi possível por meio de práticas populistas. Através de sua mobilização, o operariado obteve alguma inserção nas decisões nacionais, sem que, entretanto, ocorressem mudanças significativas, como no caso da estrutura fundiária [3]. Essa situação, porém, se tornaria mais instável numa conjuntura econômica menos favorável. Com a alta crescente no custo de vida das camadas mais pobres [4], intensificaram-se as reivindicações populares, enquanto a posição das elites tornava-se mais rígida. O governo João Goulart, que a princípio tentara equilibrar-se sobre as pressões políticas, atendendo às reivindicações populares, acabou por anunciar reformas sociais. Diante disso, os grupos dominantes intensificaram a desestabilização do regime.

Em 31 de março de 1964 foi afinal desencadeado o golpe militar que encerraria a curta experiência democrática brasileira. Tropas legalistas enviadas para combater os militares rebeldes acabaram por aderir ao levante [5]. O movimento popular permaneceu inerte, surpreso com a derrubada de Goulart, que tomou o caminho do exílio rumo ao Uruguai. Desta vez não haveria a mesma resistência democrática de 1961. Nos dias seguintes milhares de manifestantes saudavam os revoltosos. A UDN chegava enfim ao poder.

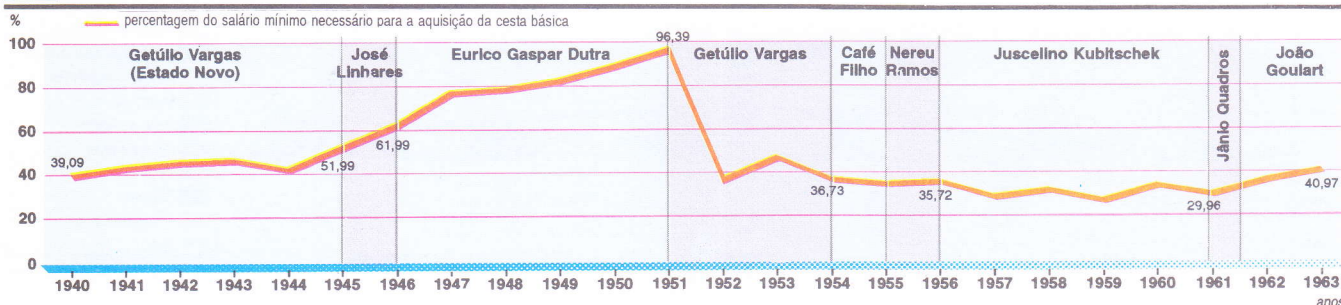
6 Comício das Reformas de Base



3 Concentração fundiária (1965)



4 Salário mínimo e cesta básica



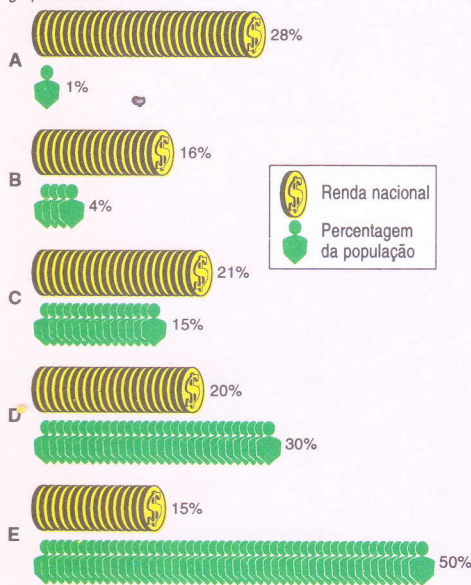
IMPÉRIO

1889

REPÚBLICA

2 Concentração da renda (1960)

grupos sociais



5 O golpe de 64



1 Manifestações públicas e revoltas militares (1956-64)

Manifestações e movimentos conservadores

- ★ Revolta militar de Aragarças – 1959
- ★ Revolta militar de Jacareacanga – 1956
- † Marcha da família com Deus pela liberdade – 19/3/64 (250 000 participantes)
- Ⓥ Marcha da vitória – 2/4/64 (800 000 participantes)

Manifestações e movimentos pró-reformas

- ⚔ Revolta dos sargentos – set/1963
- ⚔ Comício da Cinelândia – out/1963 (80 000 participantes)
- ⚔ Comício das reformas – 13/3/64 (250 000 participantes)
- ⚔ Revolta dos marinheiros – 26/3/64

Principais greves (assinaladas nos locais de adesão efetiva)

- ⚔ Greve geral em apoio à posse de Jango – 1961
- ⚔ Greve geral pelo plebiscito (parlamentarismo ou presidencialismo) – 1962
- Greve geral em São Paulo por aumento salarial – 1963



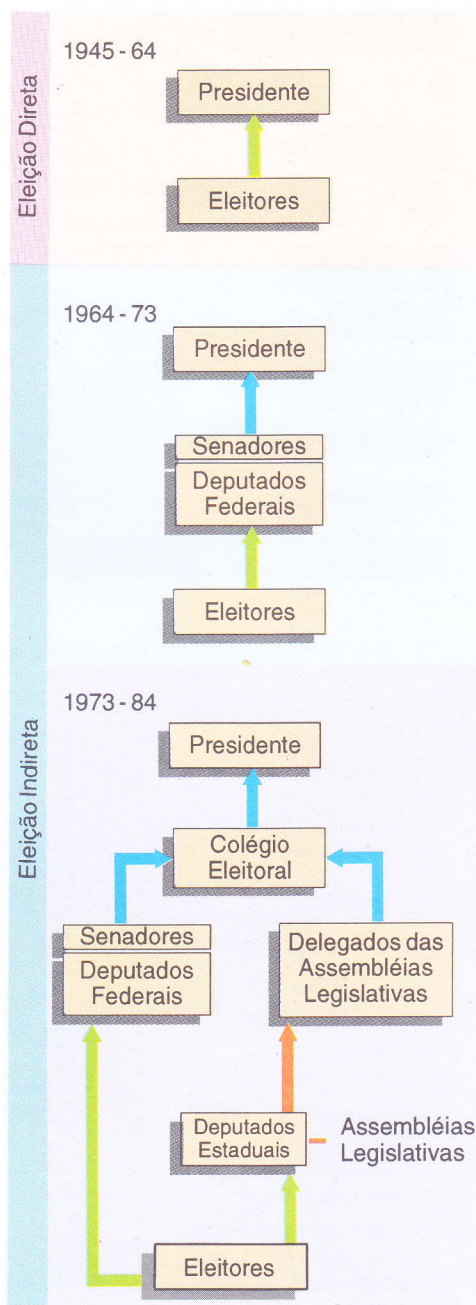
A consolidação da República Militar

Com poucas experiências democráticas, diversas vezes interrompidas por golpes civis e militares, a história da América Latina caracteriza-se por uma constante instabilidade política. Uma onda de levantes autoritários varreu o continente a partir de 1953 . As gritantes diferenças sociais entre ricos e pobres nesses países levaram vários líderes políticos a ensaiarem reformas nas estruturas socioeconômicas. Qualquer tentativa reformista, a curto prazo, sempre contrária aos interesses dominantes, era invariavelmente impedida, em geral com ajuda norteamericana.

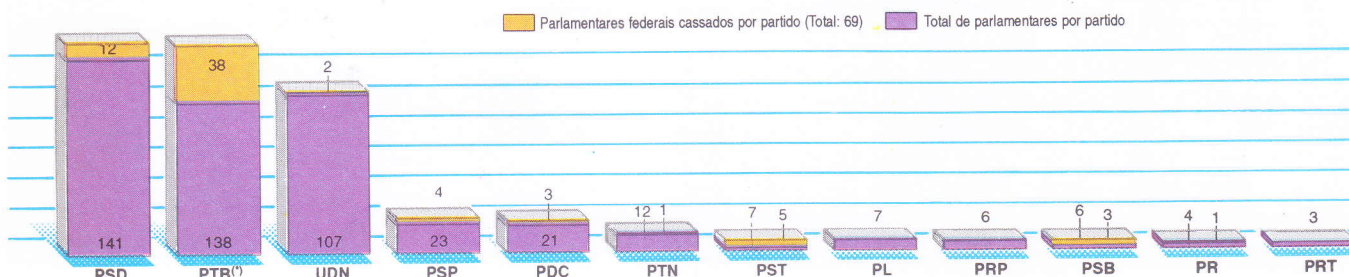
No Brasil, o golpe militar começou a ser planejado na Escola Superior de Guerra (ESG) a partir da década de 50. Criada em 1948, subordinada às Forças Armadas e intimamente ligada aos órgãos de defesa dos Estados Unidos, a ESG teve um papel decisivo na formação política e intelectual dos principais líderes militares brasileiros, insatisfeitos e inquietos com a democracia do período populista. De seu ponto de vista, a defesa interna do país articulava-se à defesa externa. Assim, do mesmo modo que se deveriam eliminar da vida pública os representantes da esquerda política (os chamados inimigos internos), o Brasil deveria aliar-se aos países que combatiam o bloco soviético (os chamados inimigos externos) . A democracia tinha de ser tutelada pelo poder militar.

Depois de uma série de cassações políticas que alteraram sua composição , o Congresso Nacional escolheu o General Castelo Branco para ocupar a Presidência da República. As eleições presidenciais, inicialmente marcadas para 1965, foram adiadas devido ao resultado conseguido pela oposição nos pleitos estaduais. Os antigos partidos foram então extintos, e em 1966 instituiu-se o bipartidarismo . Os cidadãos perderam o direito de eleger diretamente o presidente e os governadores . Os setores mais radicais do movimento de 64 ganhavam força, e, em 1967, o Congresso Nacional escolhia o General Costa e Silva como sucessor de Castelo Branco . A chamada linha dura consolidava-se no poder.

5 Eleições presidenciais



3 Parlamentares cassados (1964-66)



(*) Incluindo MTR (Movimento Trabalhista Renovador), dissidência do PTB

7 Militares no poder

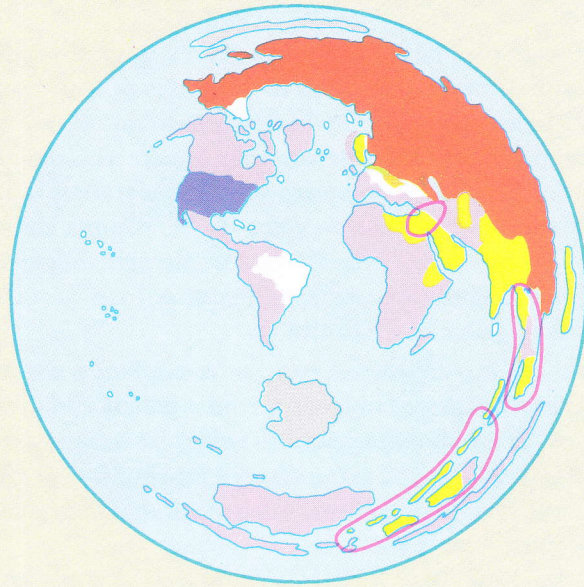


Costa e Silva e Castelo Branco, em 1965

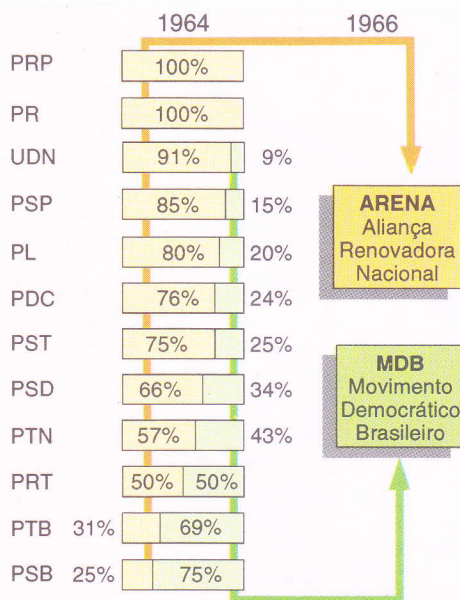
2 Representação geopolítica da Guerra Fria

Uma projeção do mundo que amplia a extensão da União Soviética, superdimensionando a ameaça comunista

- Estados Unidos
- Pactos anti-União Soviética
- Neutralismo
- Principais zonas de instabilidade
- União Soviética e China
- Satélites
- Iugoslávia

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

4 Reagrupamento parlamentar (1966)



6 Futebol I



José R. Aguiar (1966)

1 Instabilidade política na América Latina (1953-79)



Oposição política e luta armada

As restrições políticas impostas pelo governo militar desencadearam uma imensa onda de protestos no país. Antigos aliados, descontentes com o endurecimento do regime, juntavam-se à oposição. O ex-governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, inimigo histórico dos líderes trabalhistas e um dos principais articuladores do golpe de 64, rompia com o governo militar e coordenava uma Frente Ampla pela redemocratização, juntamente com o presidente deposto João Goulart e o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Grandes manifestações estudantis exigiam o fim da ditadura militar, tornando os confrontos com a polícia cada vez mais frequentes. O movimento operário ressurgia nas greves de Contagem e Osasco, ambas prontamente reprimidas. O governo não cedeu às pressões populares, intensificando ainda mais a repressão política [5] [6].

No final de 1968, o Congresso Nacional é fechado, e novamente parlamentares e cidadãos têm seus direitos políticos cassados, a censura à imprensa é institucionalizada e intensifica-se a perseguição aos oposicionistas. A partir daí, a luta política seria profundamente alterada. Como em outros países do mundo, na mesma época, a juventude brasileira sonhava em tomar o poder. Muitos grupos de esquerda, compostos em sua maioria por estudantes, trocaram a resistência civil pela luta armada contra o regime. Guerrilhas urbanas e rurais [2] foram organizadas com a expectativa de tentar derrubar o governo militar e estabelecer uma república socialista no Brasil. Sequestros foram realizados para libertar militantes aprisionados [1].

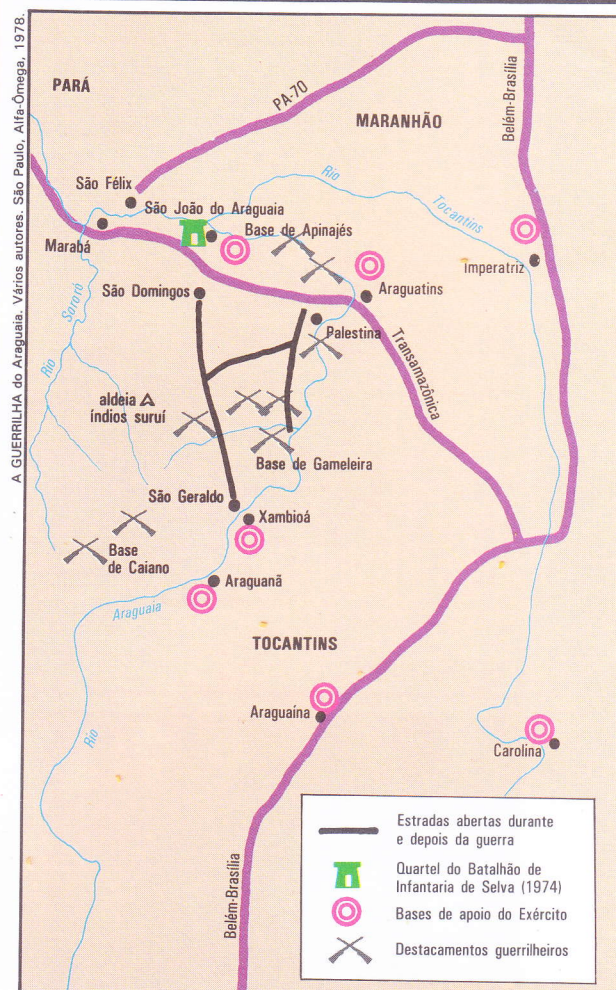
Um grande aparato repressivo, ligado ao poder executivo federal, foi montado para combater as forças de oposição [3]. O Brasil vive a sua “guerra suja”: centenas de militantes de esquerda são torturados nas prisões e muitos passam a integrar as listas de “desaparecidos”. Devido à grande inferioridade militar, ao isolamento do restante da sociedade, às suas divisões frequentes [4] e à eficácia dos órgãos repressores, a tentativa guerrilheira é derrotada.

Vitoriosos, os militares inundam o país com uma intensa guerra de propaganda. O tricampeonato mundial de futebol de 1970 ajuda na elaboração de *slogans* ufanistas: “Este é um país que vai pra frente”, “Ninguém segura este país”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Era o regime militar tentando tornar-se sinônimo da própria nação.

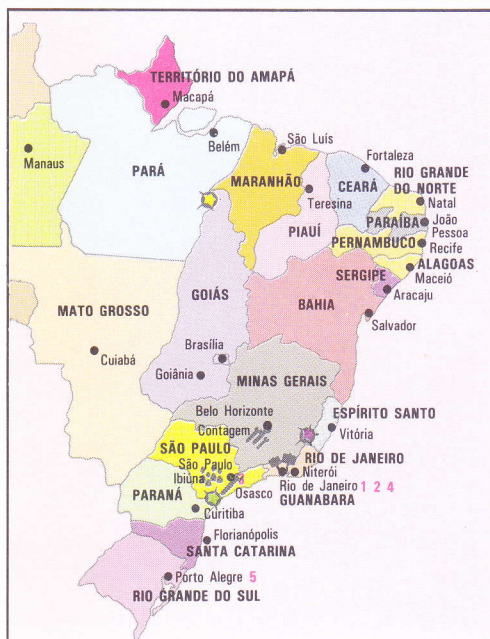
5 Manifestação estudantil (1968)



2 Guerrilha do Araguaia



1 Manifestações e conflitos (1966-75)



Manifestações e conflitos estudantis - 1968

- Passada dos Cem Mil
- Congresso da UNE (100 presos)

Guerrilhas rurais

- Araguaia - 1972-75 (PC do B)
- Caparaó - 1966 (MNR)
- Vale do Ribeira - 1970 (VPR)

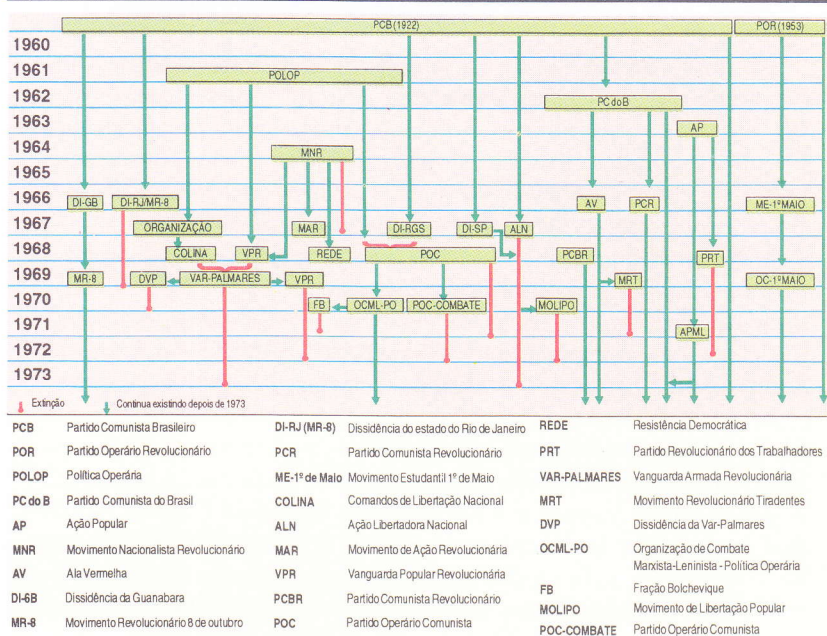
Sequestros

- 1 - Embaixador dos Estados Unidos - 1969 (MR-8 e ALN)
- 2 - Embaixador da Suíça - 1970 (VPR)
- 3 - Cônsul do Japão - 1970 (VPR)
- 4 - Embaixador da Alemanha Ocidental - 1970 (VPR)
- 5 - Cônsul dos Estados Unidos - 1970 (VPR) (tentativa frustrada)

Greves

- 5 000 operários
- 15 000 operários

4 Organograma da esquerda (1961-73)



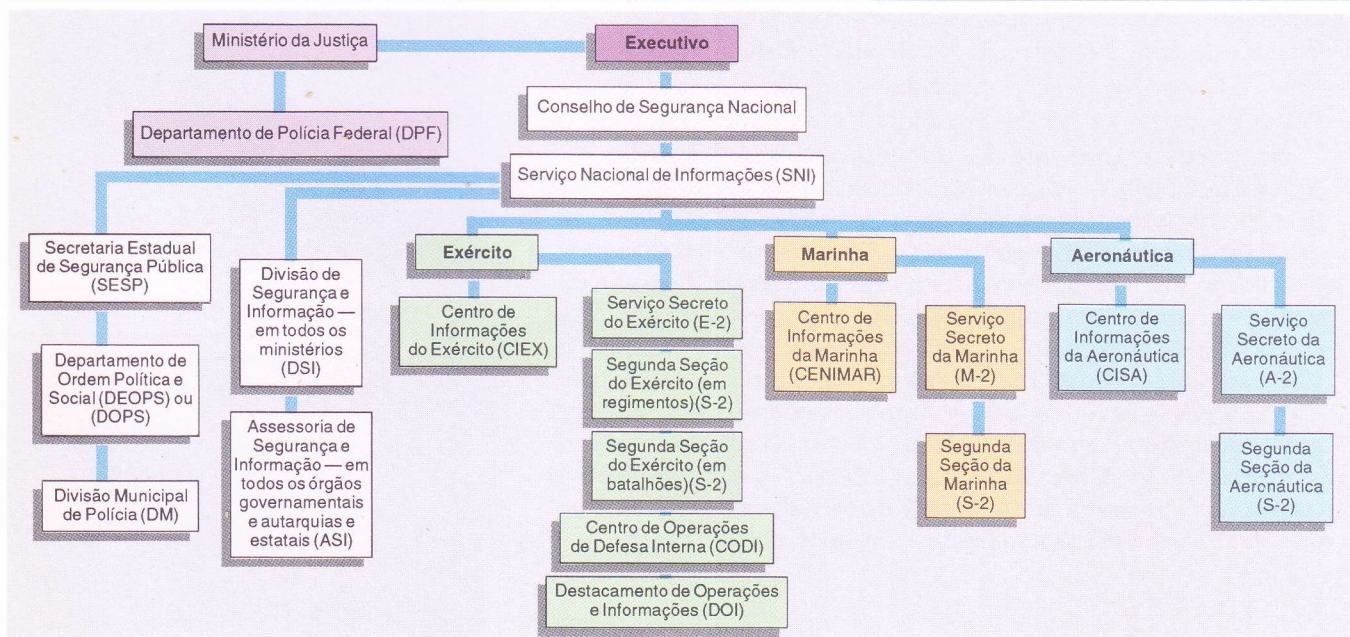
Folha de S. Paulo, 15/9/85.

6 Passeata dos Cem Mil



Rio de Janeiro, 1968.

3 O aparato repressivo



ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1989.

Cultura republicana II

Ao longo da década de 30, a cultura caracterizou-se pela incorporação das questões levantadas pelo movimento modernista. Buscando entender o processo constitutivo da sociedade brasileira, vieram à luz nesse período três estudos fundamentais: *Casa-grande e senzala* (Gilberto Freyre), *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda) e *Evolução política do Brasil* (Caio Prado Jr.). Participam desse esforço de compreensão e atualização a proliferação de romances regionalistas e a criação da Universidade de São Paulo. Nas artes plásticas, o submundo do trabalho e da vida urbana [6] [7] e rural [3] [4] foi mantido à tona pelos “primeiros modernos” e pelas gerações posteriores.

A partir de então, a busca pela modernidade começou a tingir-se dos matizes ideológicos que sacudiam o mundo após a Revolução Socialista na Rússia e a ascensão de Hitler na Alemanha. A ditadura de Vargas e a explosão da Segunda Guerra Mundial levaram os intelectuais e artistas brasileiros a assumirem abertamente posições à direita e à esquerda. Muitos foram cooptados pelo Estado Novo, passando a ocupar postos-chaves na administração pública. Outros organizaram-se na luta contra o regime autoritário. Vale destacar aqui o I Congresso Brasileiro de Escritores, dirigido por Aníbal Machado e Sérgio Milliet.

A década de 50, impulsionada pela democratização e pelo desenvolvimentismo, revestiu-se de uma atmosfera otimista. Ainda que os contrastes da sociedade brasileira marcassem as representações culturais, a renovação musical produzida pela bossa-nova e a renovação poética do Concretismo [1] [9] traduziam a expectativa do crescimento e da superação dos problemas da nação. O cinema, após a fracassada tentativa da Companhia Vera Cruz [2], buscava caminhos alternativos aos moldes “hollywoodianos”. Com poucos recursos mas muitas idéias de vanguarda, começava a estabelecer-se o Cinema Novo, trazendo para as telas os impasses da realidade social do país. Ao final da década, a construção de Brasília, projetada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, consolidava uma linguagem arquitetônica moderna ao sul do Equador.

No engajado ambiente dos anos 60, a cultura brasileira conhece um de seus momentos mais profícuos. Jovens intelectuais de esquerda procuravam linguagens artísticas, na música e na dramaturgia, para divulgar seus sonhos libertários e suas utopias socialistas. Tempos dos festivais e do Centro Popular de Cultura. As artes assumiam ainda mais um discurso ideológico, procuravam denunciar a pobreza [5], o imperialismo, a sociedade de consumo. Entre a herança cultural e social do país e as conquistas tecnológicas do mundo moderno [8], entre a modernização tão almejada e os problemas da modernidade, o Tropicalismo (de Caetano Veloso, Gilberto Gil e tantos outros) conseguia expressar a ambigüidade da sociedade brasileira. Retomando as questões modernistas, fazia-se antropofagia.

7 Os garis

Carlos Prado (1935)



3 Destruição pela seca

José Antônio da Silva (1951)



2 Cinema da Vera Cruz

Alberto Cavalcanti, década de 40.



1930

1964

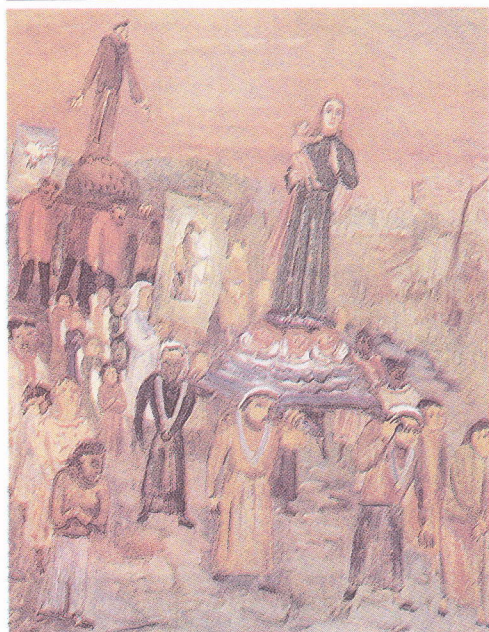
1970

1985

IMPÉRIO

1889

REPÚBLICA

6 Procissão

Alfredo Volpi (1944)

8 Astronauta

O pagador de promessas, de Anselmo Duarte (1963).

Claudio Tozzi (1969)

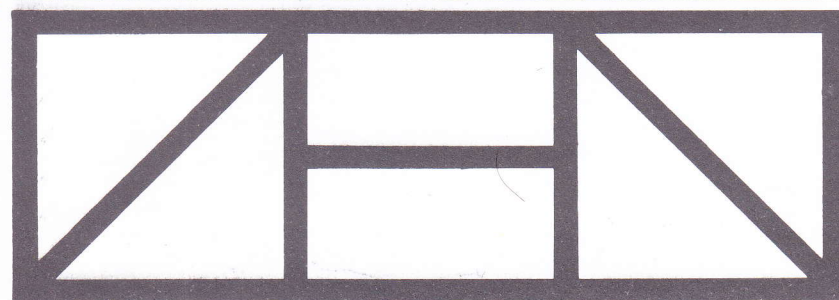
5 Ônibus rural

Newton Rezende (1969)

9 Luxo

LUXO	LUXO	LUXO	LUXO	LUXO LUXO LUXO
LUXO	LUXO	LUXO	LUXO	LUXO LUXO LUXO
LUXO	LUXO	LUXO LUXO		LUXO LUXO LUXO
LUXO	LUXO	LUXOXO		LUXO LUXO
LUXO	LUXO	LUXO		LUXO LUXO
LUXO	LUXO	LUXOXO		LUXO LUXO
LUXO LUXO	LUXO	LUXO LUXO		LUXO LUXO LUXO
LUXO LUXO	LUXO	LUXO LUXO		LUXO LUXO LUXO
LUXO LUXO	LUXO	LUXO	LUXO	LUXO LUXO LUXO
	LUXO	LUXO	LUXO	LUXO LUXO LUXO

Augusto de Campos (1965)

4 Cinema Novo**1** Zen

Pedro Xisto (1966-7)

O milagre econômico

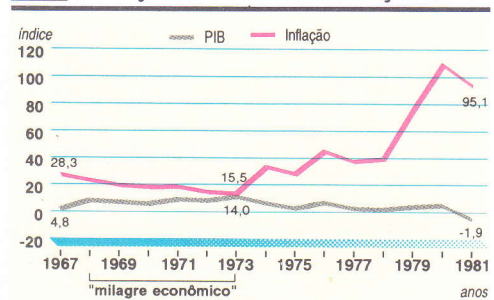
A partir de 1968, o governo militar implementou uma política econômica que pretendia alcançar um desenvolvimento rápido sem aumento de inflação, permitindo ainda a uma parte da classe média ampliar sua capacidade de consumo. Era a época do “milagre econômico”, que durou até 1973. O crescimento significativo do PIB até essa data e a manutenção da inflação em um patamar estável, em torno dos 20% ao ano, demonstram que esses objetivos foram alcançados [1].

A tática da equipe econômica, chefiada pelo ministro da Fazenda Delfim Netto, era privilegiar a indústria dedicada à produção de bens de consumo duráveis (como eletrodomésticos e automóveis), considerado o setor industrial mais avançado e o mais adequado ao investimento e controle multinacionais [2]. Partia-se do princípio de que o desenvolvimento só seria possível com uma ampla introdução de capital estrangeiro no país, fosse pela entrada de empresas multinacionais [3], fosse através de empréstimos, opção que iniciou um processo de aumento drástico da dívida externa brasileira [4].

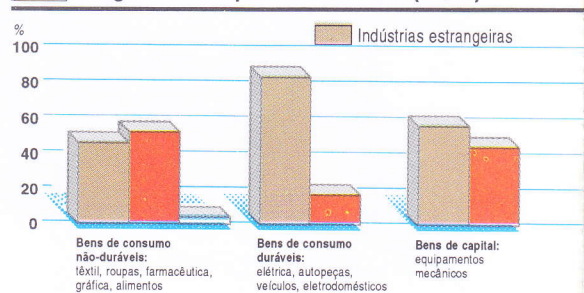
Para atrair tais investimentos estrangeiros, o governo oferecia todo o tipo de incentivo, como a ampliação da rede rodoviária para aumentar o consumo de automóveis [5], independentemente do fato de ela ser ou não a alternativa mais adequada para o transporte. Também houve a preocupação em criar um mercado interno capaz de consumir os produtos das novas indústrias, o que foi possível graças à criação de um amplo sistema de crédito, acessível a parte da classe média.

A outra face desse modelo econômico era a exclusão da maioria da população, que não se beneficiava do crescimento da economia. Em nome do desenvolvimento econômico, desconsiderou-se a preocupação imediata com uma melhor distribuição de renda. Ocorreu, ao contrário, uma maior concentração da renda nacional [6], e os trabalhadores tiveram o poder aquisitivo de seus salários diminuído [7]. Graças à intervenção direta do governo na determinação dos índices de aumento salarial, estava garantida mão-de-obra barata para as multinacionais. Além disso, as condições de vida da população pioraram devido aos reduzidos gastos governamentais em áreas como saúde e educação pública [8]. Segundo uma afirmação da época atribuída ao próprio ministro Delfim Netto, “o Brasil vai bem, os brasileiros é que vão mal”.

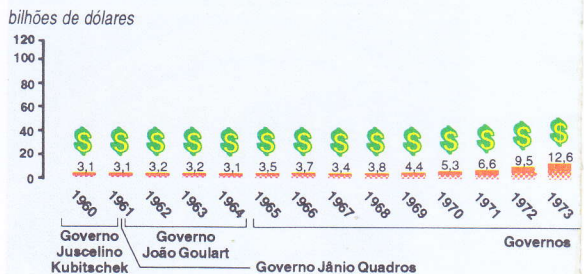
1 Variação do PIB e da inflação



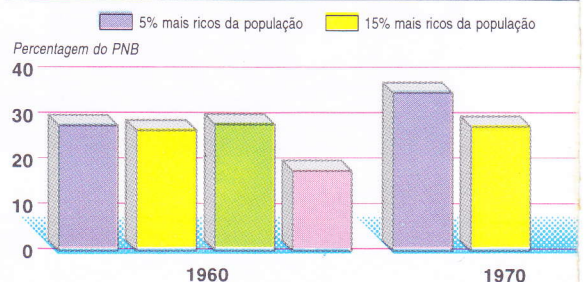
3 Origem do capital industrial (1970)



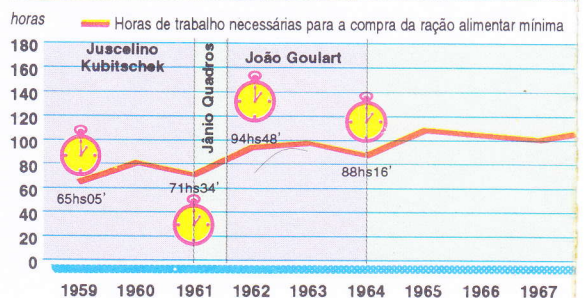
4 Dívida externa



6 Distribuição da renda nacional



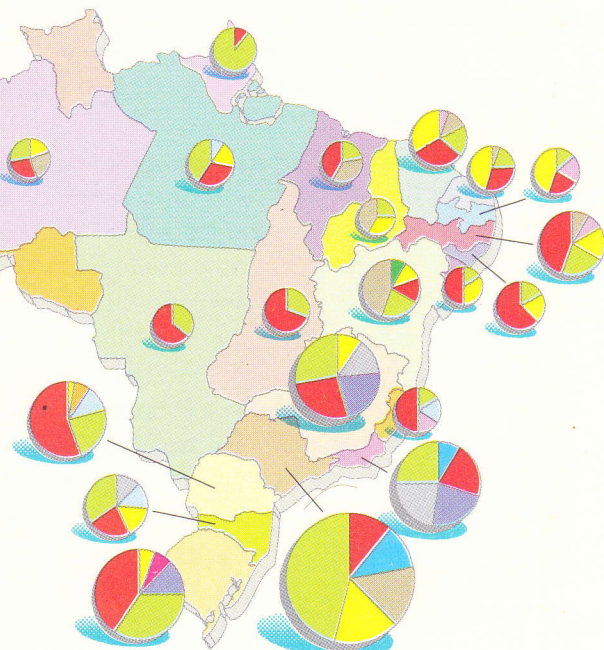
7 Custo de vida



5 Rede rodoviária brasileira (1972)



2 Valor da produção industrial (1970)



A oposição consentida

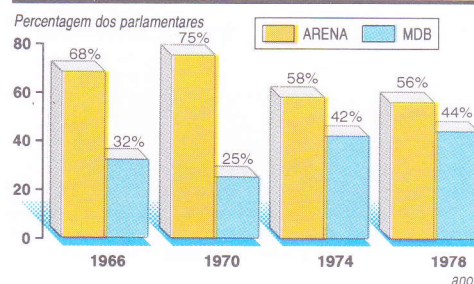
Desde o início da década de 70, um silêncio forçado impedia as manifestações públicas e as críticas ao regime militar. Intimidações, cassações, exílios, prisões, torturas, desaparecimentos e mortes faziam parte do cotidiano político. Apesar disso, já não era possível ocultar o desgaste do governo militar: em 1974 — e novamente em 1978 [3], — o MDB alcançou importantes vitórias nas eleições para o Senado Federal, sobretudo no Centro-Sul do país [1]. Entretanto, como consequência das distorções de representatividade impostas ao parlamento brasileiro, mesmo conseguindo mais votos que a Arena, o MDB não conseguia obter a maioria no Congresso Nacional [2]. Tendo novas e maiores derrotas, o governo militar instituiu um mesmo número de senadores para cada estado, independentemente do número de eleitores de cada um. Em 1977 outras mudanças nas regras eleitorais: um terço do Senado passou a ser escolhido por um Colégio Eleitoral, instrumento criado para a ratificação das candidaturas oficiais; além de ampliar-se na Câmara dos Deputados o número de representantes dos estados das regiões Norte e Nordeste, ambas controladas politicamente pelas oligarquias locais aliadas ao governo central.

Pouco a pouco, entretanto, as tensões econômicas, políticas e sociais abafadas durante os anos de maior repressão política do regime militar começavam a vir à tona [5]. Em 1977, apesar da repressão policial, estudantes universitários e secundaristas saem às ruas, exigindo o fim da ditadura militar. O movimento estudantil se reorganiza e começa a ensaiar a reconstrução da UNE, na ilegalidade desde 1966. Em 1978, depois de muitos anos sem qualquer manifestação da classe trabalhadora, o país era informado de um grande movimento grevista na região do ABC paulista [4]. Os metalúrgicos desafiavam o poder militar e abriam caminho para que outras categorias fizessem o mesmo, exigindo melhores salários e condições de trabalho [5].

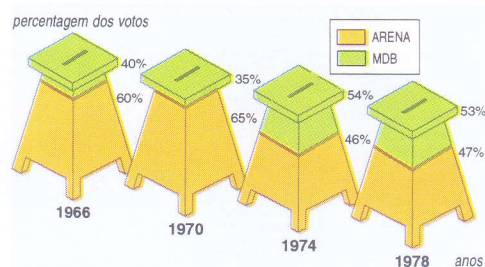
Em todo o país, surgiam novas lideranças operárias, que procuravam tirar os sindicatos do controle do Estado. No campo, os conflitos pela posse da terra [6] aumentavam a cada ano, em razão da enorme concentração fundiária do país [7] e da falta de condições aceitáveis de trabalho.

Nessas circunstâncias, em 1979, o General João Batista Figueiredo assumiria a presidência prometendo democracia à nação. A abertura do regime militar possibilitou a anistia aos presos e perseguidos políticos, trazendo de volta ao país diversos dirigentes da república populista e lideranças da esquerda da década de 60. Velhos e novos opositores tentariam acelerar o processo brasileiro de democratização.

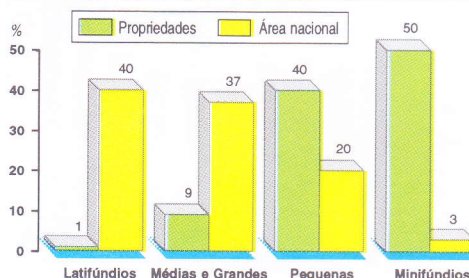
2 Congresso Nacional (1966-78)



3 Eleições federais (1966-78)



7 Concentração de terras

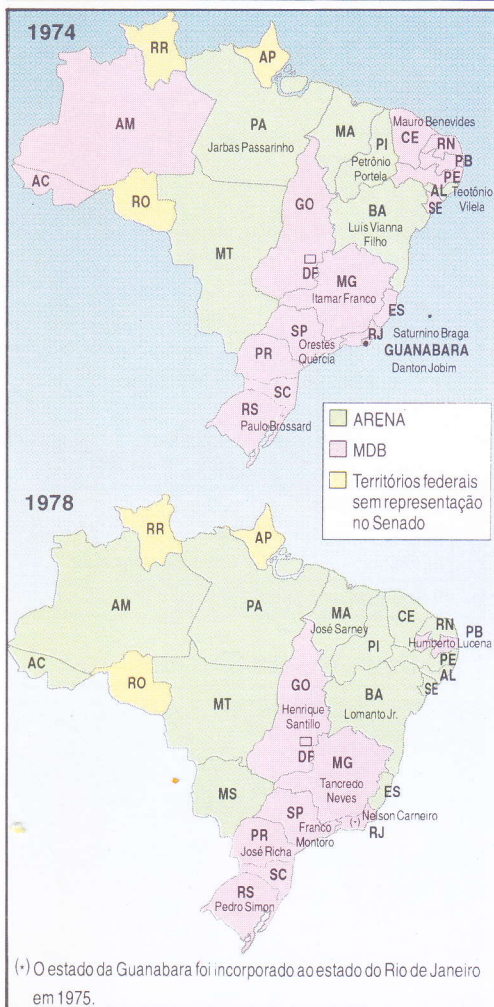


8 Metalúrgicos no ABC



REPÚBLICA

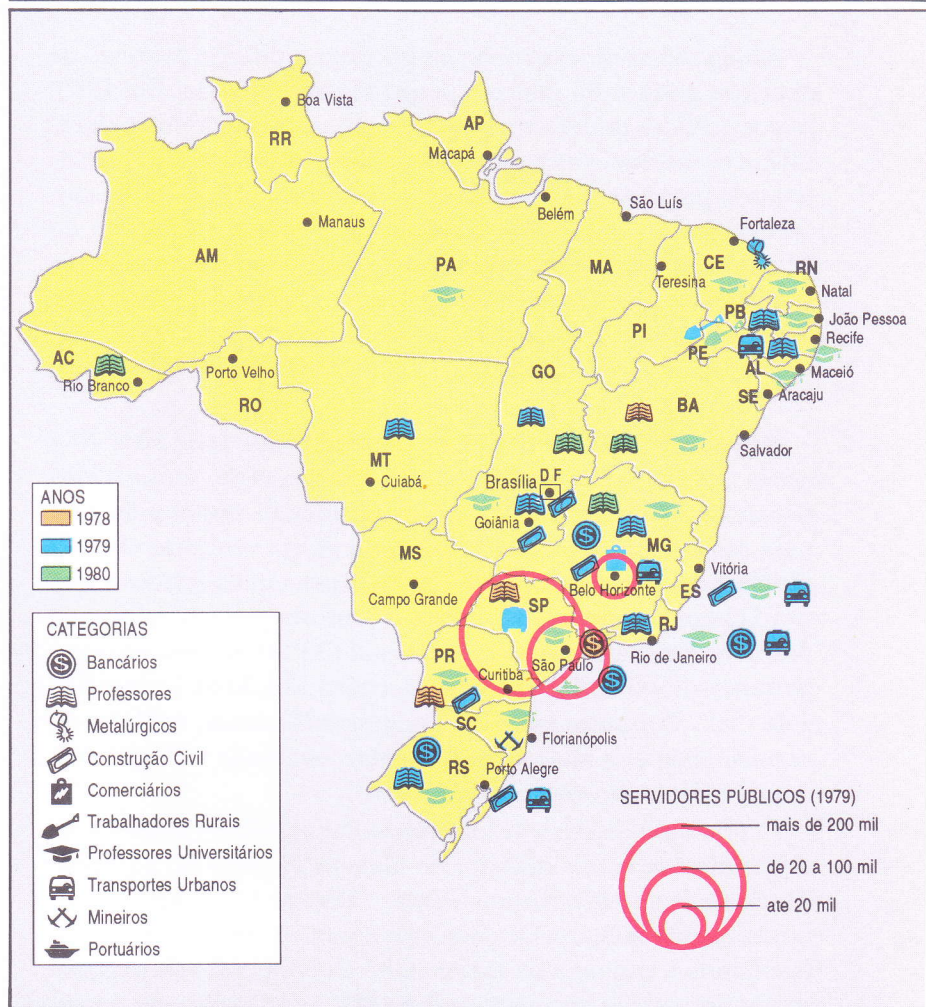
1 Eleições para o Senado



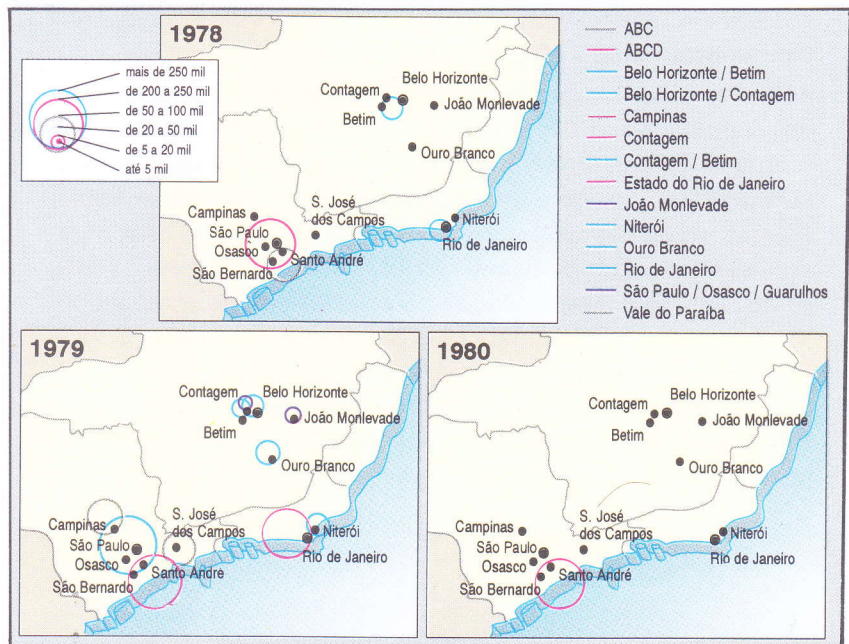
6 As lutas pela terra



5 Principales greves (1978-80)



4 Greves de metalúrgicos (1978-80)



A abertura política

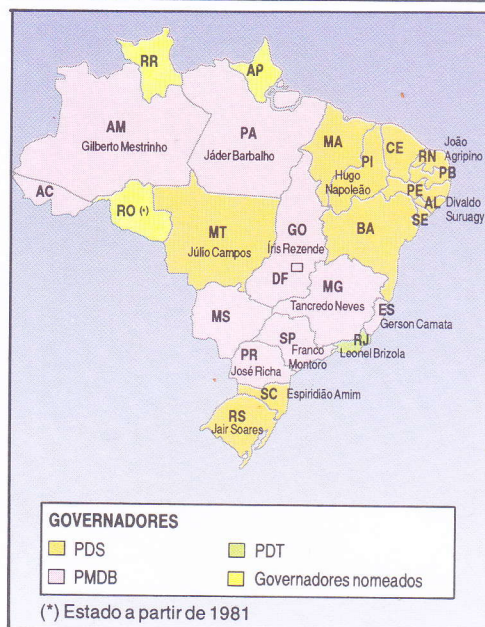
Ainda sob as rédeas curtas do governo militar, o processo de abertura política foi pouco a pouco se consolidando. Em 1980, novos partidos puderam ser formados, expressando mais claramente os interesses atuantes na sociedade brasileira [1]. Mantendo o papel de partido oficial do governo, o Partido Democrático Social (PDS) viria a substituir a Arena. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tentaria manter em suas fileiras a maior parte da oposição. Os trabalhistas do período anterior a 1964 acabariam divididos entre o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola e o PTB de Ivete Vargas.

Reunindo parte da esquerda estudantil dos anos 60 e 70 e novos líderes sindicais, sobretudo do ABC paulista, surgia o Partido dos Trabalhadores (PT). Mesmo perdendo muitos militantes para os novos partidos, o PMDB conseguiria vencer as eleições diretas para governadores de 1982 nos principais estados [2]. O PDS governamental manteria o controle político apenas no Nordeste e nos estados do extremo sul. O PDT obtería uma importante vitória no Rio de Janeiro, com a eleição de Leonel Brizola [2]. Por outro lado, no Congresso Nacional, o PDS conseguiria manter a maioria parlamentar, contando inclusive com o apoio do recém-criado PTB [3].

O principal objetivo a curto prazo das oposições passou a ser eleger diretamente o sucessor do General Figueiredo na Presidência da República. O movimento "Diretas Já" começou reunindo alguns milhares de pessoas em poucas cidades do Brasil. Ganhando a simpatia da maior parte da população do país, assumiu proporções gigantescas. Em 1984, milhões de pessoas saíram às ruas, na maior mobilização popular da história brasileira [4] [6] [7]. Mesmo assim, o governo militar manteve a eleição através do Colégio Eleitoral.

Na votação de uma emenda à Constituição, a maior parte dos deputados do PDS posicionou-se contra a alteração que restituiria as eleições diretas para presidente. Sem conseguir aprová-la, o PMDB aliou-se a uma ala dissidente do partido governamental, resolvido a concorrer às eleições indiretas, com o governador licenciado de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB), como candidato à presidência, e o senador pelo Maranhão, José Sarney (ex-PDS, então PMDB), como candidato à vice-presidência. O PDS concorreria e seria derrotado com a chapa dos deputados federais Paulo Maluf e Flávio Márcílio [5]. O Brasil tinha finalmente um presidente civil, mais uma vez um presidente não eleito pelo voto direto.

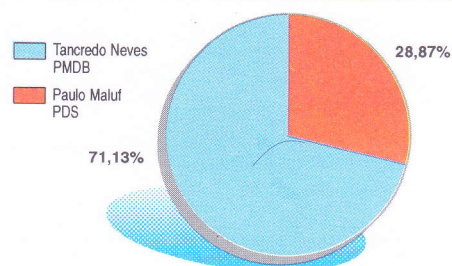
2 Eleições para governador (1982)



7 Comício pelas Diretas Já



5 Colégio eleitoral

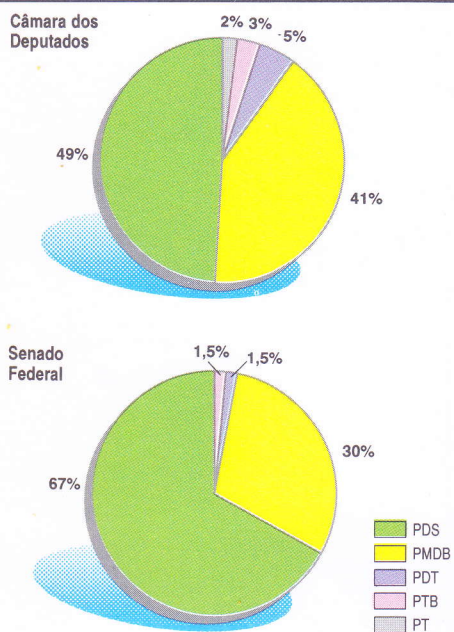


IMPÉRIO

1889

REPÚBLICA

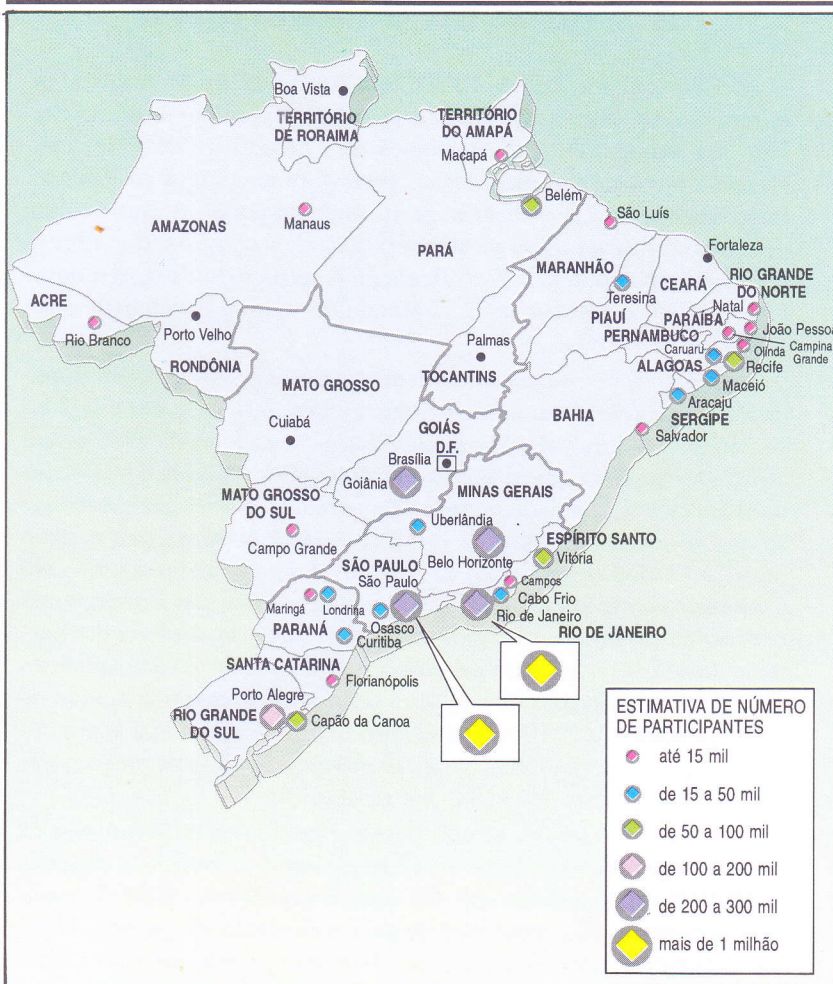
3 Congresso Nacional (1983)



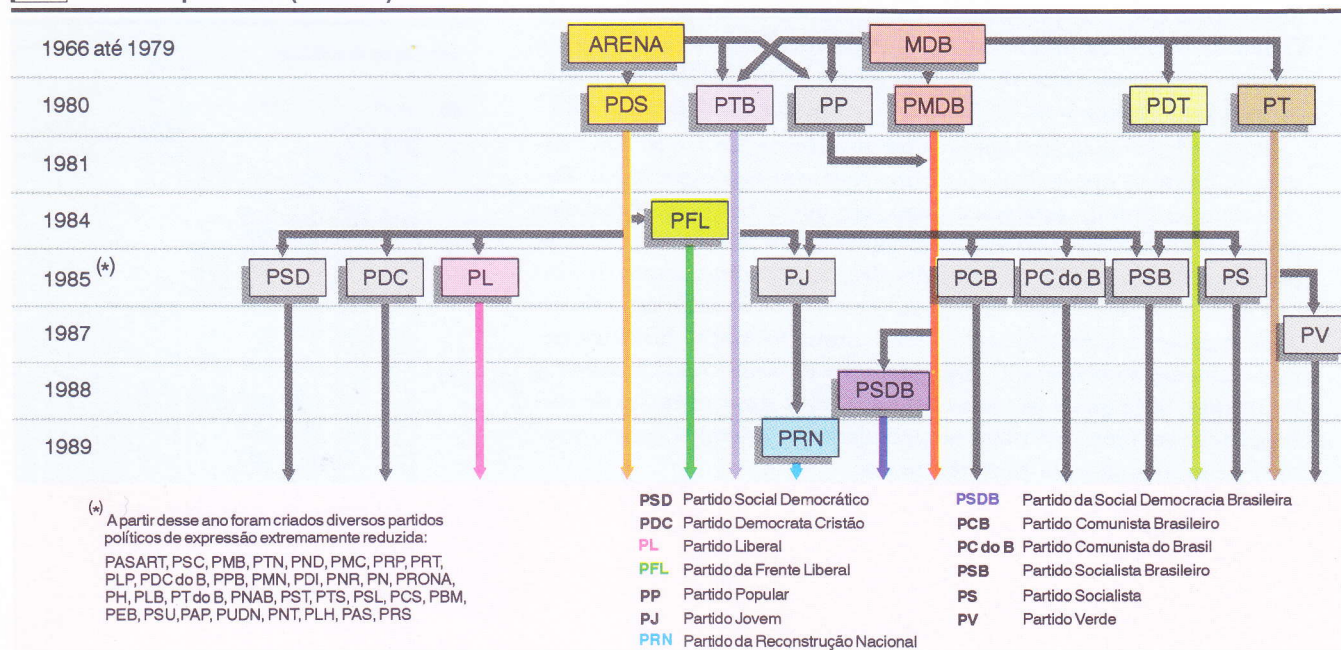
6 Diretas Já



4 Comícios pelas eleições diretas (1984)



1 Partidos políticos (1966-89)



A transição democrática

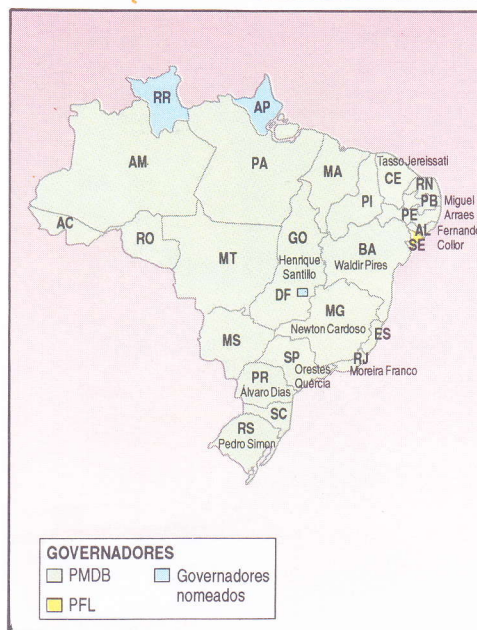
Mesmo com a vitória do PMDB no Colégio Eleitoral, o fim da ditadura deu-se de maneira “lenta e gradual”, como havia sido concebido por alguns militares. A aliança com dissidentes do PDS, integrados à nova equipe de governo, permitiu que antigos colaboradores do regime militar permanecessem ainda no poder. A morte súbita de Tancredo Neves levou o então vice-presidente José Sarney à Presidência do país em 1985. Ex-dirigente da Arena e do PDS, seu nome revelava que o governo civil, chamado de “Nova República”, não era assim tão novo.

A tentativa de estabelecimento de uma ordem democrática impunha a elaboração de uma nova Constituição para remover a legislação do governo militar. Assim, nas eleições estaduais de 1986 foram atribuídos poderes constituintes aos deputados federais e senadores também eleitos. Apoiado no prestígio popular de um plano econômico que se pretendia capaz de resolver os problemas do país a curto prazo, o PMDB elegeu quase a totalidade dos governadores [1]. No Congresso Constituinte, ainda que sua bancada estivesse extremamente dividida em termos ideológicos, obteve a maioria absoluta dos parlamentares [2]. Inchado pelo ingresso de políticos recém-saídos do PDS (que se enfraquecia enquanto terminava o governo militar do qual era apoio), o PMDB, maior partido brasileiro, estava agora dominado por conservadores, ex-aliados e simpatizantes do antigo regime. A Constituição refletiria essa composição.

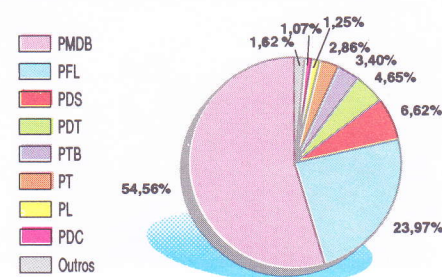
As primeiras eleições diretas para a Presidência da República só seriam marcadas para 1989, e seu resultado demonstrou o desgaste do PMDB junto ao eleitorado. Co-responsável por um governo instável e pela grave crise econômica do país, o candidato do partido, Ulysses Guimarães, um dos principais líderes da oposição durante a ditadura, amargou uma votação inexpressiva. Suplantando os candidatos considerados favoritos e habilitando-se para disputar o segundo turno das eleições [3], no primeiro turno surpreenderam o país Fernando Collor de Mello, ex-prefeito de Maceió (nomeado durante o governo militar) e ex-governador de Alagoas (eleito pelo PMDB), e o metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva [4], um dos fundadores do PT.

A sociedade brasileira esperava por mudanças reais, e os dois candidatos foram os que melhor souberam canalizar essa expectativa. Depois de uma disputa acirrada e tensa, em que o eleitorado brasileiro praticamente dividiu-se ao meio, Fernando Collor conseguiria eleger-se presidente do Brasil [4]. Essas eleições, as primeiras depois de vinte e nove anos, marcaram uma nova tentativa de consolidação do regime democrático representativo [5] numa formação histórica enraizadamente autoritária. O principal teste da democracia brasileira, entretanto, viria quase três anos depois. Diante das evidências de corrupção no governo, o Congresso, obedecendo as regras constitucionais, afastou Collor da presidência [7].

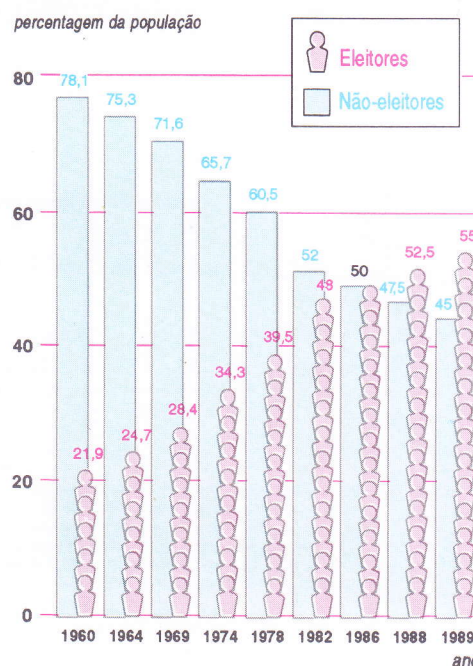
1 Eleições para governador (1986)



2 Congresso Constituinte (1987)



5 Crescimento do eleitorado (1960-89)



IMPÉRIO

1889

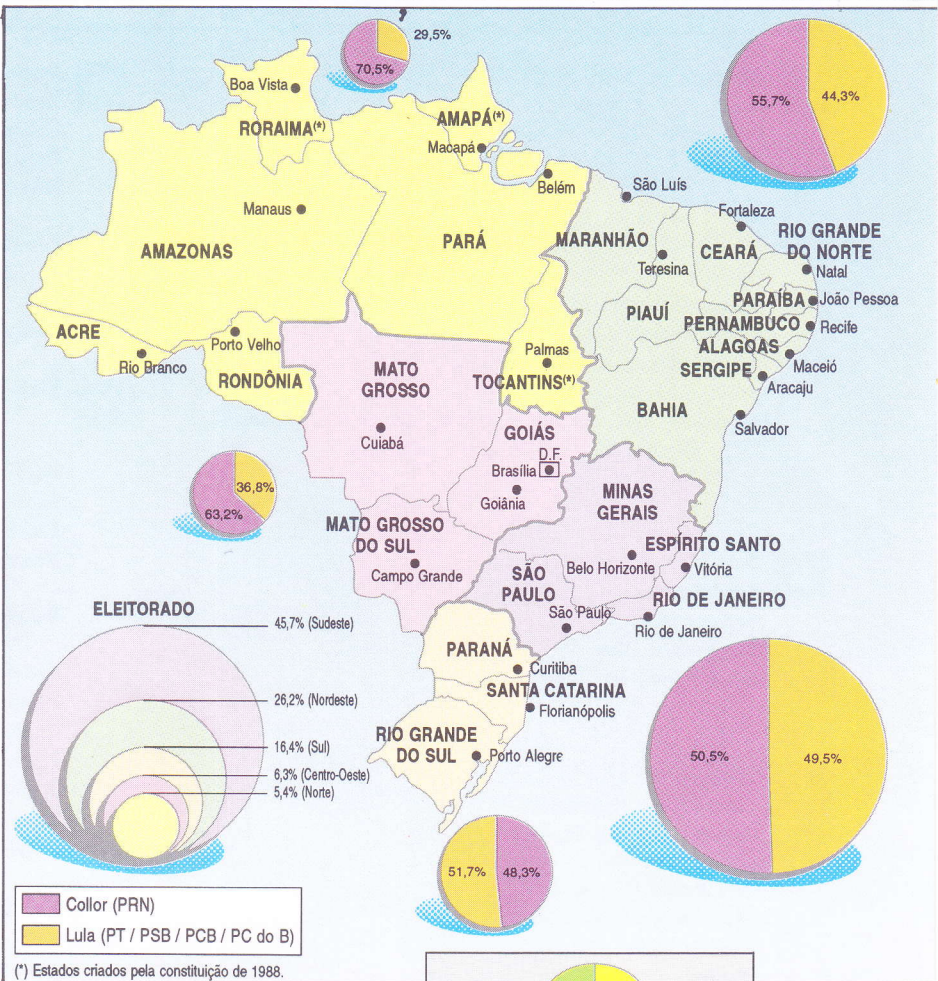
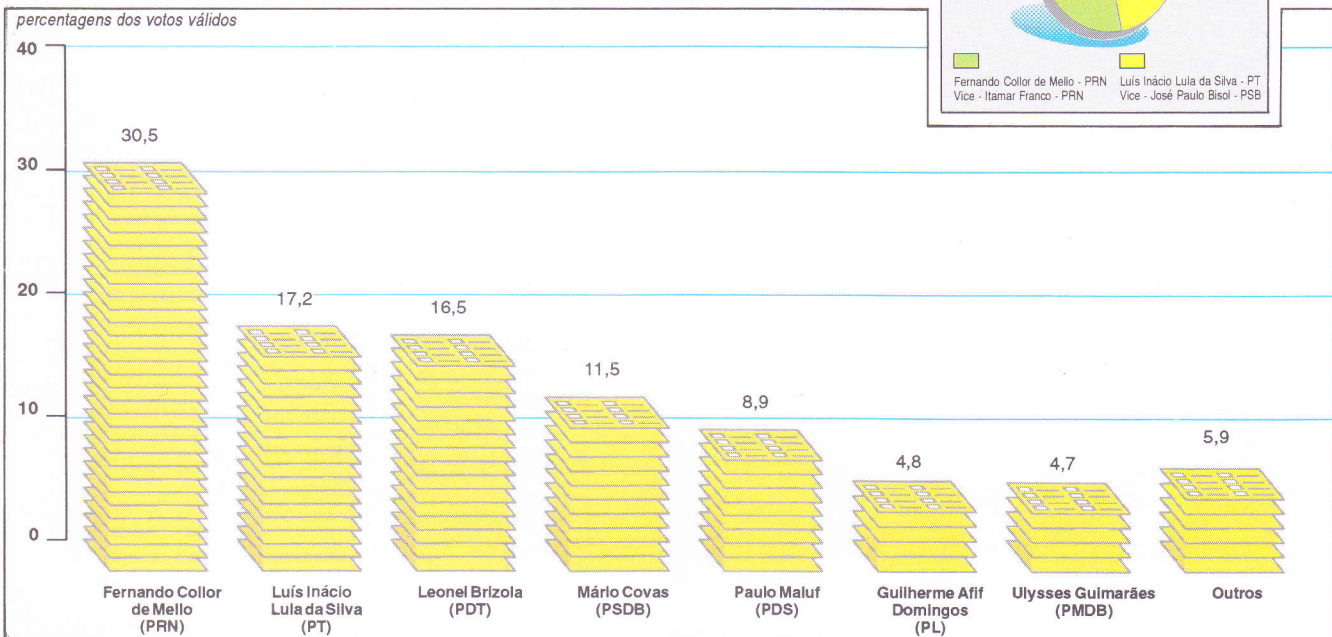
REPÚBLICA

7 Comício pelo impeachment

Lauren Fochetto

6 Comício de Lula

Daniel Jungman/Angular

4 Segundo turno das eleições presidenciais (1989)**3** Primeiro turno das eleições presidenciais (1989)

Índice remissivo

- A** Abertura política 72, 74, 76; 74(2, 5), 75(1, 3, 4), 76(1, 2, 5), 77(3, 4).
Academias 20.
Açúcar 8, 10, 12, 14, 18, 24; 8(1, 2), 11(3), 12(3, 4), 13(2), 15(1), 18(1), 25(1), 41(1).
Albert Eckhout 20(6), 21(7).
Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa) 20; 21(2).
Algodão 12, 14, 24; 12(4), 15(1), 25(1), 41(1), 52(3).
Aliança Liberal 46; 47(2, 3).
Anita Malfatti 48; 49(7).
Antigo sistema colonial 8, 22; 9(5).
Antônio Vieira, padre 20; 21(4).
Atividades agrícolas 8, 10, 12, 14, 18, 24, 32, 40, 46, 52, 60; 8(1), 11(3), 12(4), 15(1), 24(3), 25(1), 41(1), 52(1), 53(2), 61(1).
- B** Balaia 28; 28(4), 29(3).
Bandeirantes 18; 19(2, 3).
Barroco 20; 21(2, 3, 5).
Bartolomeu Dias 4; 5(2).
Bossa Nova 68.
- C** Cabanagem 28; 29(3).
Cabo da Boa Esperança 4; 5(2).
Caficultura 24, 32, 40, 46, 48, 52; 24(3), 25(1), 41(1), 46(5), 52(1).
Caio Prado Jr. 68.
Câmaras municipais 6; 7(4).
Campos Sales 40.
Cândido Portinari 48; 21(4), 46(7), 54(5).
Capital estrangeiro 40, 52, 60, 70; 24(5), 40(5), 61(4), 70(3).
Capitanias 6, 16; 7(3), 17(4).
Carlos Lacerda 66.
Castelo Branco 64.
Cícero, padre 44; 44(1).
Cinema 68; 69(2, 4).
Cláudio Manuel da Costa 20.
Colégio eleitoral 72, 74, 76; 64(5), 74(5).
Coluna Prestes 46; 47(1).
Companhias de comércio 12, 14, 18; 12(4), 15(1).
Concretismo 68; 69(1, 9).
Constituições/constituintes 26, 38, 50, 56, 76; 26(4), 27(3, 5), 38(2), 57(4), 76(2).
Coronelismo 38, 42; 39(3), 43(3).
Costa e Silva 64.
Cristóvão Colombo 4; 5(2).
Cultura colonial 20; 20(1, 6), 21(2, 3, 4, 5, 7).
Cultura no Império 36; 36(1, 4, 5, 8), 37(2, 3, 6, 7).
Cultura republicana 48, 68; 48(3, 4, 6), 49(1, 2, 5, 7), 68(3, 5, 7), 69(2, 4, 6, 8, 9).
Custo de vida/inflação 62, 70; 62(4), 70(1, 7).
- D** Democracia populista 56, 58; 56(3), 57(4), 58(1, 2).
Deodoro da Fonseca, marechal 38; 39(7).
Di Cavalcanti 48; 48(4).
Diretas Já 74; 75(3, 4).
Ditadura militar 62, 64, 66, 70, 72, 74, 76; 63(5), 64(3, 5), 65(2, 4), 67(2), 72(2, 3).
Dívida externa 60, 70; 61(4), 70(4).
Divisão político-administrativa 6, 16, 26, 38, 42, 56; 7(4), 16(3), 17(4), 27(1), 43(2), 57(5).
Drogas do sertão 16; 15(1).
- E** Eleições 26, 38, 42, 46, 50, 56, 58, 64, 72, 74, 76; 27(5), 38(4), 42(6), 47(3), 50(3), 51(1, 5), 58(1), 64(5), 72(2, 3), 73(1), 74(2, 5), 75(3, 4), 76(1, 5), 77(3, 4).
Encilhamento 40; 40(3).
Ensino 20, 36.
Escambo 6; 6(2).
Escravidão 8, 18, 22, 24, 32, 34; 8(4), 9(3), 19(2), 32(2, 7), 33(1, 3, 6).
Estado nacional 22, 24, 26, 28, 32; 26(4, 6), 27(3, 5), 28(2), 29(1, 3).
Estado Novo 50, 52, 54, 56; 54(6).
Estrutura fundiária 62, 72; 62(3), 72(7), 73(6).
Euclides da Cunha 48.
Eurico Gaspar Dutra, general 56.
Expansão colonial 16; 17(1).
Expansão ultramarina 4; 4(3, 5), 5(1, 2).
Exportação 24, 40, 52; 15(3), 25(2), 41(2), 52(3), 53(4).
- F** Farroupilha 28; 29(1).
FEB 56; 57(1, 2).
Feitorias 6; 6(2).
Fernando Collor de Mello 76; 77(3, 4, 7).
Ferrovias 24, 40, 52; 24(6), 25(4), 41(6), 53(5, 6).
Filipe II 10; 11(1).
Frans Post 20(1).
Frente ampla 66.
Fumo/tabaco 8, 12, 14; 8(1), 12(4), 15(1), 25(1), 41(1), 52(1).
- G** Getúlio Vargas 46, 50, 54, 56, 58, 68; 47(3), 51(5), 58(1).
Gilberto Freyre 68.
Golpes militares (América Latina) 64; 65(1).
Governo-Geral 6, 16; 7(4), 16(3).
Gregório de Matos 20.
Greves 44, 62, 72; 45(6), 63(1), 66(1), 73(4, 5).
Guerra do Paraguai 30; 31(1, 3).
Guerra dos Emboabas 18; 19(3).
Guerra Fria 56; 65(2).
Guerras napoleônicas 22.
Guerrilhas/luta armada 66; 66(1), 67(2).
- H** Heitor Villa-Lobos 48.
Homens-bons 6, 18; 7(4), 18(1).

- I** Igreja 16, 18, 62; 17(5).
 Imigração 32, 44; 32(5, 7), 45(3, 4, 5, 6).
 Inconfidência Baiana 18; 19(4).
 Inconfidência Mineira 18; 19(4).
 Independência 22; 22(3), 23(4).
 Índias 4, 6; 5(1, 2).
 Indígenas 6, 14, 16, 18, 20; 6(1), 15(3), 17(5), 19(2).
 Industrialização 40, 44, 50, 52, 54, 60, 70; 40(4, 5, 7), 41(6), 45(5), 60(3, 5), 61(1, 2, 6), 70(3), 71(2).
 Intentona Comunista 50; 50(8), 51(7).
- J** Jânio Quadros 58; 58(1).
 Jean Baptiste Debret 36; 30(4), 37(6, 7).
 Jesuítas 16, 18, 20; 17(5), 19(2).
 João Baptista Figueiredo, general 72, 74.
 João Goulart (Jango) 58, 62, 66.
 José Sarney 74, 76.
 Juscelino Kubitschek 58, 66.
- L** Lasar Segall 48; 48(6).
 Leonel Brizola 58, 74.
 Lúcio Costa 68.
 Luís Inácio Lula da Silva 76; 77(3, 4, 6).
- M** Manifestações públicas 62, 72, 74.
 Manuel Bandeira 48.
 Mário de Andrade 48.
 Mercado interno colonial 14; 15(3, 4).
 Migração 32, 54; 33(4), 54(3), 55(1, 2).
 Milagre econômico 70.
 Militares 34, 38, 46, 50, 56, 58, 62, 64, 66, 72, 74, 76; 39(1), 47(1), 51(6, 7), 57(1, 2), 59(3), 63(1, 5), 65(1, 2).
 Mineração 14, 18; 14(2), 15(1), 18(1), 25(1).
 Missão Francesa 36.
 Missões 16, 18; 17(5), 19(2).
 Modernismo 48, 68; 48(3, 4, 6), 49(1, 2, 7).
 Movimento estudantil 56, 62, 66, 72; 63(1), 67(2).
 Movimento sindical *ver* Operariado.
- N** Nicolas-Antoine Taunay 36; 37(2).
- O** Oligarquias regionais 22, 24, 26, 28, 32, 34, 36, 38, 42, 46, 50; 34(2), 35(1), 39(3), 43(3), 47(2).
 Operariado 42, 44, 54, 62, 66, 72; 45(5, 6), 55(4), 62(4), 70(6, 7).
 Ordens religiosas 16; 17(5).
 Oscar Niemeyer 68.
 Oswald de Andrade 48.
- P** Pacto colonial *ver* Antigo sistema colonial.
 Parlamentarismo 58; 59(4, 5).
 Parnasianismo 48.
 Partidos políticos 26, 34, 42, 50, 56, 64, 74; 26(6), 34(4), 35(3), 42(5), 50(4), 56(3), 65(4), 67(4), 75(1).
 Pau-brasil 4, 6, 8; 6(2), 8(1), 15(1).
 Paulo Maluf 74; 74(5).
 Pecuária 8, 12, 14, 16; 8(1), 12(4), 15(1), 25(1), 41(1).
 Pedro I, dom 22, 26.
 Pedro II, dom 26; 35(7, 8).
- Pedro Álvares Cabral 4; 5(2).
 Plantation 8, 24; 8(2).
 Política dos governadores 38; 39(3).
 População 16, 26, 32, 42, 44, 50, 54; 16(2), 26(2), 33(1), 42(1), 50(2).
 Praieira, revolução 28; 29(1).
 Proclamação da República 34, 38; 34(4), 35(3, 7), 38(6), 39(1).
 Províncias Unidas 10; 10(2).
- Q** Quilombos 18; 19(2).
- R** Relações internacionais 22, 30, 38, 52, 56; 23(4), 30(2), 31(1, 3), 39(5), 57(1, 2).
 Restauração 10, 12; 10(4), 13(1).
 Revolta da Chibata 44; 44(1).
 Revolta da Vacina 44; 44(1).
 Revolta de 1817 22; 22(1).
 Revolta de 1932 50; 51(7).
 Revolta de Beckman 18; 19(2).
 Revolta de Canudos 42; 43(3).
 Revolta de Filipe dos Santos 18; 19(3).
 Revolta do Contestado 44; 44(1, 2).
 Revolta dos Malês 28, 29(3).
 Revolta dos Muckers 34; 34(5).
 Revolta Federalista 42; 42(4), 43(3).
 Revoltas coloniais 18, 22; 19(2, 3, 4), 22(1).
 Revoltas na República 42, 44, 46, 50, 62; 42(4), 43(3), 44(1), 47(1, 4), 51(7), 63(1).
 Revoltas no Império 26, 28, 34; 28(2), 29(1, 3, 4), 34(5), 35(6).
 Revolução de 1930 46, 50; 47(4).
- S** Sabinada 28; 29(3).
 Sebastião, dom 10.
 Segunda Guerra Mundial 56, 68; 57(1, 2).
 Semana de Arte Moderna 48; 49(2).
 Sérgio Buarque de Holanda 68.
 Siderurgia 60; 60(3), 61(2).
 Sociedade colonial 18; 18(1).
- T** Tancredo Neves 74, 76; 74(5).
 Tarsila do Amaral 48; 48(3).
 Tenentismo 46; 47(1).
 Terra de Santa Cruz 4, 20; 5(2).
 Tomás Antônio Gonzaga 20.
 Transportes 22, 24, 40, 52, 70; 22(2), 24(6), 25(4), 41(6), 53(5, 6, 7), 61(1), 71(5).
 Tratado de Tordesilhas 4, 16; 4(3).
 Tratados de limites 16; 16(3).
 Tropicalismo 68.
- U** Ulysses Guimarães 76.
 UNE *ver* Movimento estudantil.
 União Ibérica 10; 10(2, 4), 11(1, 3).
 Urbanização 44.
- W** Washington Luís 46.

Bibliografia utilizada

Atlas

- ALBUQUERQUE, M. Maurício de. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro, MEC, 1960.
 ATLAS geográfico escolar. 6. ed. Rio de Janeiro, MEC, 1970.
 ATLAS histórico para o estudo da história universal. São Paulo, FTD, 1966.
 ATLAS nacional do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1966.
 BOUSSARD, J. *Atlas historique et culturel de la France*. Paris/Bruxelas, Elsevier, 1957.
 CARDOSO, J.A. e WESTPHALEN, C.M. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba, IGP/Secretaria Estadual da Cultura e do Esporte, 1981.
 CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira. *Portugaliae monumenta cartographica*. Lisboa, Comissão do V centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960. 6 v.
 DUBY, G. *Atlas historique*. Paris, Larousse, 1987.
 ENGEL, Josef. *Grosser historischer Weltatlas*. Munique, Bayerischen Schulbuch-Verlag, 1957.
 GIRÃO, A.A. *Atlas de Portugal*. 2. ed. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos/Faculdade de Letras, s/d.
 HOMEM DE MELLO, Barão e HOMEM DE MELLO, Francisco. *Atlas do Brasil*. Rio de Janeiro, F. Brigueit, 1909.
 KINDER, H. e HILGEMANN, W. *Atlas histórico mundial*. 10. ed. Madri, Istmo, 1982. 2 v.
 MONTEIRO, J. e OLIVEIRA, F. *Novo atlas de Geografia*. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte, Francisco Alves, 1931.
 SILVA, Pe. Francisco e OLIVEIRA, F. *Atlas geográfico histórico*. Rio de Janeiro, Instituto Geográfico De Agostini do Brasil, 1939.
 WART, A.B. *American history atlas*. Chicago, Denoyer-Geppert, 1945.

Obras gerais

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis, Vozes, 1989.
 ARTE no Brasil. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
 BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
 BARDI, Pietro Maria. *História da arte brasileira*. São Paulo, Melhoramentos.
 (org.). *Mestres, artesãos, oficiais e aprendizes no Brasil*. São Paulo, MASP/Sudameris, 1981.
 BELOCH, I. e ABREU, A.A. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1984.
 BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português*. Lisboa, Edições 70, 1977.
 BRESSER PEREIRA, L.C. *Economia brasileira. Uma introdução crítica*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
 CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.
 CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1969.
 (org.). *A República Velha — Evolução política*. São Paulo, Difel, 1971.
 CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice, 1988.
 COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.
 (org.). *Da monarquia à república*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
 COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1981.
 DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. t. 2 e 3. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1989.
 DÓRIA, Palmério et alii. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro, Globo, 1987. 2 v.
 FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3. ed. São Paulo, Difel, 1977.
 (org.). *A Revolução de 1930*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
 (org.). *História geral da civilização brasileira — O Brasil republicano*. 5. ed. São Paulo, Bertrand Brasil, 1989. 4 v.
 FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
 FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura. As eleições de 1982*. Brasília, UNB, 1988.
 HERANÇA: a expressão visual do brasileiro antes da influência do europeu. São Paulo, Empresas DOW do Brasil, 1984.
 HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira — A época colonial*. 7. ed. São Paulo, Difel, 1985. 2 v.
 (org.). *História geral da civilização brasileira — O Brasil monárquico*. 6. ed. São Paulo, Difel, 1985. 5 v.
 IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
 KI-ZERBO, Joseph. *História geral da África*. São Paulo, Ática, 1982.
 LABAKI, Amir. 1961: *A crise da renúncia*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
 LAMOUNIER, Bolívar (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, IDESP/CNPq, 1990.
 LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
 MARANHÃO, Ricardo e MENDES JR., Antonio. *Brasil História: Texto e consulta*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. 4 v.
 MORAES, M^a Mascarenhas de. *Memórias*. v. 2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
 MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 16. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.
 MUSEU de Arte Moderna. Catálogo de obras. São Paulo.
 NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo, Hucitec, 1986.
 PINTO, V. Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Nacional, 1969.
 RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1989.
 SALLUM, Basílio. *Capitalismo e cafeicultura*. São Paulo, Duas Cidades, 1982.
 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
 SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1986.
 SINGER, Paul. *A crise do milagre*. 8. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
 SIMONSEN, Roberto. *Ensaio social, políticos e econômicos*. São Paulo, Fiesp, 1943.
 SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.
 (org.). *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
 TAVARES, M. Conceição. *Da substituição das importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
 TRADIÇÃO e ruptura: síntese da arte e cultura brasileiras. São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo/Comind, Nov. 84/Jan. 85.
 ZANINI, Walter. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo, Instituto Walther Moreira Salles, 1983. 2 v.

Outras fontes

- ANUÁRIO estatístico dos transportes. Brasília, Ministério dos Transportes, 1973.
 A ESTRUTURA agrária brasileira. Brasília, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, 1967.
 SALÁRIO mínimo — Edição especial do Boletim do Dieese. São Paulo, Dieese, abril 1983.
 FOLHA de S. Paulo. Banco de Dados.
 TRIBUNAL Superior Eleitoral. Dados estatísticos de 1950 a 1982.

Conheça também o Atlas de História Geral, de Hilário Franco Jr. e Ruy de O. Andrade Filho

Você encontra os produtos da Editora Scipione nos seguintes endereços

ACRE
RIO BRANCO
Livreria Faria - R. Rio Grande do Sul, 331
Centro - CEP 69003-420 - Cx. Postal 250
Tel.: (0XX*68) 224-3432/224-3065
Fax: (0XX*68) 224-7528

ALAGOAS
MACEIO
H. C. Distribuição de Livros Didáticos Ltda.
R. Parque Gonçalves Ueno, 28 - 1º andar - Farol
CEP 57021-340 - Tel.: (0XX*52) 221-1461
Fax: (0XX*52) 223-7337

Casa do Professor - Tel.: (0XX*52) 223-3466

AMAZONAS
MANAUS
Livreria Cordeiro - R. Henrique Martins, 453
Centro - CEP 69010-010
Tel.: (0XX*52) 633-3133/633-3209/642-6198
Fax: (0XX*52) 333-6637

BAHIA
SALVADOR
Editora Scipione
Av. Desemb. Góes, 1080 - A - São Otaviano
CEP 41535-150 - Tel.: (0XX*71) 377-0381
Fax: (0XX*71) 377-0378

CEARA
FORTALEZA
Dist. de Livros Soares e Soares Ltda.
Av. 13 de Maio, 2072 - Lota 07 - Palmeira
CEP 60040-321 - Tel.: (0XX*85) 281-7123
Fax: (0XX*85) 281-6851

JUAZEIRO DO NORTE - Casa do Professor
R. São Pedro, 1360
CEP 63010-010 - Telefax (0XX*88) 511-1647

DISTRITO FEDERAL
BRASILIA
Editora Scipione - SIG - Sul - D-6 - Lotes 2250/70/80
Setor Industrial Gráfico - CEP 70610-400
Tel.: (0XX*61) 344-4688

ESPIRITO SANTO
VIÇOSA
Terra Distr. de Livros Ltda.
R. Henrique Rossetti, 142
Bento Ferreira - CEP 29050-700
Tel.: (0XX*27) 324-3753/345-5413
Fax: (0XX*27) 324-3753

GOIAS
GOIÂNIA
Centaura Goiás Distr. de Livros
R. 70, 314 - Setor Central - CEP 74055-120
Tel.: (0XX*62) 212-4190/223-6329/223-6407
Fax: (0XX*62) 225-4847

Casa do Professor - R. 55, 525
Setor Central - CEP 74055-150
Tel.: (0XX*62) 225-4073/225-0820

MARANHAO
SÃO LUIS
Distribuidora de Livros Maranhense
Av. Getúlio Vargas, 68
Aparelho - CEP 65040-020
Tel.: (0XX*98) 249-0778/249-0764
Fax: (0XX*98) 249-1627

IMPERATRIZ
R. Alagoas, 387 - Jucara
CEP 65919-170 - Telefax (0XX*98) 721-6638

MATO GROSSO
CUABA - Livraria Distr. de Livros Ltda.
R. Cândido Mariano, 533 - 1º andar - Centro
CEP 78005-340 - Tel.: (0XX*65) 624-3423/624-3056
Fax: (0XX*65) 624-3056

MATO GROSSO DO SUL
CAMPO GRANDE
Livraria Livro Alberto Ltda. - R. Brasil, 40 - sala 1
Jardim dos Estados - CEP 79002-480
Telefax (0XX*67) 725-0220

MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE
Clássica Distribuidora de Livros Ltda.
R. Carlos Turner, 374 - Silveira - CEP 31140-520
Tel.: (0XX*31) 481-5955 - Fax: (0XX*31) 481-0990

PIAUÍ
TERESINA
DLP - Distribuidora de Livros Paranaense Ltda.
Av. Cent. Bonaparte, 2618 - São Braz
CEP 66073-000 - Tel.: (0XX*91) 248-4888
Fax: (0XX*91) 229-4371

PARAIBA
CAMPINA GRANDE - Casa do Professor
R. Major Juvenal de S. 122 - Centro
CEP 58101-020 - Telefax (0XX*51) 322-5530

PARANÁ
CURITIBA
Livraria Curitiba Ltda.
Av. Marçal Pimenta, 1742 - Rebouças
CEP 80230-110 - Cx. Postal 3854
Tel.: (0XX*41) 333-5050 - Fax: (0XX*41) 333-5047
Site: www.livrariacuritiba.com.br

Casa do Professor - Fax: (0XX*41) 333-5454

PARANÁ
OURATUBA
Livraria Curitiba Ltda.
Av. Marçal Pimenta, 1742 - Rebouças
CEP 80230-110 - Cx. Postal 3854
Tel.: (0XX*41) 333-5050 - Fax: (0XX*41) 333-5047
Site: www.livrariacuritiba.com.br

Casa do Professor - Fax: (0XX*41) 333-5454

PERNAMBUCO
RECIFE
Editora Scipione - Av. Visconde de Suassuna, 634
Santo Amaro - CEP 50050-540
Tel.: (0XX*81) 421-6026 - Fax: (0XX*81) 231-7287

PIAUÍ
TERESINA
Livraria e Editora Consolet Ltda.
R. Alvaro Mendes, 1310 - Centro - CEP 64000-050
Tel.: (0XX*96) 221-4865 - Fax: (0XX*96) 221-3717

Casa do Professor
R. Quimão Bocanava, 260 - Centro
CEP 64000-270 - Tel.: (0XX*96) 222-2617

RIO DE JANEIRO
CAMPUS DOS GOIATACAZES
Casa do Professor
Av. Dr. Felipe Uebe, 371 - Parque California
CEP 28013-140 - Telefax (0XX*24) 722-4386

RIO DE JANEIRO
Editora Scipione
R. Teodoro da Silva, 1004 - Vila Isabel - CEP 20560-001
Tel.: (0XX*21) 577-1444 - Fax: (0XX*21) 577-6664

RIO GRANDE DO NORTE
MOSSORÓ - Casa do Professor
R. Lago Montebelo Humberto Brumming, 127
1º andar - sala 1 - Centro - CEP 59600-100
Telefax (0XX*84) 321-7297

NATAL
DPL - Av. Rio Branco, 825 - Cidade Alta - CEP 59025-003
Tel.: (0XX*84) 212-2228/212-1093/212-2012
Fax: (0XX*84) 221-4851

RIO GRANDE DO SUL
PORTO ALEGRE
Distr. de Livros Nasormento Ltda.
Av. Maranhão, 251 - São Geraldo - CEP 90230-041
Tel.: (0XX*51) 337-6004 - Fax: (0XX*51) 337-6641

RONDÔNIA
PORTO VELHO
Livraria do Livro - Av. Regino Weber, 1987 - Centro
CEP 76816-260 - Cx. Postal 853
Tel.: (0XX*68) 224-7884/224-7853/224-7913
Fax: (0XX*68) 224-7884/224-7853

SANTA CATARINA
FLORENÓPOLIS
Livraria Catarinense - R. Fulvio Aducci, 418
Esplanada - CEP 88075-000 - Cx. Postal 795
Tel.: (0XX*48) 248-6796 - Fax: (0XX*48) 244-6305

Casa do Professor
R. Conselheiro Mafra, 421 - Centro
CEP 88010-101 - Tel.: (0XX*48) 223-6738
Fax: (0XX*48) 248-6796 - 151

BLUMENAU - Casa do Professor
R. Jean Romari Bonemann, 125 - Jardim Blumenau
CEP 89010-370 - Telefax (0XX*47) 328-6364

SÃO PAULO
Max Livros Distribuidora Ltda.
R. Marcos Augusto Gonçalves Serra, 3-45 - Vila Regina
CEP 17044-810 - Telefax (0XX*136) 222-8633

CAMPINAS - Casa do Professor
R. Barão Montenegro, 387 - Jardim Guanabara
CEP 13073-240 - Tel.: (0XX*19) 242-5864
Fax: (0XX*19) 242-1371

GUARULHOS
Central de Abastecimento
Av. Chaves Fernandes, 263 - Bonfim
CEP 07176-000 - Tel.: (0XX*11) 6436-2311

PRESIDENTE PRUDENTE - Casa do Professor
Max Livros Distribuidora Ltda.
R. José de Góes, 1585 - Vila Estádio
CEP 19020-520 - Telefax (0XX*18) 222-6288

RIBEIRÃO PRETO
Max Livros Distribuidora Ltda.
Av. da Saudade, 580/584 - Campos Eliseos
CEP 14085-000 - Tel.: (0XX*16) 636-8088
Fax: (0XX*16) 636-8088

SANTOS - Casa do Professor
R. Dr. Antonio Bento, 225 - Vila Mathias
CEP 13075-260 - Tel.: (0XX*13) 234-9504
Fax: (0XX*13) 232-3510

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Casa do Professor
R. Luiz Antonio da Silveira, 1591 - Boa Vista
CEP 13005-000 - Telefax (0XX*17) 234-4534

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Casa do Professor
R. José Maria, 262 - Jardim São Dimas
CEP 12245-450 - Tel.: (0XX*12) 341-6474
Fax: (0XX*12) 341-5984

SÃO PAULO/CAPITAL
Editora Scipione - Matriz
Praça Carlos Gomes, 46 - Liberdade - CEP 01501-040
Telefax (0XX*11) 239-2255
e-mail: scipione@scipione.com.br
Site: www.scipione.com.br

Vendas
R. Gago Coutinho, 238 - Lapa
CEP 05075-020 - Tel.: (0XX*11) 3277-1788
Fax: (0XX*11) 3341-0700

Casa do Professor
R. Fagundes, 121 - Liberdade
CEP 01508-030 - Tel.: (0XX*11) 3272-8411

SERGIPE
ARACAJU
Toyma Distribuidora de Livros Ltda.
R. Dom Bosco, 773 - Suíça - CEP 49050-220
Tel.: (0XX*79) 211-7510/214-4309 - Fax: (0XX*79) 211-0822

TOCANTINS
GURUPÁ
Gurupi - Editoriais e Papéis Ltda.
Av. Para, 1010 - sala 2 - Centro - CEP 77403-010
Tel.: (0XX*63) 712-4547 - Fax: (0XX*63) 712-4588

PALMAS
Gurupi - Editoriais e Papéis Ltda.
Quadr. 104 - Norte
R. NE1, 5 - Centro
CEP 77033-090 - Tel.: (0XX*63) 215-3311
Fax: (0XX*63) 215-1153

* Código de seleção de prestadora

ISBN 85-262-1975-8



9 788526 219755



editora scipione